

UNIVERSIDADE ABERTA



A Literatura como Corpo do Tempo

A História de Portugal com a mediação da Literatura
no pensamento de Eduardo Lourenço

Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares

Ana Cristina Ferreira Dias

2016

UNIVERSIDADE ABERTA



A Literatura como Corpo do Tempo

A História de Portugal com a mediação da Literatura
no pensamento de Eduardo Lourenço

Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares

Ana Cristina Ferreira Dias

Dissertação orientada por

Professora Doutora Ana Nascimento Piedade

2016

Resumo

Ao longo das últimas quase sete décadas, Eduardo Lourenço veio desenvolvendo uma abordagem teórica particular para repensar a História de Portugal através da compreensão da expressão cultural de cada época e, especificamente, usando a mediação da Literatura.

Neste trabalho, o nosso primeiro grande objectivo foi tentar perceber o seu método, nessa área de reflexão, a partir da exploração de alguns dos caminhos que Eduardo Lourenço, ele próprio, nos indica, desde logo no que se refere ao diálogo que estabelece com alguns outros pensadores: Michelet, ao qual se junta contra o positivismo na História; Bergson, para discutir a sua noção de *Duração*, como atributo qualitativo do tempo psicológico, em vez de uma medida quantitativa da existência cronológica e, finalmente, em conexão forte com os anteriores, Péguy, com quem partilha a concepção da Literatura como um instrumento privilegiado de compreensão trans-temporal, bem como a atitude radical contra o *já feito e já pensado*, estando sempre disponível para repensar tudo.

À luz desta análise metodológica, tentámos, em sequência, ilustrar de que forma Eduardo Lourenço favorece a nossa compreensão de algumas problemáticas centrais do ser Português – quer reais, quer mitificadas – na nossa Duração colectiva associada à longa nacionalidade, utilizando, para o efeito, a mediação da Literatura.

Do religioso teatro medieval vicentino, ao poema épico de Camões sobre a Expansão, continuando para o romântico início do século XIX e prosseguindo para as várias interpelações à Nação, feitas por movimentos como a Geração de 70 ou o grupo de *Orpheu*, chegámos à vida em ditadura (que experienciámos através das reacções literárias do Neo-Realismo e dos *Filhos de Álvaro de Campos*) até 1974, quando a Revolução libertou novas vozes e temáticas, como o colonialismo. Dado que Eduardo Lourenço continua, e esperamos que prossiga, por muito tempo, a pensar sobre nós, para nós e connosco, temos também o privilégio de contar com ele para equacionar, desde já, o caótico presente em que vivemos, neste caso através de Gonçalo M. Tavares e da sua *contra-epopeia* para o século XXI.

Palavras-chave: Eduardo Lourenço, História, Literatura, Portugal, Duração.

Abstract

Over the last almost seven decades, Eduardo Lourenço has developed a particular theoretical approach to rethink Portuguese History through the understanding of cultural expression of each epoch with the mediation of Literature.

In this work, our first main aim was to understand his method, in this specific area of thought, beginning with the exploitation of some paths that Eduardo Lourenço, himself, indicates to us, in what concerns to the dialogue he has established with some other thinkers: Michelet to join him against the positivism in History; Bergson to discuss his concept of *Duration* as a qualitative attribute of psychological time, rather than a quantitative measure of chronological existence and, finally, in strong connection to the others, Péguy, to share his conception of literature as a privileged instrument to trans-temporal understanding as well as his radical attitude, against the *ready-made* and the *already thought*, being at all time available to rethink everything, from scratch.

Enlightened by that methodological analysis, we tried, subsequently, to illustrate how Eduardo Lourenço favours our comprehension on some of key Portuguese problematics - both real and mythic - of our collective *Duration* over centuries of nationality, with the mediation of Literature.

From religious medieval theatre of Gil Vicente, to Camões epic poetry on Expansion, continuing to the early nineteenth century Romanticism and then following to Geração de 70 and *Orpheu* exhortations to the Nation, we arrived to life under dictatorship (with literary reactions through Neo-realism and *Filhos de Alvaro de Campos*) until 1974, when the Revolution has freed new voices and thematic, as colonialism. Considering that Eduardo Lourenço continues, and hopefully will continue, for a long time, to think about us, for us and with us, we have also the privilege to count on him to think about the chaotic present we are living in, through Gonçalo M.Tavares deconstructive epic poem for the XXI century.

Key Words: Eduardo Lourenço, History, Literature, Portugal, Duration

Dedicatória

Aos meus filhos, João Afonso e Francisca, a quem procuro transmitir a minha firme convicção de que as construções internas são muito mais importantes que as aquisições externas

Agradecimentos

À minha família, por compreender a importância deste projecto

À minha orientadora, pela interacção intelectual e pela amizade

À minha psicanalista, pelo apoio exigente mas caloroso

À Universidade Aberta, por existir

A todos os que me apoiaram, de diferentes modos, pela generosidade

Índice

Introdução.....	5
Parte I - Matriz Conceptual - Da Filosofia à Literatura para compreender a História	11
1. Preâmbulo	11
2. A História como revivificação integral, à Michelet	14
3. A permanente consciência da Duração – a de Bergson mais do que a de Braudel.....	20
3.1. A longa duração de Braudel.....	20
3.2. A Duração-qualidade de Bergson	23
4. A História com a mediação trans-temporal da Literatura, em aproximação a Péguy.....	33
4.1. Péguy no seu cronótopo	34
4.2. História como pura criação - elogio de Péguy a Michelet.....	37
4.3. Intuição e Duração – Péguy discípulo e seguidor de Bergson	39
4.4. A literatura como mediadora da compreensão do real	45
5. Observação do Poliedro.....	57
Parte 2 – Portugal na <i>Duração</i> com a mediação da Literatura em EL – Tópicos ilustrativos de tempos e autores	69
1. Preâmbulo – selecção de tempos e autores a partir de textos programáticos	71
1.1 Textos programáticos de integração e síntese	72
1.2 Selecção de tempos e autores	75
2. Do Portugal Medieval ao Moderno, com Gil Vicente e Camões	77
2.1. Gil, mestre de um medieval país que reza, actualizado pelo marxismo.....	77
2.2. Expansão e Emigração, a partir do <i>canto sumptuoso e triste</i> de Camões e da sua recepção.....	81
3. Liberalismo, Regeneração e Decadência - de Garrett à Geração de 70.....	89
3.1. O Portugal liberal discute-se com Garrett e Herculano.....	89
3.2. Nós perante a Europa, pela Geração de 70	93
4. República através do Saudosismo de Pascoaes e do Modernismo de Orpheu.....	102
4.1. O saudosismo-sebastianismo de Pascoaes numa República patriótica	102
4.2. O Modernismo de Orpheu estilhaçador da <i>normalidade</i> pátria	106
5. Diferentes vivências da Ditadura – Os neo-realistas e os <i>desenvoltos filhos de Álvaro de Campos</i>	113
5.1. Portugal como casa do neo-realismo.....	113
5.2. A desenvoltura dos filhos de Álvaro de Campos	118
6. De Literatura e Revolução ao caos do século XXI.....	124
6.1. Vozes e silêncios da Revolução	124
6.2. Viagem no caos - Gonçalo M. Tavares	130
Considerações Finais.....	137
Bibliografia	145

Lista de Abreviaturas¹

CS - O Canto do Signo. Existência e Literatura (1957-1993)

D - Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios

DCNI - Do Colonialismo como Nosso Impensado

EL – Eduardo Lourenço

FRB - Fernando Pessoa, Rei da nossa Baviera

H -Heterodoxia

H2 - Heterodoxia II

LS - O Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português

NCF - Nós como Futuro

NE2R - Nós e a Europa ou as duas razões

NI - A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia

O - Ocasionais I

OC-V.I – Heterodoxias (Volume 1 - Obra Completa)

OC-VOL.II - Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e Outros Ensaios (Volume II – Obra Completa)

PCD - Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade

PM - Poesia e Metafísica. Camões, Antero, Pessoa

PR - Pessoa Revisitado. Leitura Estruturante do Drama em Gente

SE - As Saias de Elvira e Outros Ensaios

SFPNR - Sentido e Forma da Poesia Neo-realista

TP - Tempo e Poesia

¹ Abreviaturas fixadas pela equipa que coordena a edição da obra completa do autor, consultadas no sítio Eduardo Lourenço – Edição das Obras Completas, disponível em <http://www.eduardolourenco.uevora.pt/> [Janeiro 2014]

Introdução

Introdução

Tendo consciência de que, na literatura metodológica sobre a produção de dissertações, tal é comumente desaconselhado, importa, porém, começar por revelar que a fundamentação deste projecto tem uma base incontornavelmente pessoal.

Ao mesmo tempo que se cumpriam 25 anos sobre a nossa primeira leitura de *O Labirinto da Saudade* (LS), de Eduardo Lourenço (daqui em diante também “EL” ou “Lourenço”), este projecto de investigação enraizou na tão profunda como antiga vontade de estudar o pensamento de EL a partir daquela obra, que nos abriu, na entrada na idade adulta, horizontes de compreensão crítica da História de Portugal, para além dos compêndios estudados e em relação muito estreita com a Literatura e a Cultura portuguesas de diferentes épocas.

Fora uma estudante de Economia, em início de percurso, que lera aqueles textos, enquanto a formação técnica ia construindo o muro que a separaria (no ano em que o de Berlim caía), em termos profissionais, da Literatura e da História, áreas de profundo interesse mas de limitado grau de empregabilidade em Portugal.

Neste quadro de história pessoal - e tendo, no quarto de século seguinte, continuado a aprender com EL, como sua simples leitora - poder agora, após ter adquirido competências analíticas e ferramentas de investigação, produzir uma dissertação, o mais original possível, sobre a forma como a reflexão lourenciana propicia a recompreensão da História de Portugal, com a mediação da Literatura de mais de 500 anos, não é o fim do caminho. É o início de um percurso há muito adiado.

Não obstante a forte motivação, estivemos sempre conscientes de que o facto de desejar investigar sobre este tema seria condição necessária mas não suficiente, pelo que importou reflectir sobre a relevância de levar a cabo tal estudo, procurando avaliar a utilidade objectiva da investigação a conduzir e testando a sua justificação científica. Desse aturado processo de avaliação, feito com a preciosa supervisão da nossa orientadora, pensámos poder, honestamente, concluir que tínhamos a fortuna de se tratar de algo que ainda não fora especificamente feito, da perspectiva que seguiu a nossa construção.

Da leitura e reflexão sobre alguns dos muitos trabalhos de pendor analítico e científico já produzidos sobre a obra de Eduardo Lourenço (de Maria Manuela Cruzeiro, José Gil, Fernando Catroga, Maria Manuel Baptista, Miguel Real, Ana Nascimento Piedade, entre outros), cremos que têm sido mais exaustivamente analisadas outras vertentes da sua fértil e longeva reflexão, como as que concernem à sua abordagem filosófica à cultura portuguesa ou à sua particular via de crítica literária, sem que se tenham estabelecido pontes tão estreitas, como as que aspirámos aqui traçar, com a reflexão que EL faz usando a Literatura como mediadora da análise sócio-cultural da Duração colectiva em Portugal.

Neste contexto e no âmbito da área de estudos de Cultura Portuguesa, procurou-se desenvolver a presente investigação, subordinada ao tema “A História de Portugal com a mediação da literatura no pensamento de Eduardo Lourenço”, sendo o problema de investigação formulado como: De que modo a ensaística de Eduardo Lourenço propicia a recompreensão da História de Portugal, recorrendo à evocação de autores e obras literárias de diferentes épocas?

Esta dissertação divide-se em duas partes, sendo a primeira uma matriz conceptual porque procura reflectir, em termos metodológicos, sobre alguns conceitos que nos pareceram chave nessa visão histórica de EL (desde logo as noções de História não positivista e a de Duração, outra que a de cronologia linear) e em torno de alguns outros autores teóricos – em primeira instância Michelet e Bergson – em relação aos quais o próprio Lourenço nos dá múltiplas pistas que, humildemente, nos limitámos a tentar seguir, procurando compreender o diálogo de EL com cada um deles.

Essa interacção desaguou em Péguy e na sua abordagem a uma compreensão trans-temporal da Literatura, que nos parece ter muito em comum com a de EL. Neste caminho, fomos muito e favoravelmente surpreendidos, com as relações que Péguy revelou possuir, também ele, com os outros dois autores, e que não pudemos deixar de explorar, no que convencionámos chamar a tentativa de construção de um poliedro, com vértice cimeiro em Eduardo Lourenço, face aos nossos propósitos.

A segunda parte pretende ser ilustrativa da aplicação do método, anteriormente identificado, e centra-se na análise de textos de Eduardo Lourenço, partindo de uma selecção de textos-programa onde nos parece ser caracterizada, recorrentemente, no todo ou em partes, essa visão histórico-cultural de EL: não linear, não cronológica, mas a todo o tempo abarcante e integradora da nossa vivência colectiva, com vista a equacionar e analisar questões nacionais chave, muitas delas trans-epocais.

Procura mostrar-se de que modo EL utiliza a Literatura (em sentido lato) como ferramenta privilegiada - entre as muitas que usa, de várias áreas do saber - para tecer uma trama de análise vincadamente multidisciplinar que, assim ancorada na criação literária exalada por cada época, visa propiciar uma conscientização crítica do ser português.

Por mero encadeamento lógico, os pontos estão arrumados por ordem temporal de referência e são identificados com autores ou movimentos literários evocados e utilizados por EL, para essa leitura mediada da História: do Portugal medievo vincentino, ao caótico século XXI por Gonçalo M. Tavares, passamos pelo incontornável século XIX - pai da História como ciência e do moderno conceito de Nação, ambos temas caros a um Herculano, mas também a autores posteriores, como os de *70* e de *Orpheu* - sem esquecer o século XX, com as suas diferentes formas de vida e de expressão literária (durante boa parte dele censuradas, uma e outra em Portugal).

Esperamos conseguir dar uma ilustrativa panorâmica, necessariamente genérica, da forma como EL lê e relê os textos e os tempos, sempre como se fosse a primeira vez, com uma abordagem permanentemente desconstrutora do adquirido. Desconstrução que se evidencia, desde logo, na forma como os autores e épocas são postos, por EL, a dialogar entre si, sendo, por exemplo, a recepção de Camões, pelos tempos seus futuros, até ao presente, um fio de condutor que se torna evidente, da análise levada a cabo.

Esperamos, em suma, responder, de modo válido, ao nosso problema, e lançar alguma nova luz sobre a forma como EL nos dá a recompreender a nossa vivência colectiva na Duração, evidenciando como sempre foi e é feita de realidades e mitologias, de elementos mutáveis e perenes e convocando, necessariamente, factos e episódios marcantes e muitas

vezes traumáticos, mas, mais importante, interpretando as representações que deles fixamos na memória, como povo, para os tempos futuros.

Futuros esses que, uma vez feitos presente, não mais passam e se acumulam, simultaneamente vivos e coevos, porque corporizados, para Lourenço e para quem o lê, pela criação literária que dá voz a cada tempo e logo ao Tempo.

A Literatura como Corpo do Tempo Português.

Notas gerais:

- 1) Dada a quantidade de textos citados e referidos, nomeadamente textos de Eduardo Lourenço mas não só, em relação aos quais importa, em muitos casos, ter presente, na leitura, a sua contextualização bibliográfica, não foi seguido, neste particular aspecto, o que consta das Normas de apresentação das dissertações na Universidade Aberta, optando-se por apresentar, sempre em notas de rodapé, a referência bibliográfica completa de cada citação;
- 2) O presente texto não foi escrito seguindo o acordo ortográfico.

Parte 1

Matriz Conceptual

Da Filosofia à Literatura para Compreender a História

Parte I - Matriz Conceptual - Da Filosofia à Literatura para compreender a História

Na sua “mala” de S. Pedro de Rio Seco havia livros de história e é para mim muito importante perceber, ou tentar perceber, o momento em que apreendeu que a História era a maior das ficções, usando as suas palavras, “a ficção suprema da humanidade”. [Resposta de EL] Provavelmente, foi a coisa mais importante que me aconteceu, talvez até mais do que a leitura – que ainda hoje para mim é uma leitura do presente – de um autor como o Júlio Dinis. Eu gosto muito de História, ou a História gosta de mim, não sei. Mas foi aí que percebi que a História é o verdadeiro romance da Humanidade. Andam para aí umas grandes discussões acerca de detalhes, de uma tradição positivista, mas a História é uma ficção e há alguém que é realmente um criador de História: Michelet. É um poeta da História.²

Curiosamente, o que me interessou sempre mais foi a História. A Filosofia, não sabia bem para que é que servia. Ninguém sabia. Ainda hoje não sei. [...] Mas, no pensamento sobre a História, a pessoa que mais me influenciou foi o Charles Péguy. Um nome que hoje não diz muito. [...] Teve um papel muito importante na altura do affaire Dreyfus, admirador do [Henri] Bergson, um filósofo da época. Era um grande poeta. Iniciou uma batalha por conta dele contra a visão positivista da História.³

1. Preâmbulo

Quando, em Setembro de 2012, interpelámos Eduardo Lourenço, no final da primeira conferência comemorativa do 25º aniversário da revista *Ler*, sobre as origens da sua paixão pela História - a leitura, na infância, dos livros contidos numa mala, que seu pai deixara em S. Pedro de Rio Seco – não fizemos mais do que seguir o mote dado pelo professor, no próprio texto da conferência⁴, mas pedindo-lhe, especificamente, que se focasse na sua leitura (agora em sentido lato) da História, aquela que já era, então e desde há muito, a perspectiva que, acima de todas as outras, nos interessava e interessa no seu pensamento.

A resposta correspondeu à expectativa e confirmou o lema sob o qual já vínhamos trabalhando: a sua visão da História como “o verdadeiro romance da humanidade”⁵ e Jules

² EL, “Uma barca de salvação”, in *Ler, Livros e Leitores*, Círculo de Leitores, Novembro de 2012, p.38 (Texto da conferência proferida por EL, a 20 de Setembro de 2012, no ciclo de conferências comemorativas dos 25 anos da revista *Ler*, sob o título genérico “Ler em Voz Alta”)

³ Ribeiro, Anabela Mota, “Nonagenariamente bem, muito obrigado”, entrevista a Eduardo Lourenço e José-Augusto França, in *Público*, Lisboa, 11 de Maio de 2014, sem pp., disponível em <http://www.publico.pt/portugal/noticia/nonagenariamente-bem-muito-obrigado-1635141> [Maio de 2014].

⁴ Tivemos oportunidade de registar, ao tempo, as nossas impressões sobre esta conferência num pequeno texto que foi gentilmente publicado no blog “Ler Eduardo Lourenço”, promovido pela equipa que coordena a edição das obras completas de EL, pela Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em <http://leduardolourenco.blogspot.pt/search?updated-min=2011-12-31T16:00:00-08:00&updated-max=2012-10-24T11:16:00%2B01:00&max-results=35&start=2&by-date=false> [Setembro 2012]

⁵ Na formulação da pergunta, usámos a expressão “ficção suprema da humanidade” utilizada por EL na entrevista ao *Público* intitulada “Retrato de um pensador errante”, de 2007, e em que, pela primeira vez,

Michelet (1798-1874), como um historiador de referência para EL, revelando-se a particular valorização do seu estatuto de criador e *poeta da História*.

Neste ambiente mental, e em associação livre determinada pelas nossas próprias experiências de estudo, começámos por interpelar Jules Michelet sobre a sua noção de História, total e revivificadora do passado, como veremos, e também Fernand Braudel (1902-1985), como ideólogo do tempo longo, da Duração, daquele tempo estrutural que, a todo o momento, vemos desfilar perante os nossos olhos quando seguimos o pensamento de Lourenço e que, para os nossos objectivos, considerámos crucial analisar em termos conceptuais.

Porém, estas eram apenas associações óbvias e confortáveis para quem investigava, terreno onde o ensaísta não nos permitiu permanecer: descobrimos que Eduardo Lourenço referenciava Henri Bergson (1859-1941) para o tempo-feito-Duração e que, “mais grave” ainda, em 2014 celebrou (na magnífica entrevista recuperada na segunda epígrafe) Charles Péguy (1873-1914) como a pessoa que mais influenciou o seu pensamento sobre a História - concluímos que mais ainda do que Michelet e tentaremos ilustrar porquê, em análise.

Em particular em relação a Péguy, que desconhecíamos por completo, ao desconforto da entrada em territórios por desbravar sobrepôs-se a tomada de consciência do privilégio de ter Lourenço a guiar-nos, num momento duplamente certo: o início da produção desta dissertação e o centenário da morte de Péguy (nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial), com relevante número de eventos e publicações, em França e não só, a lançarem nova luz sobre a sua vida e obra, em geral bastante esquecidas.

Como resultado do processo que procurámos ilustrar, a presente construção tem início com a consideração de alguns conceitos teóricos que nos surgiram, em síntese analítica, como cruciais para a análise da reflexão sobre a História de Eduardo Lourenço. Tratando-se de elementos que começaram por ser, por nós, mais intuídos do que objectivamente

segundo o nosso registo pessoal, EL terá produzido, de modo tão explícito, essa poderosa imagem. Disse textualmente: “A maior das minhas paixões é a História. A História como a ficção suprema da humanidade”. Queirós, Luís Miguel “Eduardo Lourenço. Retrato de um pensador errante” in Revista Pública de *Público*, Lisboa, 13/V/2007, pp. 40-51, disponível em <http://static.publico.pt/docs/cultura/eduardolourenco/01.html> [Novembro 2011]

A referida expressão estava, desde 2011, escolhida para título desta dissertação, mas a sua utilização no título do livro (a partir de entrevista feita a EL), retirou-lhe originalidade e prejudicou a sua utilização (embora não a sua adequação). Letria, José Jorge, *Eduardo Lourenço: A História é a Suprema Ficção*, Lisboa, Guerra e Paz Editores, 2014

identificados, notamos que Lourenço, ele próprio, tem lançado, ao longo do tempo – e com particular acuidade em intervenções recentes, como as que se citam em epígrafe a este capítulo, de enorme clareza e lucidez, como se, à medida que o seu tempo passa a História se torne, cada vez mais, no seu interesse de eleição – inúmeras pistas, neste âmbito, que se fixam aqui porque se ajuízam como relevantes para a compreensão da sua perspectiva de análise e para o estabelecimento de relações com autores com “quem pensa”, julgamos, desde logo, sobre:

- i) que História serve à reflexão de *si sobre si* de um povo;
- ii) a *Duração* como qualidade do tempo a apreender;
- iii) a Literatura como mediadora da compreensão histórica.

O método escolhido foi o de seguir cada uma destas linhas de pensamento a partir de autores e ideias evocados por Lourenço, limitando-nos a explorar - de forma não especulativa e que não se pretende, de todo, exaustiva - associações que geram, na nossa leitura pessoal e no olhar que agora começamos a enformar, de modo mais sistemático, um nexos coerente e com um sentido particular, que se crê acrescentar algo ao muito que já se discerniu sobre a hermenêutica lourenciana.

A forma que se considerou exequível foi a de escolher um ou dois textos centrais de cada autor, que ilustrassem de modo claro o conceito escolhido (o tempo e o espaço não permitiriam a análise de múltiplos textos), por vezes coadjuvados com alguns outros, dos próprios e/ou sobre eles, mas sem almejar a uma análise exaustiva da extensa e intensa obra de cada um destes autores.

A descoberta (no pleno sentido do termo) de um Péguy simultaneamente discípulo de Bergson e admirador de Michelet, limitou-se a fechar um triângulo que se crê sólido e cujos lados, necessariamente de ligação entre os referidos autores, se procuram caracterizar aqui, não perdendo de vista o propósito final, que é o de que este triângulo forneça uma base adequada para o poliedro que se pretende construir, com as linhas de enraizamento do pensamento de Lourenço - necessariamente vértice cimeiro do mesmo, para nós - nos destes outros pensadores.

2. A História como revivificação integral, à Michelet

*Para mim, prefiro o Michelet a todos os autores mais famosos de uma História infinita que a gente lê e não se lembra de nada: ao fim, tem tanta coisa que ninguém pode ler aquilo. Só o que nos diz qualquer coisa é que a nossa memória retém.*⁶

O “Préface de 1869” à *História de França* de Michelet, produzido no final da sua carreira de historiador, é uma poderosa síntese da sua visão sobre a História, sendo um testamento que mostra como sua, única mas imensa, ambição, a de ser “o ressuscitador da totalidade nacional em gestação através dos séculos”⁷, o que afirma ter feito exactamente com a produção dessa sua grande obra:

*Elle [France] avait des annales et non point une histoire. Des hommes éminents l'avaient étudiée, surtout au point de vue politique. Nul n'avait pénétré dans l'infini détail des développements divers de son activité (religieuse, économique, artistique, etc.). Nul ne l'avait encore embrassé du regard dans l'unité vivante des éléments naturels et géographiques qui l'ont constituée. Le premier je la vis comme une âme et une personne.*⁸

Se, de facto, o quis, como o fez ou mesmo se o conseguiu, é uma longa discussão, desafiada desde há muito e ainda hoje no âmbito da crítica, mas que transcende o nosso objecto. Importa mais, pensamos, o facto de ele ter conseguido criar e fixar, para o futuro, a inspiradora imagem de si mesmo como um historiador do global, que ambicionava fazer falar até os silêncios, “recriar a própria vida”⁹ com o “problème historique posé comme *résurrection de la vie intégrale*, non pas dans ses surfaces, mais dans ses organismes intérieurs et profonds”¹⁰. Seja ou não um mito, esta representação de um espírito revivificador de uma existência colectiva, na sua essência intemporal, passou a ser um propósito ciclicamente recuperado como fim maior do saber histórico. E essa foi uma grande criação de Michelet.

Na absoluta necessidade de evitar dispersão - nestes percursos de enquadramento teórico do que queremos provar - elegemos o referido prefácio e a análise do mesmo, feita por Bourdê e Martin, como boa ilustração da perspectiva em que consideramos que o olhar de

⁶ EL, “Uma barca de salvação”, in *Ler, Livros e Leitores*, Círculo de Leitores, Novembro de 2012, p.38

⁷ Bourdê, Guy e Martin, Hervé, “Michelet e a apreensão ”total” do passado” in *As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, p.82

⁸ Michelet, Jules, « Préface de 1869 » in The Project Gutenberg EBook of *Histoire de France - Moyen Âge*, Vol.1/10, p. I, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm>, [Abril 2015]

⁹ Bourdê, Guy e Martin, Hervé, “Michelet e a apreensão ”total” do passado” in *As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, p.82

¹⁰ Michelet, Jules, « Préface de 1869 » in The Project Gutenberg EBook of *Histoire de France - Moyen Âge*, Vol.1/10, p. IV, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm>, [Abril 2015]

Michelet sobre a História coadjuva o de Eduardo Lourenço: Michelet almejava produzir e Lourenço ambicionar, cremos, pensar a História como “totalidade vivida”¹¹ (seja em França, Portugal, na Europa ou pela matriz civilizacional comum a estas unidades) e numa perspectiva multiseular.

Ambos se focavam naquela História que contribui para a efectiva revivência e questionamento permanente dos tempos de existência de um povo e que pode servir como ferramenta para que o colectivo opere uma progressiva tomada de auto-consciência, processo a que Michelet chama um “fait moral énorme et trop peu remarqué. C’est le puissant travail de soi sur soi, où la France, par son progrès propre, va transformant tous ses éléments bruts”¹². Propiciar o pensamento da nação de *si sobre si* é algo que consideramos que a reflexão de EL sobre a História de Portugal visa de modo recorrente e permanente.

Michelet concretizou a sua visão afirmando que a produção histórica “útil” ao pensamento da sociedade sobre si mesma não é aquela que assenta em anais em série, feitos de “factos” cronologicamente enfileirados, ou na especialização, seja no político, no económico ou qualquer outro corte parcial, mas a que se afirma como uma genuína tentativa de ressuscitar os tempos, na sua totalidade orgânica e essência, não como um somatório de elementos, mas como um todo uno e funcional, com uma harmonia superior, não divina mas racional¹³. Como diz o próprio Michelet, “la vie a une condition souveraine et bien exigeante. Elle n’est véritablement la vie qu’autant qu’elle est complète. Ses organes sont tous solidaires et ils n’agissent que d’ensemble”¹⁴.

Contra o discernimento de sentido na História pela acumulação de factos, é EL muito claro em vários dos seus textos, desde logo dizendo a abrir “Portugal como Destino”:

A realidade efectiva de um povo é aquela que ele é como actor do que chamamos “história”. Mas o conhecimento – em princípio impossível ou inesgotável – da realidade de um povo enquanto autoconhecimento do seu percurso, tal como a historiografia se propõe decifrá-lo, não cria nem pode criar o sentido desse percurso. Não é a pluralidade das vicissitudes de um povo através dos séculos que dá um sentido à sua marcha e fornece um conteúdo à imagem

¹¹ Bourdé, Guy e Martin, Hervé, “Michelet e a apreensão ”total” do passado” in *As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, p.84

¹² Michelet, Jules, « Préface de 1869 » in The Project Gutenberg EBook of *Histoire de France - Moyen Âge*, Vol.1/10, p.VII, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm>, [Abril 2015]

¹³ Bourdé, Guy e Martin, Hervé, “Michelet e a apreensão ”total” do passado” in *As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, p.84

¹⁴ Michelet, Jules, « Préface de 1869 » in The Project Gutenberg EBook of *Histoire de France - Moyen Âge*, Vol.1/10, p. III, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm> [Abril 2015]

*que ele tem de si mesmo. A história chega tarde para dar sentido à vida de um povo. Só o pode recapitular.*¹⁵

Os dois últimos períodos desta citação ficaram-nos gravados na mente há bastantes anos e acompanham-nos como mote de reflexão, desde então. Há uma resposta intuitiva que lhes damos, também há muito: sim, a História chega tarde, outra Literatura se lhe adianta. Adiante retomaremos e desenvolveremos esta ideia-mestra.

Voltando à última citação de Michelet, ela evidencia também um ponto de divergência entre este e EL, de fundo perfeitamente compreensível, face à distância temporal entre os dois autores - Michelet atribui à História uma essência organicista e, embora tenha sentido a visão integrada da existência como um todo, como um corpo, essa noção encerra também a assimilação do destino do povo ao do indivíduo, com nascimento, maturação e morte, que EL contesta:

*É tentador assimilar o destino de um povo ao do indivíduo, com o seu nascimento, a sua adolescência, maturidade e declínio. A analogia organicista é, naturalmente falaciosa. Nem a povos ou civilizações extintos o paradigma humano se aplica. [...] o tempo dessa história não é, como dos indivíduos, percebido ao mesmo tempo como finito e irreversível. O tempo de um povo é trans-histórico na própria medida em que é “historicidade”, jogo imprevisível com os tempos diversos em que o seu destino se espelhou até ao presente e que o futuro reorganizará de maneira misteriosa.*¹⁶

Porém, se Michelet cai nessa tentação organicista, tal não determina que ele divirja, afinal, da noção de tempo trans-histórico expressa também por EL, já que, na sua análise, ele visa os elementos permanentes e inter-temporais da vida de um povo.

E quando Bourdê e Hervé afirmam que, inspirado por filósofos alemães, Michelet visa também, complementarmente à totalidade, captar o movimento, “o princípio vital”¹⁷ que está em marcha na história da humanidade, evocam a ideia de paixão em Michelet porque “il faudrait aussi, d’une passion plus grande encore, refaire et rétablir le jeu de tout cela, l’action réciproque de ces forces diverses, dans un puissant mouvement que redeviendrait la vie même”¹⁸, considerando que “para compreender a história assim por dentro é preciso atingir uma outra esfera de percepção do passado”, que não dispensa a intuição, para o

¹⁵ EL, “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.10

¹⁶ *Idem, ibidem*, p.9

¹⁷ Bourdê, Guy e Martin, Hervé, “Michelet e a apreensão” total” do passado” in *As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, p.84

¹⁸ Michelet, Jules, « Préface de 1869 » in The Project Gutenberg EBook of *Histoire de France - Moyen Âge*, Vol.1/10, p. III, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm>, [Abril 2015]

tornar em vida e movimento, num processo laico equivalente a uma forma de ressurreição¹⁹.

Este nexos de ideias não pode deixar de nos conduzir, desde já, à via de análise mais tarde desenvolvida por Bergson, que nomeou o mesmo tipo de energia e de movimento como *élan vital*²⁰, pista que não seguiremos, por ora, deixando apenas uma semente para que a interligação de conceitos, dos autores em análise, possa frutificar ao longo deste trabalho.

Neste contexto, não era de um qualquer passado que falava Michelet, ele referia-se a um passado contínuo, integrado e harmonioso.

*La vraie vie a un signe tout différent, sa continuité. Née d'un jet, elle dure, et croît placidement, lentement uno tenore. Son unité n'est pas celle d'une petite pièce en cinq actes, mais (dans un développement souvent immense) l'harmonique identité d'âme.*²¹

A substância dessa continuidade vivia, para o autor, da coexistência trans-epocal – mais uma vez contra a sucessão linear - não havendo épocas mortas: apercebeu-se de que “todos viviam e falavam”²², de que todos os tempos passados comunicam, sempre e em simultâneo, com cada presente, assim os consigamos ouvir.

Especificamente, Michelet fazia aqui uma crítica ao não uso, até muito tarde (dizia ele que até 1830), de fontes primárias, para além dos textos editados, na historiografia francesa. Vamos retê-la apenas como imagem ilustrativa da noção de continuidade histórica, na medida em que não cabe aqui a caracterização exaustiva da posição teórica de Michelet, que progredia em relação à historiografia tradicional, criticando-a por não ler as fontes originais, ser marcadamente político-institucional e ter preconceitos ideológicos²³.

Se a noção de continuidade histórica, tem, para EL, *nuances* que exploraremos adiante, já quanto à necessidade de escutar o passado disse EL algo de muito semelhante a Michelet, sobre os livros em si, que não sobre as fontes primárias, na conferência da revista Ler, já citada: “Eu sei que todos aqueles livros são criaturas vivas, são vozes que (...) podem ser,

¹⁹ Bourdê, Guy e Martin, Hervé, “Michelet e a apreensão” total” do passado” in *As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, p.84

²⁰ No seu livro *L'évolution créatrice* (1907), tornando-se este um dos conceitos centrais da sua filosofia, aflorado à frente quando nele nos centrarmos a propósito da sua noção de Duração

²¹ Michelet, Jules, « Préface de 1869 » in The Project Gutenberg EBook of *Histoire de France - Moyen Âge*, Vol.1/10, p. IV, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm>, [Abril 2015]

²² Bourdê, Guy e Martin, Hervé, “Michelet e a apreensão” total” do passado” in *As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, p.85

²³ *Idem, ibidem*

sem cessar, reouvidas...”²⁴. Os livros, aqui em vez das fontes não editadas, em datas muito diferentes, mas relevando a comunhão com Michelet na atenção às vozes do tempo.

Visão trans-histórica, coexistência viva dos tempos, que pensamos que será pacífico afirmar como elementos permanentes no discurso e produção de EL, em particular, como procuramos provar, através da evocação, na reflexão histórica, a cada momento de discurso, a cada linha de texto, de toda a grande Literatura como se fosse coeva entre si e contemporânea, dele e nossa.

Michelet pode ter sido um historiador de transição - dado o corte que o seu pensamento significou com a historiografia vigente na sua época - mas não se pode dizer que tenha marcado o progresso rumo à tendência que predominou na historiografia francesa subsequente; pelo contrário, a escola metódica, positivista, ilustrará bem o que foi não usar o seu legado.

Só os *Annales* (e, mais ainda, a Nova História, herdeira daqueles) vieram, mais de meio século depois, reclamar tão valiosa herança. Michelet era, de resto e *avant la lettre*, anti-positivista, na medida em que assumia, sem pejo, a subjectividade da produção histórica, rejeitando os perigos de a história produzida ser colorida com os sentimentos e o tempo do historiador, porque o historiador que se apaga ao escrever “n’est point du tout historien”²⁵.

O que viria a ser o positivismo aplicado à História, ao serviço da busca incessante da objectividade e da apreensão científica da realidade social, combatido antes mesmo de se afirmar (na historiografia francesa, a partir de 1876). Michelet remata, de resto, sintetizando que há uma “condition nouvelle imposée à l’histoire: non plus de raconter seulement ou juger, mais d’évoquer, refaire, ressusciter les âges”²⁶, contudo sendo cada tentativa apenas uma criação pessoal e uma versão possível, da captação da alma dos tempos, nunca o relato apenas factual da verdade histórica. É da História como produto deste tipo de criação subjectiva que fala Lourenço na citação que epigrafa este ponto - a memória só retém o discurso que toca quem o recebe.

²⁴ EL, “Uma barca de salvação”, in *Ler, Livros e Leitores*, Círculo de Leitores, Novembro de 2012, p.36

²⁵ Michelet, Jules, « Préface de 1869 » in The Project Gutenberg EBook of *Histoire de France - Moyen Âge*, Vol.1/10, p. IX, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm>, [Abril 2015]

²⁶ *Idem, ibidem*, p. XI

Michelet vai ainda mais longe, quando afirma que “j’étais artiste et écrivain alors, bien plus qu’historien”²⁷ e que “c’est que l’histoire, dans le progrès du temps, fait l’historien bien plus qu’elle n’est faite par lui. Mon livre m’a créé”²⁸, numa afirmação que não pode deixar de nos fazer evocar também *a história como suprema ficção*, que já citámos.

Creemos que EL é bastante expressivo nas associações que nos propicia e que, mesmo que apenas com uma caracterização sumária, é possível captar que História é “a sua”, quando a afirma *à Michelet*. Esta é também, como veremos, a História de Péguy, admirador de Michelet, que travará, no seu tempo, um verdadeiro combate à instalação do positivismo aplicado às ciências sociais na academia e sistema de ensino em França, durante a terceira República.

²⁷ Michelet, Jules, *Préface de 1869* in The Project Gutenberg EBook of "Histoire de France - Moyen Âge", Vol.1/10, p. XV, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm>, [Abril 2015]

²⁸ *Idem, ibidem*, p.IX

3. A permanente consciência da Duração – a de Bergson mais do que a de Braudel

*No fim do século [XIX], Bergson, com a sua ideia de duração, deu, por assim dizer, um “corpo” ao Tempo. Ou antes, reduziu a essência da temporalidade à duração. Isso permitiu que o Tempo se tornasse o único objecto ficcional não só possível, mas digno de interesse. Curiosamente, a sua época acolheu Bergson como um messias.*²⁹

3.1. A longa duração de Braudel

Como já referimos, a título introdutório, na análise do tempo longo, secular, permanentemente presente na reflexão de EL, partimos da consideração da noção de Duração em Braudel, a única que nos era familiar: conceito marcante na reflexão sobre a História, desde que foi abordado pelo historiador, em primeira instância na sua tese *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, publicada em 1949, e, mais tarde, no texto “Histoire et Sciences Sociales: La longue durée”, publicado em 1958 na revista *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Esta publicação de referência desde a década de 30 do século XX caracterizou-se pela orientação anti-positivista, desprezo pelo acontecimento e pelo foco político-institucional, privilegiando o económico-social, desde o início, e também a psicologia colectiva, em particular depois da segunda guerra mundial³⁰.

“*O Mediterrâneo é obra de uma vida*”³¹ e evidencia a forma central como Braudel equacionou a dialéctica entre o espaço e o tempo, numa perspectiva geo-histórica, então inovadora. Como afirma no prefácio à primeira edição, essa sua obra maior divide-se em três partes:

*a primeira trata de uma história, quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia [...] acima desta história imóvel [...] a história dos grupos e agrupamentos [...] as economias, os Estados, as sociedades, as civilizações [...] e, finalmente, a terceira parte, a da história tradicional [...] não à dimensão do homem mas do indivíduo, uma história de acontecimentos*³²

²⁹ EL, “Eça e o Tempo” in Piedade, Ana Nascimento, Vasconcelos, Ana Isabel e Matos, A. Campos (coord.), *Diálogos com Eça no Novo Milénio*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p.20

³⁰ Bourdieu, Guy e Martin, Hervé, “A escola dos “Annales”” in *As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, p.119

³¹ *Idem, ibidem*, p.128

³² Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, p.25

Com a noção de Duração, Braudel chega a uma “decomposição da história em planos sobrepostos; ou, se se quiser, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual”³³.

A sistematização da teoria vem a ser feita, depois, em 1958, como «cette durée sociale, ces temps multiples et contradictoires de la vie des hommes, qui ne sont pas seulement la substance du passé mais aussi l'étoffe de la vie sociale actuelle»³⁴, sendo os tempos múltiplos : a i) « histoire traditionnelle attentive au temps bref, à l'individu, à l'événement [...] de souffle court »³⁵ ; ii) « la nouvelle histoire économique et sociale [que] met au premier plan [...] l'oscillation cyclique et elle mise sur sa durée »³⁶ e iii) « une histoire de souffle plus soutenu encore, d'ampleur séculaire [...] : l'histoire de longue, même de très longue durée »³⁷.

O pensamento de Braudel sobre este conceito é muito relevante e assegura-nos, pensamos, uma continuidade favorável à consistência da análise: no artigo em causa, de 1958, o objectivo central era o de discutir a interacção da história com as restantes ciências sociais, numa perspectiva multidisciplinar, para o que Braudel recuperou a noção de História Total, no tempo e na abrangência temática, de resto a mesma História de Michelet, agora com mais sistematização teórica e conceptual, e fazendo-o já numa fase madura do seu próprio movimento, que abrisse o seu foco a partir da vertente económica e social - em detrimento, desde logo, da política, favorecida pela História tradicional – também em favor da perspectiva cultural, das mentalidades, que importava abarcar.

Na análise do pensamento de Eduardo Lourenço sobre a História de Portugal, é também num contexto de liberdade multidisciplinar e na perspectiva da longa duração que nos situamos, recorrentemente, mas sem que os eventos e os ciclos sejam esquecidos, antes sendo revistos, revisitados e integrados (mesmo no sentido psicanalítico, pensamos), a todo

³³ Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, p.26

³⁴ Braudel, Fernand, *Histoire et Sciences Sociales: La longue durée* in « Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 13^e année, pp.725-753, doi: 10.3406/ahess.1958.2781, p.726, disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1958_num_13_4_2781, [Janeiro 2015]

³⁵ *Idem, ibidem*, p.727

³⁶ *Idem, ibidem*

³⁷ *Idem, ibidem*

o tempo, no âmbito da perpétua procura da compreensão das permanências e evoluções deste colectivo feito nação.

Braudel reconheceu que já os historiadores dos séculos XIX e XX haviam dedicado atenção à longa duração, “un Michelet, un Ranke,...”³⁸, mas o que era novo seria a tentativa de colocar essa perspectiva na análise histórica visando, para além da captação do político, do económico e do social também o mental, sendo esses “cadres mentaux, aussi [...] prisons de longue durée”³⁹. Consideramos relevante, mais uma vez, esta sua concepção à nossa consideração do pensamento histórico de EL, focado de modo preciso também nos quadros mentais. Porém, concluímos que não nos basta, para compreender EL, esta noção de duração que *apenas* nos dá, como resultado, uma “histoire [que] est la somme de toutes les histoires possibles”⁴⁰. A soma de todas as histórias possíveis não chega para dar sentido à História... não o sentido que aprendemos a procurar, com Eduardo Lourenço.

Não é o discernimento dos factos associados aos fenómenos humanos de modo sequencial, cumulativo que importa – por mais lato que seja no tempo, no espaço e nas áreas da vida que abarca – para pensar com EL mas antes, para além do que aconteceu, ou assim se representou, analisar as próprias representações em si, a forma como essas representações do vivido foram e são fixadas e acrescentadas (ou truncadas) por cada presente, como se acumulam, como foram e são revisitadas por incontáveis futuros e em que medida o são, e se o são, de modo mais ou menos consciente.

Em EL o tempo relevante é também, como na longa duração de Braudel, um tempo estrutural, mas é do tempo colectivo tal como vivenciado psicologicamente, de um tempo interpenetrado e não justaposto, de épocas que não são sucessivas mas coevas, porque vivas e coexistentes na memória, em vez de um tempo cronológico, histórico, estanque. Esta Duração que consideramos subjazer ao fio do pensamento do EL e que não é essa duração “geológica”, de camadas, de Braudel é, consideramos agora, bastante mais a

³⁸ Braudel, Fernand, *Histoire et Sciences Sociales: La longue durée* in « Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 13^e année, pp.725-753, doi: 10.3406/ahess.1958.2781, p.729, disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1958_num_13_4_2781, [Janeiro 2015]

³⁹ *Idem, ibidem*, p.731

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.734

Duração que dá *corpo ao tempo*, a Duração de Bergson, o que procuraremos aqui, em consequência e sequência, ilustrar.

3.2. A Duração-qualidade de Bergson

Façamos um ponto prévio: não pretendemos aqui demonstrar em que medida Bergson influenciou Eduardo Lourenço. Não temos ferramentas para analisar, nem em profundidade, nem em amplitude, a filosofia de Bergson, e muito menos a crítica – prolixa, no tempo e no espaço, pelo que percebemos – à sua relevante construção teórica.

O que sabemos é que chegámos a Bergson por referências do próprio Lourenço e, muito também, pela influência profunda da teorização de Bergson em Péguy, afirmada pelo próprio, sendo possível, nos textos deste, perceber como e quanto, nomeadamente em relação à forma como perspectiva o Tempo, o que aqui sumamente nos interessa.

Ora, em particular para analisar os princípios defendidos por Péguy, tivemos de procurar compreender algumas das traves-mestras da filosofia bergsoniana e ficámos particularmente sensíveis à sua noção de Duração, pela aproximação que já fizéramos ao homónimo conceito de Braudel.

As menções de EL a Bergson deram-nos pistas, mas apenas isso, sobre a reflexão de EL em torno dos fundamentos da noção bergsoniana de Duração. Como estas nos permitiram, acreditamos, “evoluir” da Duração de Braudel, em que nos detivéramos, para esta que nos parece, efectivamente, ser mais relevante para a reflexão de EL sobre a História, fizemos esse movimento, esperando que seja frutuoso, embora neste contexto estrito e com as descritas condicionantes.

Também Maria Manuel Baptista nos sinalizou este caminho, quando referiu repetidamente a influência de Bergson na noção de tempo de Eduardo Lourenço: por exemplo quando falou sobre a “valorização lourenciana do instante, da singularidade e da irredutibilidade ontológica do tempo (cujo ponto de partida se poderá encontrar em Bergson, embora a ele não se reduza)”⁴¹ ou mencionou EL como herdeiro de “uma tradição criticista e de

⁴¹ Baptista, Maria Manuel, “Ensaio poiético e crítico ou da filosofia e da criação literária” in *Eduardo Lourenço: A Paixão de Compreender*, Porto, ASA, 2003, p.100.

concepção do tempo que parte do instante bergsoniano”⁴², evidenciando, em simultâneo, algumas divergências relevantes entre o pensamento de ambos, que nos atrevemos a discutir adiante, depois de nos referirmos ao próprio Bergson e à sua Duração.

Bergson teorizara sobre este conceito logo num dos seus primeiros ensaios vindos a público, em 1888, o *Essai sur les données immédiates de la conscience*⁴³, texto que exploraremos centralmente neste ponto, e fizera-o já 60 anos antes de Braudel ter materializado a sua Duração. Encontrámos ligações teóricas que exploram a influência que Bergson poderá ter exercido sobre Braudel, mas delas não nos ocuparemos aqui, na medida em que consideramos que, na noção de Duração de Braudel, tal influência não é detectável de modo claro e uma análise mais profunda nos dispersaria do nosso propósito.

Assim, apenas nos centrámos na *Duração-quantidade* de Braudel para a tomar, agora, como elemento de uma modesta dialéctica com a *Duração-qualidade* de Bergson (as etiquetas são nossas): a Duração do filósofo (também da história), focada nos estados de consciência, internos, dos indivíduos e colectivos, na psicologia, versus a Duração da vida externa (mesmo que vista em planos temporais sucessivos e de múltiplas vertentes, da relação com o meio à das mentalidades) que era o objecto do historiador e que caracterizámos sumariamente.

Na sua definição de Duração, Bergson começa por distinguir tempo de espaço, verificando-se que assimila muito do tempo comumente considerado pela ciência como tal afinal a espaço e justificando-o com o facto de ser ao espaço que vamos “buscar necessariamente as imagens com que descrevemos o sentimento que a consciência reflexa tem do tempo e até da sucessão: portando é [sendo] necessário que a pura duração seja outra coisa”⁴⁴.

Não podendo discutir, nem compreender, esta construção conceptual no seu enquadramento teórico no seio da História da Filosofia – do seu diálogo com as teorias

⁴² Baptista, Maria Manuel, “Filosofia trágica e tragédia da cultura” in *Eduardo Lourenço: A Paixão de Compreender*, Porto, ASA, 2003, p.185.

⁴³ Já depois de um estudo sobre hipnose, este foi o seu primeiro ensaio, de 1886, devendo relembrar-se que os primeiros estudos sobre histeria e hipnose de Freud e Breuer datam apenas de 1896, o que mostra o carácter inovador dos ensaios de Bergson (Lawlor, Leonar e Moulard Leonard, Valentine, "Henri Bergson" in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/bergson/> [Maio de 2015])

⁴⁴ Bergson, Henri, “Da multiplicidade dos estados de consciência: A ideia de duração”, in *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, Lisboa, Edições 70, 2011, p.74.

kantianas, no debate com Einstein sobre a temporalidade, ou na recuperação posterior do Bergsonismo feita por Deleuze ou Foucault, entre outros ⁴⁵ - contamos que uma honesta tentativa de a compreender neste estrito contexto, para dela extrair o que nos pareça coadjuvar a noção de Tempo que procuramos aqui depurar, seja, ainda assim, profícua.

Depois de evidenciar o papel da intuição em complementaridade com a inteligência (hipervalorizado pela ciência positivista, sua contemporânea), defendendo a “intuição do tempo enquanto duração”⁴⁶ diz Bergson:

*A duração totalmente pura é a forma que a sucessão dos nossos estados de consciência toma quando o nosso eu se deixa viver, quando não estabelece uma separação entre o estado presente e os anteriores. Não há necessidade, para isso, de se absorver completamente na sensação ou na ideia que passa [...]. Também não tem necessidade de esquecer os estados anteriores: basta que, lembrando-se desses estados não os justaponha ao estado actual [...] mas os organize com ele, como acontece quando nos lembramos das notas de uma melodia, que poderíamos dizer fundidas num todo.*⁴⁷

A imagem que nos é gerada por este texto é a da criação de uma síntese mental harmoniosa e integradora, individual ou colectiva, sobre o *ser no tempo*. No entanto, se em termos individuais estritos há uma capacidade inata de lembrar, em termos individuais enraizados no colectivo o lembrar depende, e tem de ser precedido, do conhecer e do compreender, a partir do repositório fixado pela memória da comunidade, de forma progressiva:

*Duration, for Bergson, is continuity of progress and heterogeneity; moreover, thanks to this image, we can also see that duration implies a conservation of the past. Indeed, for Bergson and this is the center of his truly novel idea of memory, memory conserves the past (...).*⁴⁸

*The essential argument that I oppose to mechanism in biology is that it does not explain how life unfolds a “story”, which is to say a succession where there is no repetition, where every moment is “unique” and carries within it the representation of the whole of the past.*⁴⁹

⁴⁵ Bergson, Henri, Pearson, Keith (ed.) e Mullarkey, John (ed.), “ Introduction” in *Henri Bergson Key Writings*, New York, 2002, p.3, disponível em http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/philosophy/applyingtostudy/postgraduate/modules/ph9a6/2011_12/_henri_bergson_key_writings_athlone_contemporary_european_thinkers.pdf [Maio 2015]

⁴⁶ Carvalho, Magda Costa, « A intuição bergsoniana da duração: o tempo da ciência é espaço” in *Kairos: Revista de Filosofia e Ciência*, 4; Lisboa, 2012, p.92, disponível em <http://kairos.fc.ul.pt/nr%204/A%20intui%C3%A7%C3%A3o%20bergsoniana%20da%20dura%C3%A7%C3%A3o.pdf> [Abril de 2015]

⁴⁷ Bergson, Henri, “Da multiplicidade dos estados de consciência: A ideia de duração”, in *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, Lisboa, Edições 70, 2011, p.81

⁴⁸ Lawlor, Leonar e Moulard Leonard, Valentine, “Henri Bergson” in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/bergson/> [Maio de 2015]

⁴⁹ Bergson, Henri, Pearson, Keith (ed.) e Mullarkey, John (ed.), “ Mèlanges-Letter to Harald Hoffding” in *Henri Bergson Key Writings*, New York, 2002, p.367, disponível em http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/philosophy/applyingtostudy/postgraduate/modules/ph9a6/2011_12/_henri_bergson_key_writings_athlone_contemporary_european_thinkers.pdf [Maio 2015]

Mas a conservação não basta, só a reflexão integradora e a depuração do conhecimento permite essa súpula feita melodia. Haverá necessidade de afirmar que é, constantemente, perante resultados desse tipo de elaboração que consideramos estar quando seguimos o pensamento de EL?

Em síntese da sua concepção de Duração, Bergson defende que “a pura duração poderia até não ser mais do que uma sucessão de mudanças qualitativas que se fundem, que se penetram, sem contornos precisos”⁵⁰, num contínuo sem exterioridade e sem quantidade. Falamos de “duração interna, percebida pela consciência, (...) o encaixar dos factos de consciência uns nos outros, com o enriquecimento gradual do eu”⁵¹, sem mensurabilidade, sem contagem de simultaneidades, que Bergson defendia ser o que faz o tempo do relógio e da ciência, que só capta instantâneos sucessivos, sendo espaço porque não aprisiona o movimento em si, o progresso:

Dentro de mim, prossegue um processo de organização ou de penetração mútua dos factos de consciência, que constitui a verdadeira duração. É porque duro desta maneira que represento as oscilações passadas do pêndulo, ao mesmo tempo que percepciono a oscilação atual. [...] Não lidamos aqui com uma coisa, mas com um progresso: o movimento, enquanto passagem de um ponto a outro, é uma síntese mental, um processo psíquico e, por conseguinte, inextenso...⁵²

A noção de movimento é central porque “uma vez que a essência do tempo é precisamente passar, escoar-se, isso significa que só pode ser apreendido na passagem e não na paragem”⁵³, sendo o conhecimento metafísico e não a ciência que pode revelar esse tempo interpenetrado e qualitativamente múltiplo.

É EL, ele próprio, que nos ajuda a compreender esta penetração mútua dos factos de consciência, quando nos diz que

A incapacidade de captar o específico do mundo do espírito está para nós na “assimilação inconsciente ou voluntária do tempo da história natural com o tempo da história humana”. O tempo da história natural [...] é um tempo linear, irreversível, cujos instantes são radicalmente exteriores uns aos outros, visto que são pensados à parte. [...] Ora o tempo da história humana é diverso. A estrutura do instante é trílice. Cada momento da consciência

⁵⁰ Bergson, Henri, “Da multiplicidade dos estados de consciência: A ideia de duração”, in *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, Lisboa, Edições 70, 2011, p.83

⁵¹ *Idem, ibidem*, p.86

⁵² *Idem, ibidem*, pp.97-98

⁵³ Carvalho, Magda Costa, « A intuição bergsoniana da duração: o tempo da ciência é espaço » in *Kairos: Revista de Filosofia e Ciência*, 4; Lisboa, 2012, p.92, disponível em <http://kairos.fc.ul.pt/nr%204/A%20intui%C3%A7%C3%A3o%20bergsoniana%20da%20dura%C3%A7%C3%A3o.pdf> [Abril de 2015]

*destaca-se num fundo e projecta-se noutro. Mas tanto o fundo donde emerge como aquele para que aponta constituem exactamente a sua irreductível qualidade de momento.*⁵⁴

A noção de progresso e multiplicidade surge, na compreensão da noção de Duração, necessariamente associada à noção bergsoniana de energia motora, de *élan vital*, que já referimos quando reflectimos sobre Michelet e agora recuperamos:

*Duration cannot be made the subject of a logical or mathematical treatment. This is owing to its character as a virtual multiplicity. Towards the end of part three of “Creative Evolution” Bergson turns to address the status of his construal of life in terms of an ‘impetus’ (the notorious if poorly understood élan vital). He explicitly conceives it in terms of a ‘virtual multiplicity’*⁵⁵.

*Our philosophy represents the organized world as a harmonious whole. But this harmony is far from being as perfect as it has been claimed to be. It admits of much discord, because each species, each individual even, retains only a certain impetus from the universal vital impulsion and tends to use this energy in its own interest. In this consists “adaptation”. [...] I mean that the original impetus is a “common” impetus and the higher we ascend the stream of life the more do diverse tendencies appear complementary to each other*⁵⁶.

Sendo este processo criativo movimento, intuitivo e livre, um ímpeto de aperfeiçoamento e de progresso, em termos interiores, ele será, segundo Bergson necessariamente aprisionado, coisificado, porque tenderemos, instintivamente, a rigidificar as nossas impressões na sua representação pela linguagem, o que nos leva a substituir a realidade vivenciada pela sua representação.

E se esse movimento é inevitável porque essencial à comunicação, na passagem do plano individual e interior ao plano colectivo e exterior Bergson valoriza muito o “vigoroso esforço de análise”⁵⁷ para reencontrar esse *eu fundamental* que evite, na mudança de plano, uma banalização dos “factos psicológicos internos”⁵⁸ quando convertidos numa imagem “refractada e depois solidificada no espaço homogéneo”⁵⁹ ou seja almejando, o mais possível, a preservação do que se vivencia no *tempo-qualidade* quando o projectamos no *tempo-quantidade*⁶⁰.

⁵⁴ EL, “Da permanência no mundo do espírito” in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005., p.50

⁵⁵ Bergson, Henri, Pearson, Keith (ed.) e Mullarkey, John (ed.), “Introduction” in *Henri Bergson Key Writings*, New York, 2002, p.1, disponível em http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/philosophy/applyingtostudy/postgraduate/modules/ph9a6/2011_12/_he_nri_bergson_key_writings_athlone_contemporary_european_thinkers_.pdf [Maio 2015]

⁵⁶ *Idem, ibidem*, “Creative Evolution-Life as *Creative Change*”, p.191

⁵⁷ Bergson, Henri, “Da multiplicidade dos estados de consciência: A ideia de duração”, in *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, Lisboa, Edições 70, 2011, p.100

⁵⁸ *Idem, ibidem*

⁵⁹ *Idem, ibidem*

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.101

Confessamos que esta é uma síntese que toca muito quem aqui escreve, pela sua esmagadora actualidade e aplicação profunda ao movimento de defesa, difícil, permanente, da vida interior, neste nosso cronótopo⁶¹, onde a existência exterior, social, acaba por ter tão mais importância do que a vida interior e individual, sendo cada vez mais complexo, em nossa opinião, para o comum dos indivíduos, com exigência de rigor e qualidade, a representação com vista à comunicação, dos genuínos e intuitivos estados psicológicos e de elaboração mental, evitando a coisificação e a banalização, mesmo quando se conseguem atingir níveis de abstracção qualificada na vivência interior. E é também essa exigência de rigorosa lealdade ao seu processo mental e interior que intuimos que é característica de Eduardo Lourenço, linha de pensamento que sistematizaremos adiante.

Note-se que Bergson fala do tempo como substância do real, como fenómeno ontológico e princípio actuante na vida, negando um “tempo abstracto que não seja percebido e vivido concretamente pelo sujeito⁶²”. Tempo abstracto também, sucessivamente negado por EL, esse tempo da história cientificista, o tempo subjacente à procura da “acumulação de factos [que] não cria um sentido. Nunca criará um sentido. O sentido tem de vir sempre de outra fonte, que não é da sequência”⁶³ (citação de EL que repetimos já abaixo, no início do ponto seguinte, onde EL associa essa ideia à caracterização da posição de Péguy sobre a História).

Em textos de maturidade como em *L'évolution créatrice* (1907) e *La pensée et le mouvant* (texto de 1903, que surgiu em livro apenas em 1934), Bergson veio a complexificar e complementar a noção de Duração expressa no seu texto de juventude sobre os estados de consciência mas sendo uma síntese, possível e útil à nossa perspectiva, da integração da

⁶¹ Fazemos recurso a este conceito na acepção apreendida a partir de Carlos Reis, “do grego *chronos*, “tempo” e *topos*, “espaço”” como noção relevante, com origem em Bakhtine, para análise do diálogo entre Literatura e História. Reis, Carlos, *O Conhecimento da Literatura, Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001, p.85.

⁶² Carvalho, Magda Costa, « A intuição bergsoniana da duração: o tempo da ciência é espaço” in *Kairos: Revista de Filosofia e Ciência*, 4; Lisboa, 2012, p.91 disponível em <http://kairos.fc.ul.pt/nr%204/A%20intui%C3%A7%C3%A3o%20bergsoniana%20da%20dura%C3%A7%C3%A3o.pdf> [Abril 2015]

⁶³ Ribeiro, Anabela Mota, “Nonagenariamente bem, muito obrigado”, entrevista a Eduardo Lourenço e José-Augusto França, in *Público*, Lisboa, 11 de Maio de 2014, sem pp, disponível em <http://www.publico.pt/portugal/noticia/nonagenariamente-bem-muito-obrigado-1635141> [Maio 2014].

Duração de Bergson “o que permite que nos construamos como seres históricos e que é, mais do que isso, o fundamento da nossa própria identidade”.⁶⁴

Não podemos discutir, por ora, o grau de proximidade da Duração conceptualizada por EL da de Bergson (sendo que a própria noção de Bergson teve evoluções no tempo e encerra possíveis ambiguidades, equacionadas por outros autores, que careceriam de análise) ou em que medida se identifica mais com particularizações ou depurações desta noção, feita por alguns dos seus seguidores e/ou críticos, afirmando, por exemplo, Maria Manuel Baptista que EL é “influenciado por Bergson (sobretudo no que respeita à concepção de tempo, particularmente através da específica interpretação de Merleau-Ponty [1908-1961])”⁶⁵.

Ser-nos-ia impossível avançar por essa via de investigação sem uma dispersão fatal aos nossos propósitos, mas recolhemos algum conforto quando, ao percorrer uma das principais obras de Merleau-Ponty, *Fenomenologia da Percepção*, sentimos Bergson como uma referência estrutural e permanente na sua conceptualização da percepção do tempo, mesmo quando lhe aponta erros ou insuficiências, mas estruturando a sua construção sempre em diálogo com ele:

*Bergson estava errado em explicar a unidade do tempo por sua continuidade, pois isso significa confundir passado, presente e porvir sob o pretexto de que se caminha de um para o outro por transições insensíveis, e enfim significa negar o tempo. Mas ele tinha razão em apegar-se à continuidade do tempo como a um fenómeno essencial.*⁶⁶

Aliás, também EL, logo em *Heterodoxia I*, afirmou discordância correlata com Bergson, quando disse que no pensamento sobre a estrutura do tempo humano seria errado pensar que ele

*oferece um modelo de existência apenas mais complicado e de difícil análise que o tempo exterior, mas afinal igualmente compacto, sem intervalos. Alguma coisa semelhante à estrutura dum rio ou de metal fundido que escorre, como pensava Bergson. Não é essa a nossa impressão e sobre uma oposição a esse ponto de vista repousam todas as análises que possamos fazer da vida do espírito. A existência típica da vida do espírito, a existência específica do mundo histórico na consciência dos sujeitos é radicalmente lacunosa.*⁶⁷

⁶⁴ Bergson, Henri, “Da multiplicidade dos estados de consciência: A ideia de duração”, in *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, Lisboa, Edições 70, 2011, p.101

⁶⁵ Baptista, Maria Manuel, “Filosofia trágica e tragédia da cultura” in *Eduardo Lourenço: A Paixão de Compreender*, Porto, ASA, 2003, p.185.

⁶⁶ Merleau-Ponty, Maurice, “O ser para si e o ser no mundo” in *Fenomenologia da Percepção*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1999, p.558, disponível em http://monoskop.org/images/0/07/Merleau_Ponty_Maurice_Fenomenologia_da_percep%C3%A7%C3%A3o_1999.pdf [Agosto 2015].

⁶⁷ EL, “Da permanência no mundo do espírito” in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005., p.51

Diz ainda EL, invocando Bertrand Russel, que o “tempo vazio é aí maior que o tempo pleno”⁶⁸, contra a noção bergsoniana de tempo homogéneo. Mas, não obstante a consciência dessas *nuances*, cremos relevante a consideração da noção bergsoniana de Duração no contexto da nossa análise, baseado, em conceitos que nos parecem relevar, em EL, do alinhamento com a visão de Bergson, como: i) o facto de o tempo do espírito, o tempo histórico na consciência, ser diverso do tempo exterior e ter uma *duração* própria e ii) a continuidade do tempo ser um fenómeno essencial, mesmo se ele não é homogéneo e as transições e os vazios são perceptíveis e relevantes, o que não afecta, pensamos, essa noção de coexistência, em cada instante, dos instantes passados em cada presente.

Em síntese, a bergsoniana noção de Duração, que brevemente caracterizámos, serve, em nosso entender, à compreensão da hermenêutica de EL em dois planos distintos mas complementares:

- i) A Duração como tempo de vivência interior, psicológico, e também como exigência, na sua exteriorização, da preservação da sua pureza criativa:

Duração como qualidade do tempo interior, que não se perde na transposição para o exterior, na comunicação, antes aparece evidente e vívido, a quem o lê e ouve, sem descontinuidades nem compartimentos estanques.

Se, no início do contacto com o pensamento de EL, essa pureza na transmissão dificulta, porventura, a compreensão do seu discurso, depois, à medida que se avança no conhecimento do seu ambiente mental, permite a apreensão cada vez mais profunda e ampla de toda a sua riqueza poliédrica.

Dela resulta um discurso sem as características de estruturação formal de um qualquer academismo, sem que isso implique menor exigência intelectual, pelo contrário, mas em que EL se permite, por exemplo, deambular livremente entre várias disciplinas, da Filosofia, à História ou à Literatura, muitas vezes com um substrato de Psicologia social.

Esse discurso consubstancia-se em textos praticamente sem recurso a citações, antes com sínteses próprias, evocando os autores que para ele relevam, com nexos de ideias integradas, depuradas, feitas lastro do seu próprio pensamento, cuja exteriorização evidencia, em todo

⁶⁸ EL, “Da permanência no mundo do espírito” in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005., p.51

o seu percurso, em nosso entender, uma recorrente exigência de fidelidade a esse seu tempo-qualidade próprio.

Dessa fidelidade resulta uma elaboração original que é um inestimável privilégio para quem com ele pensa e aprende, também porque, à medida que o acompanhamos mais e mais, se parece poder atingir algum conhecimento do mecanismo do seu pensamento, que verbaliza iterando para que se nos revele cada vez mais claro, em todos os cambiantes e particularidades, exigente com o receptor mas compensador, a premiar quem persiste.

A sua obra compõe-se de textos, ensaios, crónicas, em média pouco extensos, intervenções, entrevistas. Poucos livros foram produzidos como tal, poucos livros são “orgânicos”, na expressão de EL: “o meu livro mais orgânico é mesmo o “Pessoa Revisitado” (...). Às vezes vejo que tenho coisas que podiam dar um livro e organizo-o”⁶⁹. Para nós, são os textos que, por vezes muito depois de produzidos e com grandes hiatos entre si, parecem procurar-se e encontrar-se com outros que lhes completam o sentido, como num puzzle.

ii) Duração como tempo a apreender e a dar a compreender:

O seu discurso exterioriza-se numa representação narrativa constituída por percursos intertemporais repetidos e largos, com idas e vindas sucessivas, por vezes produzido com recurso a uma construção com base em sucessões de ideias e conceitos revisitados e requalificados (ainda bem que se repete, a benefício da nossa compreensão!), com o seu quê de dispersão aparente (só aparente) mas num perpétuo esforço de síntese, intelectual e intuitiva, da sua vivência e elaboração de décadas afinal quase sempre sobre o Ser no Tempo.

Chega-nos um pensamento fluido, à maneira da associação livre – grande arma da psicanálise – que integra e projecta trans-temporalidade secular, mas não se detendo sobre o tempo registado na sucessão dos acontecimentos, antes no tempo mental, consciente ou inconscientemente evidenciado por cada época e o seu passado, equacionando esse grau de consciência e o trabalho de cada época sobre si mesma e as que a antecederam.

⁶⁹ Queirós, Luis Miguel, “Eduardo Lourenço. Retrato de um pensador errante” in Revista Pública de *Público*, Lisboa, 13/V/2007, p. 44, disponível em <http://static.publico.pt/docs/cultura/eduardolourenco/01.html> [Novembro 2011]

Daí - pensamos e tentamos provar - dessa tentativa de apreensão dos tempos interiores individuais feitos vozes simbólicas, no tempo, da existência trans-epocal de um colectivo que se visa captar, decorre em particular o uso da Literatura (em sentido lato) como grande voz a escutar, pela genuinidade e qualificação do discurso que compreende, na representação do olhar dos criadores e dos seus mundos, internos e externos, mas sem amarras às noções de criador e criatura. Elaboraremos muito mais sobre este ponto, adiante.

A Duração, parece-nos, em última análise, ser elemento permanente na visão de EL sobre a História, visando a análise desse ser colectivo histórico (nacional, europeu, universal...) num Tempo contínuo, uno embora não homogéneo e – apesar das discontinuidades da memória – interpenetrado, vivenciado psicologicamente, multiplamente coevo e imortal.

4. A História com a mediação trans-temporal da Literatura, em aproximação a Péguy

Então, [Péguy] instalou-se num estaminé perto da Sorbonne chamado La Quinzaine. Uma trincheira de onde bombardeava os mestres que, do outro lado, escreviam aqueles monumentos da História (aqueles de onde uma pessoa sai e não está em parte nenhuma). Trava uma batalha quixotesca contra a visão dominante para [defender] a ideia de que uma acumulação de factos não cria um sentido. Nunca criará um sentido. O sentido tem de vir sempre de outra fonte, que não é da sequência. [...] O problema do Péguy: como é que o que nós somos, como realidade temporal, adquire sentido? A colecção de instantes é sempre uma maneira de se ser eterno. A eternidade não é uma coisa, um sítio final para onde tudo conflui. Ela está implicada na sucessão de instantes. E isso, [com ele], aprendi para sempre.⁷⁰

No quadro mental em que nos encontramos, aqui chegados, esta citação de EL surge-nos como um elo de ligação muito oportuno com os pontos anteriores, no início deste, em que nos focaremos em Péguy, poeta, crítico e filósofo da História.

Péguy, que não resistimos, desde já, a citar, numa passagem que nos surge como uma “correspondência” à evocação de EL, acima. Diz Péguy, num dos seus textos mais emblemáticos (Zangwill, que contextualizaremos a seguir):

Epuiser l'immensité, l'indéfinité, l'infinité du détail pour obtenir la connaissance de tout le réel, telle est la surhumaine ambition de la méthode discursive; partir du plus loin possible, cheminer par la plus long-que série possible; parvenir le plus tard possible; à peine arrivés repartir pour un voyage intérieur le plus long possible: mais si du départ le plus éloigné possible à l'arrivée la plus retardée possible et dans cette arrivée même une série indéfinie, infinie de détail s'interpose immense, comment épuiser ce détail.⁷¹

Péguy, com quem EL diz ter aprendido que a eternidade está implicada na sucessão de instantes, no movimento em si e não no ponto de chegada (esta é uma ideia de ressonância profundamente bergsoniana e filha da sua noção de Duração), diz-nos que o método discursivo aplicado à História – fazendo-a aspirar a ser ciência exacta e redundando no historicismo, filho do positivismo cientificista do século XIX, que combateu - visava exactamente atingir o cerne do real através da acumulação indefinida e imensa de factos, de detalhes, num processo nunca finalizado, em perpétua insatisfação porque nunca se detendo na riqueza da viagem mas apenas no seu objectivo, de resto inalcançável, face à visão aplicada, então, ao estudo da História: o sentido, o real, desvendar-se-ia

⁷⁰ Ribeiro, Anabela Mota, “Nonagenariamente bem, muito obrigado”, entrevista a Eduardo Lourenço e José-Augusto França, in *Público*, Lisboa, 11 de Maio de 2014, sem pp, disponível em <http://www.publico.pt/portugal/noticia/nonagenariamente-bem-muito-obrigado-1635141> [Maio 2014].

⁷¹ Péguy, Charles, « Zangwill » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome II, Œuvres de Prose*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 216, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte02pguoft> [Junho 2014].

completamente pelo conhecimento quantitativo de todos os factos, pela colecção de detalhes e de instantes.

4.1. Péguy no seu cronótopo

Guiados pela citação de EL que nos ilumina neste ponto, já avançámos, é certo, mas voltemos atrás: Quem foi Péguy? Apesar de não cumprir desfiar aqui a sua biografia cremos que é uma figura tão pouco conhecida, hoje em dia - por exemplo em comparação com Michelet, Braudel ou Bergson, em quem nos detivemos antes, que são nomes “vivos” no presente - que importa, pela relevância que agora acreditamos ter para a nossa análise do quadro mental de Eduardo Lourenço, enraizar brevemente a vida deste poeta e filósofo da história no cronótopo específico da França da Terceira República (1870-1940).

The poet and essayist Charles Péguy (1873-1914) was born into a remarkable generation of French literary figures – one that included such luminaries as André Gide, Paul Valéry, Marcel Proust, Paul Claudel, and Romain Rolland, among others - (...) all of them deeply affected by the tumultuous years of the Dreyfus Affair (1897-1900) and the human tragedy of the Great War (1914-1918).^{72 73}

Em parte por natureza e em parte pelas especificidades do seu contexto, Péguy foi um defensor apaixonado de causas, tendo participado muito activamente no *Affaire Dreyfus* e tendo vindo a alistar-se para combater na Primeira Guerra Mundial, na ilusão de que seria a última, a guerra que acabaria com as guerras e onde veio a perecer em combate. Aliás, exactamente entre esses dois eventos decorreram os anos de maior produção e intervenção deste poeta e pensador, como veremos.

Pela importância que assumiu no seu percurso e posicionamento – político-ideológico mas também intelectual e académico, afinal ético, e no que à História e à Literatura respeita, o que aqui nos interessa – importa lembrar o contexto do referido caso *Dreyfus*, que, começando como uma mera acusação e condenação de um capitão judeu francês por espionagem a favor da Alemanha, em 1894, se converteu num assunto político e de Estado,

⁷² Roe, Glenn H., “Preface” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.v.

⁷³ Cumpre referir que a nossa leitura dos textos seleccionados de Péguy – escolhidos pela relevância percebida para a captação da sua visão sobre a História - foi, a partir de determinado ponto, profundamente coadjuvada pela escolha, como companheiro de percurso, de um dos livros publicados no centenário da sua morte (2014), o de Glenn Roe (Lecturer em Literary Studies and Digital Humanities na Australian National University), citado acima, e que foi para tal eleito porque consideramos que analisa Péguy exactamente da perspectiva que consideramos que melhor serve os nossos propósitos de aproximação a EL: como teorizador sobre o papel da História, na compreensão do real, e da Literatura como superiora mediadora deste processo.

fracturando a França, na viragem do século XIX para o XX, literalmente em duas facções: defensores e acusadores de Dreyfus, divisão que teve uma correspondência ideológica muito vincada, agregando a esquerda *les dreyfusards* e a direita *les antidreyfusards*.

Esta clivagem, que se foi aprofundando com a segunda condenação do capitão (em 1899), baseada em documentos fabricados pela acusação, como se veio a provar, provocou um movimento massivo de apoio ao mesmo por parte de intelectuais e artistas (entre os quais Péguy mas também Anatole France, Marcel Proust, André Gide entre muitos outros, de grande projecção) com forte repercussão pública através da imprensa, da qual o ponto mais lembrado é, ainda hoje, a carta aberta publicada por Zola no *Le Figaro*, em 1897, com o título « J'accuse... ! », dirigida ao presidente Félix Faure, defendendo a inocência do capitão.

Dreyfus viria a ser reabilitado e reintegrado no exército, em 1906⁷⁴, mas este caso permaneceu como uma ferida aberta em França e marcou, para o que aqui nos ocupa, também, e em particular, o movimento intelectual nos anos seguintes, com a ascensão do grupo dos apoiantes de Dreyfus à academia e à orientação da programação pedagógica e de investigação⁷⁵, sendo o ensino logo uma grande preocupação do regime francês desde “1880 when the French Third Republic decided to control more closely its schools and universities with the aid of the newly coined ‘historical sciences’”⁷⁶.

Péguy não acompanhou esse movimento de tomada do poder e da academia, distanciou-se dos até aí seus correligionários e posicionou-se abertamente contra o historicismo e contra o uso da história ao serviço do controle do ensino pelo regime, barricando-se na “sua” trincheira da Sorbonne, do outro lado da rua, e atacando o que se passava na universidade

⁷⁴ Este resumo do *Affaire Dreyfus* foi produzido com base na informação disponível na Enciclopédia Larousse em linha, disponível em http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/affaire_Dreyfus/117099 [Maio 2015];

⁷⁵ “Dreyfusard professors such as Émile Durheim and Gustave Lanson were given chairs at the prestigious Sorbonne in Paris [...], Péguy was shocked by this settling of political scores in the academic community.” Roe, Glenn H., “Introduction” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.13.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.12 Roe enfatiza que “By the end of nineteenth century, positivism in its most general sense had become the guiding principle behind the institutionalization of history as the pre-eminent academic discipline in the French university system. This methodology, whose mechanistic determinism resembled closely that of the natural sciences, was then applied to humanities disciplines”. *Idem, ibidem*

através dos seus *Cahiers de La Quinzaine* “his avant-garde literary review”⁷⁷, publicados desde 1900⁷⁸.

Roe defende que dois eventos inaugurais do século XX constituíram, para Péguy, pilares centrais da sua teorização: i) a crescente popularidade do Bergsonismo e ii) a democratização dos estudos liceais e universitários em França⁷⁹. Bergson e as suas teorias, por um lado, e a reflexão sobre a filosofia do ensino e da investigação em França, em particular em relação às ciências humanas e centralmente em relação à História, por outro, foram temas recorrentes na sua obra.⁸⁰

Para descobrir Péguy e analisar o seu olhar sobre a História - e tendo a fortuna de encontrar, em linha⁸¹, boa parte dos volumes da sua obra completa e também da compilação dos seus *Cahiers de La Quinzaine* – seleccionámos quatro textos, que já vimos citando e que nos pareceram conter referências chave, a saber, por ordem cronológica de produção:

- i) «Zangwill»⁸² - 1904;
- ii) «De la situation faite à l’histoire et à la sociologie dans les temps modernes» – 1906;
- iii) «Clio, Dialogue de l’histoire et de l’âme païenne» – 1913 (publicado postumamente);
- iv) « Note sur M. Bergson et la philosophie bergsonienne » - 1914.

⁷⁷ Roe, Glenn H., “Introduction” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.11.

⁷⁸ Roe, Glenn H., “The End of the Affair” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.56.

⁷⁹ Roe, Glenn H., “Preface” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.v.

⁸⁰ Algo muito evidente em textos como “Zangwill”, “Clio” e “De la situation faite à l’Histoire et à la Sociologie dans les temps modernes” que, brevemente, percorreremos.

⁸¹ Em volumes propriedade da Universidade de Toronto, digitalizados com patrocínio da Universidade de Otava e disponíveis em <https://archive.org> [Junho 2014]. Note-se que não foi possível encontrar, em linha, nenhuma digitalização de obras de Péguy sob o patrocínio de qualquer instituição francesa, nem mesmo no ano em que se completaram 100 anos sobre a sua morte...

⁸² texto que visava apresentar um autor judeu, desconhecido, Zangwill, de quem era publicada uma pequena história nos *Cahiers*, na mesma data, e se transformou numa das produções teóricas mais importante de Péguy. Roe, Glenn H., “The Metaphysics of Modern Historicism” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.16

Entre os anos do caso Dreyfus e a primeira guerra, Péguy terá sido, em França, um dos grandes protagonistas de mais uma “confrontation between history and literature”⁸³ lutando pela “independence of literature and art against the excesses of historicism”⁸⁴.

Teoricamente, no que à História respeita, Péguy opôs-se a Taine (1828-1893) e Renan (1823-1892), dois dos mestres historiadores cujas teses de aplicação do método científico às humanidades Péguy combateu – não deixando de ter, com estes intelectuais, uma relação de “cultural inheritance and intellectual rebellion”⁸⁵, mas discutindo sobre a sua preocupação central, concernente ao lugar e objectivo do estudo da História⁸⁶, e concluindo contra a aplicação dos métodos científicos modernos a esta disciplina:

*Ma proposition est exactement la suivante, que les méthodes scientifiques modernes, importées, transportées telles que dans le domaine de l'histoire, demandent, si on les entend exactement, et dans toute leur extrême rigueur, des qualités qui ne sont point les qualités de l'homme.*⁸⁷

Sendo Péguy identificado por Roe como precursor de críticas que vieram a ser lançadas a esta abordagem historicista-positivista, já em torno de e após a segunda guerra, por nomes como Marc Bloch, Lucien Febvre ou Karl Popper, entre outros, diz aquele autor que “Péguy’s brand of modernism is, in many ways, more resonant with the various acceptations of the term ‘modernity’ (or even ‘postmodernity’) that appears in the last half of the twentieth century”⁸⁸.

4.2. História como pura criação - elogio de Péguy a Michelet

Descobrimos um Péguy admirador de Michelet, na sua luta contra a procura do sentido no discernimento e acumulação de factos, promovida pelo historicismo, comparando-o aos mestres modernos, seus contemporâneos, e mencionando, neste caso e especificamente, Michelet em comparação com Renan, sendo aquele um criador que constituiria uma

⁸³ Roe, Glenn H., “Introduction” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.11

⁸⁴ *Idem, ibidem*

⁸⁵ Roe, Glenn H., “The Metaphysics of Modern Historicism” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014,p.19

⁸⁶ *Idem*, p.18

⁸⁷ Péguy, Charles, « Zangwill » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome II, Œuvres de Prose*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 200, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte02pguoft> [Junho 2014].

⁸⁸ Roe, Glenn H., “The Metaphysics of Modern Historicism” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014,p.19

ameaça para estes, dada a sua visão integrada e discurso indestrinçável, entre a história e filosofia (e a poesia, dizemos nós):

*Il ne faut pas perdre une occasion, mon ami, de redéclarer que Michelet est le génie même de l'histoire, d'abord parce que c'est vrai ; et puis ça embête tant de monde ; et c'est un si grand supplice pour nos grands amis les modernes.*⁸⁹

*Quand Renan est hanté de préoccupations métaphysiques, il n'est plus, il n'est pas un historien. Quand il s'adonne à ses occupations d'historien, il n'est plus, il n'est pas un philosophe. Ses occupations et ses préoccupations ne sont pas du même monde. Un Michelet au contraire n'est jamais discernable comme historien de ce qu'il est comme philosophe, ni comme philosophe de ce qu'il est comme historien. On ne peut jamais le prendre sur le fait. Il n'est jamais coupable. Il n'est jamais saisissable comme l'un ou comme l'autre. Son œuvre, en ce sens, défie toute analyse et se présente indissoluble.*⁹⁰

Neste contexto, a abordagem de Péguy à História evolui e afasta-se, cada vez mais, da dos académicos franceses seus contemporâneos, sendo, em contrapartida, mais e mais influenciada por Bergson, como veremos, mas também, muito, por Michelet, do que resulta que, para Péguy, a História seja perspectivada na Duração e como pura criação.

Péguy diz, em “Zangwill”, que o historiador, conta, escolhe, esquece, selecciona e, por isso mesmo e acima de tudo, independentemente do que produz, cria uma obra de arte:

*Aussitôt qu'il produit, fût-ce un article de revue, un filet de journal, une note au bas d'une page, une table des matières, c'est qu'il est infidèle aux pures méthodes modernes, c'est qu'il choisit, c'est qu'il élimine, qu'il arrête la poursuite indéfinie du détail, qu'il fait œuvre d'artiste, et par les moyens de l'art*⁹¹.

Pelo mesmo processo, também o artista é um historiador. Diz Roe que, para Péguy, “the greatest historians are not those that blindly follow the modern methods of scientific inquiry, but rather those who construct an authentic version of the past through the means of artistic expression, with Michelet serving as the prime example of this sort of creative historian”.⁹² Tal como Michelet, como já vimos, se considera ele próprio um exemplo de um historiador criador e EL o denomina “poeta da História”.

⁸⁹ Péguy, Charles, « Clio-Dialogue de L'Histoire et de L'âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 56, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pguoft> [Junho 2014].

⁹⁰ Péguy, Charles, “De la situation faite à l'histoire et à sociologie dans les temps modernes » in *Cahiers de la quinzaine, troisième cahier de la huitième série (volume 1-3, série 8)*, Paris, Charles Péguy, 1900-14 (1906), p. 36, disponível em <https://ia601405.us.archive.org/27/items/s8cahiersdelaquinz01pg/s8cahiersdelaquinz01pg.pdf> [Junho 2014]

⁹¹ Péguy, Charles, « Zangwill » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome II, Œuvres de Prose*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 270, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte02pguoft> [Junho 2014]

⁹² Roe, Glen H, Roe, Glenn H., “The Metaphysics of Modern Historicism” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, pp.48-49

Também em *Clio*, sua interpelação maior à História, Péguy exalta Michelet e a sua híbrida condição de historiador, de cronista e de autor, de nenhum modo diminuído na sua condição de intelectual pela liberdade com que encara o acto de criação:

*Toutes ces prétendues contradictions de Michelet, dit-elle, notamment dans l'histoire du Moyen Age, viennent de là. De ce que tantôt asservi aux idées modernes, aux prétendues méthodes modernes il fait du travail; et alors il est dans l'histoire, dans l'inscription. Mais emporté soudain par un des plus grands génies qu'il y ait jamais eu dans le monde il déborde tout à coup, il fait une œuvre, et alors il est dans la mémoire et dans le vieillissement. Alors il est libéré. Quand il suit son temps, il n'est qu'historien. Quand il suit son génie il est promu mémorialiste et chroniqueur.*⁹³

Intuição, experiência, revivência, processos subjectivos elevados a actos maiores de criação e de convivência com o passado, todas linhas de pensamento contra a busca historicista da objectividade.

4.3. Intuição e Duração – Péguy discípulo e seguidor de Bergson

Liberdade e exigência

Quando visitámos a Duração de Bergson, não mencionámos o grau de celebridade atingido por este pensador, ainda em vida, de resto lembrado na citação de Lourenço acima, na medida em que considerámos que se impunha referir esse “‘Bergson Boom’ of 1910-1914”⁹⁴ a propósito da defesa que deste autor fez Péguy, já que com a difusão internacional da figura de Bergson e das suas teorias (ampliada também pela sua carreira política internacional e diplomática, em representação do governo francês, em particular a partir de 1913, nos Estados Unidos⁹⁵) choveram também críticas de todos os quadrantes e geografias: republicanos, católicos (o Vaticano colocou-o no *Index* em 1914), marxistas, franceses ou anglo-americanos, todos questionavam o seu posicionamento e conceptualização.

Péguy tê-lo-á defendido de modo veemente, em particular nos tempos imediatamente anteriores à primeira guerra, coincidentemente os últimos meses de vida do poeta. Diz Roe

⁹³ Péguy, Charles, « Clio-Dialogue de L'Histoire et de L'âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 284, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pguoft> [Junho 2014].

⁹⁴ Roe, Glenn, “A philosophy of hope” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.170.

⁹⁵ Lawlor, Leonar e Moulard Leonard, Valentine, "Henri Bergson" in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/bergson/> [Maio de 2015]

que, ao defender Bergson, Péguy defendia a sua própria visão do mundo e filosofia pessoal⁹⁶.

A síntese dessa defesa foi feita no “texto-manifesto” (a classificação é nossa) “Note sur M. Bergson et la philosophie bergsonienne” (publicado nos *Cahiers de la Quinzaine* em Abril 1914), que já vimos referindo, e onde Péguy apresenta, segundo Roe, o bergsonismo como uma das poucas filosofias capazes de

*effectively addressing the ontological exigency of the modern world (...) a methodology that invites one to free oneself from the constraints of intellectual habit, preconceived notions and ready-made ideas, regardless of their philosophic affiliation.*⁹⁷

Ou seja, mais importante que a defesa de um qualquer sistema conceptual será, para Péguy, a forma como Bergson defende a liberdade da vivência intuitiva e da experiência criadora. Diz Péguy que “la révolution, l’invention bergsonienne n’a point consisté à déplacer ces royaumes mais à opérer une révolution de l’intérieur”⁹⁸ e que « Elle [la révolution] a consisté à poursuivre parallèlement dans tous les royaumes, dans tous les ordres, dans toutes les disciplines une certaine resituations de la pensée en face de ces réalités parallèles »⁹⁹.

E consideramos ainda mais ilustradora a seguinte passagem, do mesmo texto :

*Il y a une immense tourbe d’hommes qui sentent par sentiments tout faits, dans la même proportion qu’il y a une immense tourbe d’hommes qui pensent par idées toutes faites, et dans la même proportion il y a une immense tourbe d’hommes qui veulent par volontés toutes faites, dans la même proportion qu’il y a une immense tourbe de « chrétiens » qui répètent machinalement les paroles de la prière. Et l’on pourrait aller longtemps et passer dans tous les compartiments et l’on pourrait dire : Dans la même proportion qu’il y a une immense tourbe de peintres qui dessinent par des lignes toutes faites. Il y a aussi peu de peintres qui regardent que de philosophes qui pensent.*¹⁰⁰

Defende Péguy que é exactamente esta liberdade, a capacidade de pensar de novo, sem partir de ideias feitas, com a consideração das diferentes vertentes da realidade, na vivência mental de um ambiente teórico marcado por diferentes disciplinas e não espartilhado pela pertença ortodoxa e não questionadora, a um qualquer sistema de conceptualização, que

⁹⁶ Roe, Glenn, “A philosophy of hope” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.171.

⁹⁷ *Idem, ibidem*

⁹⁸ Péguy, Charles, «Note sur M. Bergson et la philosophie bergsonienne» in *Cahiers de la quinzaine*, huitième cahier de la quinzisième série (volume 7-10, série 15), Paris, Charles Péguy, 1900-14 (1914), p. 18, disponível em <https://archive.org/details/s15cahiersdelaquinz07pg> [Junho 2014].

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p.21

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.35

configura a grande revolução introduzida por Bergson (neste mesmo texto comparando-a, em importância, à revolução cartesiana, que reconhece como imensa, ao longo de todo o texto: “Le cartésianisme a été une rupture violente. Le bergsonisme a été une rupture, une déliaison vive et comme acharnée”¹⁰¹).

Parece-nos verdadeiramente que se esta defesa caracteriza a atitude de Péguy perante a exigência que o pensamento, seja científico ou artístico ou apenas pensamento, se deve colocar a si mesmo, a expressão “pensar de novo” se manifesta como uma poderosa síntese da atitude ontológica e ética de Eduardo Lourenço, que não resistimos a afirmar seja também inspirada em Péguy e em Bergson.

Péguy escreveu esta nota sobre Bergson em 1914 mas, lida agora, mais de 100 anos depois, não pode deixar de se considerar de uma enorme actualidade, quiçá ainda com maior aplicabilidade a este nosso tempo – tão caracterizável pela *turba imensa* que não pensa e se limita a reproduzir infindos (pré) conceitos e ideias *ready-made*, massiva e permanentemente, a nível global - que ao seu próprio presente. Péguy filósofo, crítico, poeta, católico e...heterodoxo?

Duração, Memória e História

No contexto de defesa da filosofia bergsoniana, disse Péguy que a Memória e a História formam um ângulo recto e que não só o tempo individual tem uma duração própria, mas também o tempo colectivo não é apreensível senão pela percepção do seu próprio ritmo e duração, não necessariamente homogéneo, nem coincidente com o fio cronológico:

*L'histoire est essentiellement longitudinale, la mémoire est essentiellement verticale. L'histoire consiste essentiellement à passer au long de l'événement. La mémoire consiste essentiellement, étant dedans l'événement, avant tout à n'en pas sortir, à y rester, et à le remonter en dedans. La mémoire et l'histoire forment un angle droit. L'histoire est parallèle à l'événement, la mémoire lui est centrale et axiale*¹⁰².

Ce qu'il y a de certain, (dit-elle), faites-y bien attention, cherchez, regardez simplement dans votre mémoire: mais regardez immédiatement, au sens où ce mot immédiat est précisément pris dans « Essai sur les données immédiates de la conscience ». Il est indéniable que tout le temps ne passe pas avec la même vitesse et selon le même rythme. Non pas seulement le temps

¹⁰¹ Péguy, Charles, «Note sur M. Bergson et la philosophie bergsonienne» in *Cahiers de la quinzaine*, huitième cahier de la quinzisième série (volume 7-10, série 15), Paris, Charles Péguy, 1900-14 (1914), p. 87, disponível em <https://archive.org/details/s15cahiersdelaquinz07pg> [Junho 2014]

¹⁰² Péguy, Charles, « Clio-Dialogue de L'Histoire et de L'âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 285, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pguoft> [Junho 2014].

*individuel, non pas seulement ce temps personnel. Cela c'est entendu depuis Bergson, et c'est précisément en cela que consiste sa découverte de la durée. Mais le temps public même, le temps de tout un peuple, le temps du monde, on est conduit à se demander si le temps public même ne recouvre pas seulement, ne mesure pas seulement, ne sous-tend pas seulement une durée propre, une durée publique elle-même, une durée d'un peuple, une durée du monde*¹⁰³.

A noção singular de que a História consiste em passar pelos acontecimentos e a Memória em permanecer dentro deles parece-nos maximamente expressiva. Discussão que nos devolve explicitamente a Bergson e à sua Duração, aplicada ao tempo colectivo, mas que também nos conduziria, nesta teia de relações de Eduardo Lourenço, necessariamente a Paul Ricoeur (1913-2005) e, em particular, ao seu trabalho de maturidade *Mémoire, l'histoire, l'oubli* (publicado em 2000)¹⁰⁴, onde discute o que é a memória, porque se esquece e se lembra, reflectindo sobre a relação entre a memória – individual e colectiva -, a vivência e a produção da narrativa histórica, enquanto representação¹⁰⁵, terminando com uma expressiva viagem pelos meandros do esquecimento e das suas inúmeras formas, do efectivo obliúvio ao recalramento e ao perdão¹⁰⁶.

Muito sentido nos faria tecer mais esta ligação, no nosso poliedro: a consideração do pensamento de Ricoeur no contexto deste trabalho seria muito adequada, pensamos, exactamente para explorar a noção de formação da memória e dos mecanismos da sua fixação na narrativa, desde logo historiográfica, também ela literária, como defendemos, com os autores que vimos percorrendo.

De resto, no texto de Ricoeur que já mencionámos este evoca Braudel e Bergson a propósito da Duração, e Roe, na sua análise de Péguy também evoca Ricoeur¹⁰⁷, as ligações consubstanciam um nexa cada vez mais completo... Mas dado que a relação entre Lourenço e Ricoeur já foi abordada por Maria Manuel Baptista em *A paixão de compreender* – que vimos citando – e foi profundamente estudada numa outra dissertação,

¹⁰³ Péguy, Charles, « Clio-Dialogue de L'Histoire et de L'âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 326-327, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pquoft> [Junho 2014]

¹⁰⁴ Dauenhauer, Bernard and Pellauer, David, "Paul Ricoeur", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/ricoeur> [Agosto 2015]

¹⁰⁵ Ricoeur, Paul, "Preface" in *Memory, History, Forgetting*, Chicago, The University of Chicago Press, 2004, p.xvi

¹⁰⁶ Ricoeur, Paul, "Epilogue" in *Memory, History, Forgetting*, Chicago, The University of Chicago Press, 2004, p.500

¹⁰⁷ Roe, Glenn H., "Chronicler of Heroes and Saints" in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.129.

de Maria Teresa Rodrigues¹⁰⁸, não nos deixaremos aqui dispersar, apesar de nos parecer que este trabalho, de fim de vida de Ricoeur, não foi ainda considerado nem analisado na referida dissertação, sendo relevante vir a explorar também a ligação entre os dois autores pelos seus olhares sobre a História, especificamente. Fica a sugestão ou o embrião de um futuro projecto.

Intuição

Péguy foi seguidor fiel e defensor de Bergson e da sua filosofia intuitiva, optando, em alternativa ao método discursivo, pelo método intuitivo, que consideraria poder:

*accurately capture the essence of both literary works and historical events in the present moment. This sort of historical understanding is brought about for Péguy not through the indefinite compilation of causal details, but rather through direct intuition of the historical or literary object in duration.*¹⁰⁹

Disse o próprio Péguy:

*Mais moi je sais qu'il y a un tout autre temps, que l'événement, que la réalité, que l'organique suit un tout autre temps, suit une durée, un rythme de durée, constitue une durée, réelle, est constituée par une durée, réelle, qu'il faut bien nommer la durée bergsonienne, puisque c'est lui qui a découvert ce nouveau monde, ce monde éternel.*¹¹⁰

Observa-se que a captação da essência da realidade é, para Péguy, com Bergson, a de uma Duração que caracteriza um “mundo eterno”, permanentemente vivo e coevo, acumulando sucessivos “presentes” ao passado. Roe vai mais longe e desvenda que, pelo método intuitivo da filosofia bergsoniana, Péguy acreditava na captação da essência, quer da literatura, quer dos eventos históricos, subjacentes a cada presente.

Péguy, o lado que completa a base do nosso poliedro, com Michelet e Bergson, ligados entre si e todos a EL: “Como é que o que nós somos, como realidade temporal, adquire sentido?” Problema de Péguy, problema de Lourenço. Problema do homem, generaliza Eduardo Lourenço quando diz, peremptoriamente que “o tempo não é problema meu. O tempo é problema nosso, é um dos problemas fundamentais do homem consciente de si

¹⁰⁸ Rodrigues, Maria Teresa Marques, *Eduardo Lourenço – Hermeneuta do imaginário português*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2012.

¹⁰⁹ Roe, Glenn H., “The Metaphysics of Modern Historicism” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.36.

¹¹⁰ Péguy, Charles, « Clio-Dialogue de L’Histoire et de L’âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 65, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pguoft> [Junho 2014].

próprio. A consciência não é outra coisa senão a percepção de que nós estamos no tempo...”.¹¹¹

Ao colocar o Homem perante o Tempo, coloca-o perante a incerteza absoluta, já que, sintetiza Catroga,

*ao contrário do que sustentava o optimismo historicista, não mais se poderá viver na certeza ditada por uma visão do tempo e da história de sentido único mas também não se pode aceitar acriticamente os prognósticos que decretam o seu “fim” como se as sociedades pudessem existir sem memória*¹¹²,

e confronta-o com a sua própria interioridade e o enigma da sua existência, “consustanciado na indizibilidade do tempo que, [...], somente pode experienciar na sua pluralidade, isto é como tempo psicológico ou como tempos sociais, objectivações que a historiografia e a psicanálise contemporâneas procuram explicar”¹¹³, num nível em que a história pode ser vista, “não como “palco” da objectivação da racionalidade, mas como enredo escrito pelos protestos humanos contra a finitude”¹¹⁴. História como Literatura e na afirmação de um historiador, registamos.

Com este elo de ligação, não resistimos a adiantar-nos, em matéria da tentativa de resposta sobre como faz EL – de resto como também fez Péguy - essa permanente e desassossegadora interpelação ao Homem no Tempo: Lourenço procura discernir o sentido trans-temporal da existência através da evocação da criação e, dentro desta, muito especificamente da Literatura, em sentido lato.

É de analisar a escolha da Literatura para mediadora da compreensão da História, por Eduardo Lourenço, através da ilustração da identificada comunhão de olhar com Péguy, que nos ocuparemos agora.

¹¹¹ Lourenço, Eduardo, “Sobre o Tempo” in AAVV (Org. de Maria Manuel Baptista), *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço. Dos Críticos*, Maia, Ver o Verso, 2004, p.13.

¹¹² Catroga, Fernando, “A inquietação da heterodoxia” in Gil, José e Catroga, Fernando, *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio d’água Editores, 1996, p.34-35

¹¹³ *Idem, ibidem*, p.34-35

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, p.35

4.4. A literatura como mediadora da compreensão do real

Pelo que nos foi dado perceber, pela leitura dos textos de Péguy, bem como do estudo de Roe sobre o autor, que nos acompanha, aquele poeta-filósofo evoluiu, ao longo da sua curta vida, para uma escolha definitiva a favor da Literatura como mediadora da sua reflexão sobre a realidade.

Disse a esse propósito, por exemplo, que, na didáctica e nos manuais, “le clair exclût le profond” e “le profond exclût le clair”¹¹⁵ mas que “Homère, qui est la plus grande clarté, n’est-il pas aussi la plus grande profondeur”¹¹⁶ e que “Quand Hugo suivait sa nature, son génie classique il était profond et clair”¹¹⁷, chamando os grandes criadores à ilustração da sua tese.

Pensar de novo e em liberdade, com a Literatura de todos os tempos

Nesta linha de análise, sumaria Roe, em síntese que mais uma vez encontra raiz funda nos textos de Péguy:

*Through the experience of duration, of the ‘in-the-making’ as opposed to the ready-made, we can for the first time arrive at the profound intuition that past, present, and future belong to an unbroken continuum. Henceforth, our approach to literature, taken as a microcosm of humanity’s larger creative potential, should therefore reflect this creative impulse (élan vital) as it moves back and forth between past and future through the mediation of the present.*¹¹⁸

*C’est cette profonde et capitale idée bergsonienne que le présent, le passé, le futur ne sont pas du temps seulement mais de l’être même. Qu’ils ne sont pas seulement chronologiques. Que le futur n’est pas seulement du passé pour plus tard. Que le passé n’est pas seulement de l’ancien futur, du futur de dedans le temps. Mais que la création, à mesure qu’elle passe, qu’elle descend, qu’elle tombe du futur au passé par le ministère, par l’accomplissement du présent ne change pas seulement de date, qu’elle change d’être.*¹¹⁹

¹¹⁵ Péguy, Charles, «Note sur M. Bergson et la philosophie bergsonienne» in *Cahiers de la quinzaine*, huitième cahier de la quinzième série (volume 7-10, série 15), Paris, Charles Péguy, 1900-14 (1914), p. 29, disponível em <https://archive.org/details/s15cahiersdelaquinz07pg> [Junho 2014].

¹¹⁶ *Idem, ibidem*

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p.30

¹¹⁸ Roe, Glenn, “A philosophy of hope” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.183.

¹¹⁹ Péguy, Charles, «Note sur M. Bergson et la philosophie bergsonienne» in *Cahiers de la quinzaine*, huitième cahier de la quinzième série (volume 7-10, série 15), Paris, Charles Péguy, 1900-14 (1914), p. 39-40, disponível em <https://archive.org/details/s15cahiersdelaquinz07pg> [Junho 2014].

Contra o *ready-made*, pensando sobre todas as questões sempre como se as enfrentasse pela primeira vez, preservando um olhar inteiro e original bem como usando a literatura como mediadora privilegiada nesse pensamento, essa Literatura de todos os tempos, que à medida que sobrevive aos sucessivos presentes se torna coeva de todos eles: não se limita a mudar de cronologia, muda em si mesma, evolui, porque prevalece e se revalida.

É essa mesma atitude de repensar permanentemente tudo e de revalidação constante da Literatura de todos os tempos como voz a escutar, para esse efeito, em cada presente, que detectamos em Eduardo Lourenço desde *Heterodoxia I*, em 1949, quando já dizia, que “a heterodoxia não é o contrário de ortodoxia nem de niilismo, mas o movimento constante de os pensar a ambos”¹²⁰ e concretizava sobre o como pensar: ”Exemplifiquemos com a literatura, expressão real de toda a cultura superior”¹²¹.

E ao falar da liberdade humana, como um todo, usou, logo nesse texto de juventude, a sua específica parte referente à liberdade da criação literária para dizer que:

*uma vez que há uma realidade designada por literatura e não por ciência, filosofia ou política, não confundamos os géneros, nem o grau de liberdade de cada um deles. Ou se nega a validade dum domínio próprio designado por literatura, e então é justa a posição dos que subordinam o seu exercício a outra ordem de realidades supostamente mais valiosas e humanas; ou se afirma, e então a literatura será tanto mais livre quanto mais literatura.*¹²²

contra a “defesa sistemática da subordinação da literatura a objectivos religiosos, morais, filosóficos e políticos de duvidosa exaltação humana”¹²³.

No combate contra a subordinação da Literatura a objectivos vários também, mais uma vez EL se uniu a Péguy que muito perorara, no seu tempo, contestando a aspiração a ciência exacta da História e a propagação dessa demanda, na academia, às outras disciplinas, em particular à investigação e ao ensino da Literatura, área que foi profusamente instrumentalizada, ao tempo, aos objectivos doutrinários oficiais.

A escolha da Literatura que detectamos, em EL, desde os seus primeiros textos de juventude foi em Péguy fruto de uma maturação intelectual mais longa, mas tendo evoluído para a emanção de um posicionamento estético onde “his respect for the trans-

¹²⁰ EL, “Prólogo sobre o espírito de heterodoxia” in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005-ed., p.10

¹²¹ EL, “Europa ou o diálogo que nos falta” in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005-ed., p.28

¹²² *Idem, ibidem*, p.29

¹²³ *Idem, ibidem*

temporal resonance of literature has much in common with the latter development of literary modernism, a movement often associated with precisely such writers as Proust and Eliot”¹²⁴.

Continuando a tecer as nossas ligações, elas organizam-se, em trama, sem nenhuma surpresa: Péguy em linha com Proust (1871-1922) – sendo ambos admiradores de Bergson, que se diz ter inspirado a magna obra *À La Recherche du Temps Perdu* (publicada entre 1913 e 1927) - e com T.S. Eliot (1888-1965), produtor de afirmações teóricas como a que citamos abaixo, a partir de Roe, dado ser a epígrafe geral e inspiradora de toda a sua linha de análise no livro citado, sobre Péguy:

*The historical sense involves a perception, not only of the pastness of the past, but of its presence; the historical sense compels a man to write not merely with its generation in his bones, but with a feeling that the whole of the literature of Europe from Homer and within it the whole of the literature of his own country has a simultaneous existence and composes a simultaneous order.*¹²⁵

A evolução do pensamento de Péguy teve por base a resistência, a todo o transe, a que fosse aplicável à análise da Literatura ou de outras artes a noção evolucionista que dominava, então, a História: o tempo, não implicando, de nenhum modo, um progresso linear crescente, cronológico, com um sucessivo aperfeiçoamento da qualidade da Literatura produzida que, ao invés, formaria um nexos, para a completa extensão da linha temporal, um contínuo, uma realidade a todo o tempo globalmente coeva e permanentemente viva. Pensamos que daí decorre o intensivo uso que Péguy faz da referência a Homero, como prova viva de que o mais antigo pode ser o melhor, contra o evolucionismo.

Integremos conceitos: coexistência, simultaneidade, composição de uma ordem interna que, essa sim, permitirá a construção do “sentido histórico” pela percepção da presença, em cada presente, de todo o passado, de toda a Duração. Depois, essa noção ilustrada com a produção de Literatura, que acreditamos, com Eliot e Roe, que não se sucede, não se

¹²⁴ Roe, Glenn H., “Preface” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.vi. Não resistimos ao paralelismo de o modernismo português, maximamente através de Pessoa mas também da geração de Orpheu em geral, ser um referencial tão importante no pensamento de EL sobre a Cidade usando a Poesia (explorado, em análise, no capítulo seguinte).

¹²⁵ Eliot, T.S., *The Sacred Wood: Essays on Poetry and Criticism*, 1960, *apud* Roe, Glenn H., “Introduction” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.1.

substitui no tempo, não tendo a literatura mais recente qualquer relação de hierarquia qualitativa com a que a antecede, tal como a História afinal, por mais que custe reconhecer essa falta de evolução sustentada, numa área de saber que tanto almejou ser reconhecida como ciência comparável às ciências exactas e, ainda hoje, em pleno século XXI, continua, vezes demais, a sofrer desse complexo.

Independentemente das sucessivas dialécticas entre movimentos literários, no tempo - com a tendência observada, repetidamente, de um movimento que surge se afirmar por oposição ética e estética ao que predominou antes - ou das sucessivas visões das teorias de crítica, cremos que, num olhar trans-temporal, no máximo poderemos equacionar que o tempo opere selecção natural, que só a melhor literatura de cada tempo sobreviva, mas que, não havendo forma de o provar, contrapondo a que vive à que pereceu, entramos no domínio da pura especulação estéril. Consideramos, por isso, devermos ficar pela constatação de que, numa abordagem não historicista da Literatura, as obras de todos os tempos que sobrevivem, vivem e são parte de cada presente que se sucede, não havendo passados literários mortos.

A este propósito, EL em “Da permanência no mundo do espírito”, logo em H, visou analisar “o uso do emprego valorativo dos conceitos de “actualidade”, “inactualidade” e “ultrapassamento””¹²⁶, em especial pela crítica, que pode tender a declarar inactual o que não é específico do tempo em que vive, mas, “examinando as coisas com frieza, a ideia de inactualidade de Platão, Santo Agostinho, Hegel ou Voltaire”¹²⁷ não sendo apenas um gesto intuitivo, de época, de enterrar mortos, mas acabando por ter como motivação, diz EL, quase sempre “desígnios visíveis de aproveitamento dos mortos”¹²⁸ e não objectivos reais de discernimento do que se revela com efectivo interesse “para uma “consciência do nosso tempo””¹²⁹.

Daí que EL defenda que “é preciso salvaguardar a unicidade dos factos históricos, das individualidades, e ao mesmo tempo integrá-los em conjuntos mais vastos, típicos, que permitam pensá-los como fazendo parte de um todo”¹³⁰, porque só assim se desmistifica

¹²⁶ EL, “Da permanência no mundo do espírito” in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005, p.39

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p.40

¹²⁸ *Idem, ibidem*, p.41

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p.44

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p.46

que “a consciência do nosso tempo” corresponda a um dado real de conteúdo indiscutível”¹³¹ porque “nada prova que cada consciência não tenha um universo histórico particular”¹³² e “a pluralidade inumerável das consciências, no passado e no futuro, tomadas como ponto de partida irreduzível, constitui para nós o mundo do Espírito”¹³³.

No preciso cronótopo da França da viragem do século XIX para o século XX, Roe caracteriza o historicismo cientificista na aspiração à instrumentalização da Literatura como sua mera fonte e Péguy como tendo sido “the first among his contemporaries in decrying the text-as-historical-document approach to literary history promoted by Gustave Lanson”¹³⁴ - e também pelos historiadores Taine e Renan -, lutando contra a instalação de uma visão crítica, que veio a prevalecer em França, nos 50 anos seguintes, até sucumbir a Barthes e à *nouvelle critique* dos anos 1960¹³⁵.

Literatura em si: « prenez les textes »

Como já vimos, Péguy defendia a literatura em si (“literature-in-itself”¹³⁶) e um “trans-temporal understanding of literature and literary creation informed by the intuitionist philosophy of Henri Bergson”¹³⁷. Em paralelo, Péguy era, também, em resumo,

*inspired by the creative historiography of Jules Michelet – who contended that history should be a resurrection rather than a dissection – Péguy’s notion of historical understanding is that of creative ‘rememoration’ driven by the vital impulse (l’élán vital) that informs all human endeavours; a guiding force whose living and subjective qualities allows great works of the past to transcend the limits of objective historicism.*¹³⁸

Preservando a importância estruturalmente intuitiva dessa criação, visava libertá-la de qualquer determinismo ou utilitarismo, para a caracterização factual dos seus contextos de produção. Acreditamos que EL valoriza a literatura em si, tal como Péguy, enquanto criação artística superior e superiormente livre, sendo exactamente esse o seu grande valor, o texto em si, na sua qualificação trans-temporal e universal, tanto mais como sinal do que

¹³¹ EL, “Da permanência no mundo do espírito” in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005, p.46

¹³² *Idem, ibidem*, p.47

¹³³ *Idem, ibidem*, p.48

¹³⁴ Roe, Glenn H., “Introduction” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.11

¹³⁵ Do que lemos, arriscamos a dizer, com Roe, que Péguy lança sementes pós-modernas muitíssimo antes de elas terem terreno fértil para frutificarem. (*Idem*, p.12)

¹³⁶ Roe, Glenn H., “Introduction” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.15

¹³⁷ *Idem, ibidem*, p.12

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p.13

permanece como do que muda ou será idiossincrático do seu tempo, sem tónicas historicistas aplicadas à sua leitura, sem procura estrita do que de factual sobre a sua época de produção e/ou de referência o texto possa documentar.

Quando apropriada numa perspectiva historicista, aliás, diz EL que a Literatura se torna mortal, tão só porque o que dela se perpetua é o “cadáver glorioso que o fervor oficioso da Instituição, da Ideologia, do Manual se passam de mão em mão através de gerações (...). Na literatura, como no resto, não há *vivos* por “direito divino” (ou só os há por “direito divino”, isto é, pelo fervor *presente* que neles se vivifica...)”¹³⁹.

Detemo-nos neste ponto para reforçar um aspecto central à nossa análise: não é, em nenhum momento, como documento ou como fonte histórica que afirmamos que EL recorre à Literatura para compreensão da História. É, ao invés, como repositório trans-temporal de criação humana livre e emanção sobreviva da voz de cada tempo, num discurso inscrito que se torna coevo de todos os presentes sucessivos, que cremos EL toma privilegiadamente a Literatura como mediadora do real, como esperamos ir conseguindo ilustrar.

Disse o próprio que a sua não era (é) uma concepção *relativista*, nem *historicista*, da literatura, mas ao invés:

É uma contestação, isso sim, da mais vigente concepção da literatura, a que tem a realidade literária como um fenómeno cultural objectivo e por isso lhe pode aplicar em matéria de compreensão, de estudo e de julgamento, em suma, de Crítica, os métodos que se inspiram de uma visão naturalista e historicista levados à sua máxima perfeição (e escamoteação da realidade literária...) ¹⁴⁰

Poderá parecer anacrónico dar tanto destaque, ainda hoje, à perspectiva anti-historicista da consideração da Literatura como mediadora da compreensão da existência humana, posição conjunta de Péguy e de Eduardo Lourenço, mas fazemo-lo não só porque a consideramos basilar no pensamento de ambos como porque nos parece que essa não é, no presente, uma questão pacificada no âmbito de qualquer das áreas do saber, da História como dos Estudos Literários e mesmo Culturais.

¹³⁹ EL, “Crítica Literária e Metodologia” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.35 (texto originalmente publicado na revista *O Tempo e o Modo*, nº especial dedicado à *Crítica* em Maio-Junho de 1966)

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*

Neste contexto, pensamos que serve bem a este esforço de caracterização do olhar de EL a noção, de Serras Pereira, de que ele faz uma “abordagem histórico-ontológica da literatura”¹⁴¹, afirmando:

*É a consideração plena do que ontologicamente implica ou significa a imaginação poética (...) que faz do ensaísmo, no caso de Eduardo Lourenço, mais do que um género literário ou filosófico, uma inspiração indispensável à busca da verdade enquanto pedaço singular de “tempo puro” e de algum modo eterno, como nos ensina Proust, através dos tempos perdidos e reencontrados de cada paisagem individual da história ou de cada paisagem histórica que nos institui como indivíduos.*¹⁴²

Num aspecto complementar que se refere, especificamente, à relação da Literatura com o seu cronótopo de produção e/ou de referência, impõe-se chamar aqui um outro texto de EL onde se nos tornou evidente a sua abordagem à Literatura para compreensão da História: “O Romancista e a Cidade”, publicado pela primeira vez em 1963 (e compilado em *Ocasionais I (O)*), em que, respondendo a um inquérito da revista *O Tempo e o Modo*, começou por afirmar, desde logo, que:

*A colaboração do romancista e da Cidade não é propósito formulável, salvo em sentido polémico. [...] A colaboração do romancista e da Cidade está inscrita já no facto de ser romancista. [...] A Cidade não tem fins extrínsecos em função dos quais o romancista seja obrigado ou deva adoptar uma atitude que possa ser dita de colaboração”.*¹⁴³

E prosseguiu com a noção de que o reino do romancista *não é deste mundo*, não sendo, por outro lado, o mundo, a Cidade “*um dado* mas um elemento, o elemento que a mediação humana sem cessar transfigura. Sob o plano da criação literária essa transfiguração é *a obra* mesma do poeta, do dramaturgo, do romancista.”¹⁴⁴

Este texto termina de uma forma que consideramos, em si, supremamente poética, justificando que mesmo se o romancista não é o cronista da Cidade e se o romance não é fonte histórica, a voz dessa criação permanece, afinal, na Duração e na memória:

*O romancista não é enquanto indivíduo a voz da Cidade. Mas o romance de uma época com as suas múltiplas vozes é o que há de mais próximo daquela palavra que noite e dia a Cidade se murmura, sabendo-o ou não o sabendo, e por fim o que restará dela quando a sua temporal figura será inevocável.*¹⁴⁵

¹⁴¹ Pereira, Miguel Serras, “Eduardo Lourenço ou da “temática do tempo” à “arena do sentido”” in *Da língua de ninguém à praça da palavra*”, Lisboa, Fim de século edições, 1998, p.71

¹⁴² *Idem, ibidem*, p.73

¹⁴³ Lourenço, Eduardo, “O Romancista e a Cidade” in *Ocasionais I*, Lisboa, EL e a Regra do Jogo, Edições, 1984, p.89.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, p.90-91.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp.94-95.

Péguy, por seu lado, no mesmo sentido, no seu “Clio”, texto de maturidade publicado postumamente, encenou um real diálogo - em relação ao qual se considera ser “the fullest expression of [his] literary and historical ideas”¹⁴⁶ - onde desenvolveu extensas e profundas ideias sobre o acto de criação do texto, mas também sobre o leitor, a leitura enquanto acto também criativo, em si mesmo, e a recepção do texto, mais uma vez avançando em áreas que só muito mais tarde viriam a ser teoricamente desenvolvidas¹⁴⁷, e fê-lo sempre à luz das teorias de Bergson: o impulso de criação, do autor, como do leitor, força vital e motriz na Duração.

Non pas qu'il suffise de naître pour vivre, dit-elle [Clio]. Mais, pour vivre, il est nécessaire d'être né. (...) Celui qui est né ne vit pas toujours. Mais celui qui n'est pas né, toujours ne vit pas. Nous retrouvons ici, nous rejoignons notre plus vieille loi temporelle, la loi même de l'événement, la loi même de l'écoulement du temps et pour parler bergsonien de l'écoulement de la durée, cette vieille, cette totale, cette universelle loi de l'irréversibilité, à qui rien (de temporel) n'échappe, à laquelle, dit l'histoire, je vois que le monde moderne lui-même enfin aboutit de toutes parts par les voies tortueuses de l'exploration scientifique. Le Temps porte sa faux toujours sur la même épaule, dit l'histoire. [...] C'est une loi unilatérale par excellence. C'est la loi même de l'unilatéralité. (...) Quand on a dit que le temps passe, dit l'histoire, on a tout dit¹⁴⁸.

Como diz Roe:

History and literature are equal sisters in Péguy's pantheon. Epistemologically cognate, these like activities of historical and text resurrection are best accomplished through the subjective process of memory and experience/'vieillessement' that the past, far from being an immutable and absent variable of historical inquiry, can be enjoined to the duration of existence, resuming its rightful place alongside (rather than separate from) the present and the future.¹⁴⁹

E a que responde Eduardo Lourenço, em passagens que comunicam vivamente entre si:

Em todos os sentidos do termo, a obra é uma presença intemporal, porque nenhum tempo preciso, nem sequer o do seu empírico nascimento, lhe pode ser assinalado. E como seria de outro modo se ela é a realidade humana na sua máxima irrealidade? Ou se se prefere, irrealidade humana na sua máxima realidade? De uma maneira que nos é incompreensível, o tempo de um homem é conjunção de todos os tempos (e assim uma espécie de eternidade) num só tempo que não se deixa dissolver nas pluralidades hipotéticas que o constituem. Em cada instante o homem recupera em si a totalidade temporal, quer dizer, é e inventa o seu passado como o seu futuro, e acaso mais o primeiro que o segundo.¹⁵⁰

¹⁴⁶ Roe, Glenn H., “Chronicler of Heroes and Saints” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.95

¹⁴⁷ *Idem*, p.100

¹⁴⁸ Péguy, Charles, « Clio-Dialogue de L’Histoire et de L’âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 118, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pguoft> [Junho 2014].

¹⁴⁹ Roe, Glenn H., “Chronicler of Heroes and Saints” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.127.

¹⁵⁰ EL, “Crítica, Obra e Tempo” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.49

Subjaz, no pensamento de ambos, um método de leitura *ahistórica*, um quase anti-método, que Roe valoriza como sendo baseado na primazia da interacção com os textos em si, as obras, recepcionadas como entes intemporais:

*Modest in its elaboration, Péguy's method (or anti-method) of ahistoric reading is based on a direct interaction with texts-in-themselves, with the work of art as an object that exists outside of the chain on events that (supposedly) led to its creation). It is an approach to literature that mirrors his approach to life itself, to the understanding of living in duration, based on experiential and pluralistic actions as opposed to scientific and monistic descriptions. For life, like literature, does not wait for its observer to finish (or even begin) their exhaustive collection of documentation before moving on, and indeed the very idea of exhaustivity is antiethical to the fluidity and multiplicity of lived experience, whether past or present*¹⁵¹.

A defesa de que Péguy privilegiou a leitura dos textos em si e a revivência do que invocam - ao invés da espera pelo produto do labor historiográfico, para os seus contemporâneos nunca finalizado porque nunca atingindo o grau de cientificidade pretendido - convocamos, mais uma vez, a expressão de EL, que já revelámos ser-nos cara, “a história chega tarde para tarde para dar sentido à vida de um povo. Só o pode recapitular”¹⁵² e a resposta que intuitivamente já lhe dávamos antes desta análise: a Literatura adianta-se-lhe...

De resto, consideramos que a arte em geral, sem aspirações de cientificidade nem exaustividade, fala-nos da existência, da vida passada e presente, hoje em dia por vezes do instante logo que é vivido, tão somente saibamos interagir com os produtos dessa expressão criativa.

Repegando ainda no método de leitura a-histórica mencionado acima, deve notar-se que julgamos que o resultado da reflexão de EL não tem nada de a-histórico, é profundamente circunstanciado; apenas a forma de abordar os textos o parece de certo modo ser, como forma efectiva de tomar o texto “em si mesmo”, sem que esteja envolto pelo seu referencial de enraizamento.

Voltando a Clio, em que Péguy, encenando o diálogo da alma pagã com a História, muito elabora sobre o processo criativo e de recepção do texto, usando mais uma vez Homero, o pai da História, o pai da Literatura, para ilustrar a forma como a leitura de um texto o deve considerar em si mesmo, limpa de pré-conceitos e interferências:

¹⁵¹ Roe, Glenn H., “Against Lanson” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.168-169.

¹⁵² EL, “Portugal como destino: Dramaturgia cultural portuguesa”, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.10.

Pour lire Homère. Pour mieux connaître Homère. Faites comme moi, dit-elle [Clio]. Prenez Homère. Faites comme il faut toujours faire. Avec les plus grands. Et surtout peut-être avec les grands. Ne vous dites pas: Il est grand. Non, ne vous dites pas cela. Ne vous dites rien. Prenez le texte. Ne vous dites pas : C'est Homère. C'est le plus grand. C'est le plus vieux. C'est le patron. C'est le père. Il est le maître de tout. Et notamment il est le maître de tout ce qu'il y a jamais eu de plus grand dans le monde, qui est le familier. Prenez le texte. Et qu'il n'y ait rien entre vous et le texte. Surtout qu'il n'y ait pas de mémoire. Permettez-moi de vous le dire et j'ai peut-être entre toutes le droit de vous le dire : Qu'il n'y ait aucune histoire entre vous et le texte. Et permettez-moi de vous dire même ceci: qu'il n'y ait entre le texte et vous en un sens aucune admiration, aucun respect. Prenez le texte.¹⁵³

A seguinte síntese de Roe serve muito bem ao que queremos exprimir neste ponto, porque acreditamos que cada palavra se poderia aplicar ao pensamento de EL, tal como EL subscreveria as afirmações citadas acima de Péguy:

Péguy will begin to recognize the truly revolutionary nature of literature and literary writing. Literary works, and particularly those worthy of 'classic' designation, are exceptional for their ability to resist to entropic forces of the ready-made, and indeed represent humanity at its most creative and rememorative, and therefore most alive. The literary work defies rationalization and historicist classification, precisely because it is in essence, a living participant in the ever-renewing flux of a higher creative impulse. There is consequently hope in this broken world, Péguy tells us, that our ontological exigency can be addressed through the cultivation of an everyday life that seeks transcendence and meaning through literature, or any other realm of human creativity.¹⁵⁴

Desde “Europa ou o diálogo que nos falta”, em H, que EL percorre épocas pela Literatura, como se coexistissem, num método que mais e melhor exploraremos ao longo desta análise mas que não podemos deixar de referir aqui, desde já, como ilustração da própria atitude de Péguy, para quem “the great philosophical and literary works of the past commingle, coexist and communicate simultaneously in Péguy’s world-historical vision of humanity’s becoming”¹⁵⁵.

Contra as ideias feitas, contra o tempo finito e compartimentado, contra o encadeamento cronológico, a favor de uma exigência superior no pensamento como na vida, como factor de suspensão e por isso da superação, possível, da ideia de morte.

¹⁵³ Péguy, Charles, « Clio-Dialogue de L’Histoire et de L’âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 258, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pguoft> [Junho 2014]

¹⁵⁴ Roe, Glenn, “A philosophy of hope” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.212

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p.185

Cumplicidade de forma em Péguy e Lourenço

Retomamos o excerto acima de Péguy, sobre a leitura de Homero, porque nos permite ilustrar uma outra via de proximidade entre aquele e Lourenço, desta feita de forma embora implicitamente também de conteúdo, porque de atitude: os textos de Péguy são de leitura complexa, labirínticos, metafóricos e cheios de sistemáticas e persistentes repetições, das mesmas expressões, das mesmas palavras, sendo esse um recurso expressivo usado de modo recorrente e permanente em todos os textos que tentámos analisar de Péguy.

Aliás, EL ilustra bem esta característica da escrita de Péguy quando diz, em entrevista a Ana Nascimento Piedade (em conversa de 2007, recentemente publicada) que “foi um autor que me marcou muito. Durante anos li Péguy.”¹⁵⁶ e em resposta à pergunta sobre porque o marcou Péguy, responde: “Não sei...ainda hoje...não sei, porque o Péguy é muito cansativo, estilisticamente falando. Mas é uma coisa que ele faz de propósito. Ele é capaz de passar três mil versos a...repete uma vez...repete duas vezes...”¹⁵⁷.

É uma estratégia a que Eduardo Lourenço também recorre, muito, quer nos seus textos, quer em intervenções orais, conferências. Fica a sensação de uma certa evolução do fio do seu pensamento em espiral e em função da repetição propositada de palavras e ideias, bem como recorrendo ao uso de metáforas, muitas vezes de analogias com o imaginário mitológico clássico, todos elementos comuns ao ambiente mental em que mergulhamos lendo Péguy.

Prenez les textes de ambos, dizemos agora nós, e isso será claro, como claro e límpido se torna o pensamento de qualquer destes autores quando superamos, com labor é certo, essa dificuldade formal inicial.

Roe, de resto, assinala também essa peculiaridade em Péguy e atribui-lhe uma premeditação com entorno teórico bergsoniano: contra o esvaziamento do sentido das palavras pelo seu uso repetitivo e banalizante, contra os clichés e os lugares-comuns,

Péguy's inimitable writing style can thus be seen as a reaction against the static rigidity of the written world, a revolt against the everyday banality of meaning that through accumulation

¹⁵⁶ Piedade, Ana Nascimento, *Em diálogo com Eduardo Lourenço*, Lisboa, ANP/Gradiva Edições, 2015, p.255

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*

*and repetition frees the word from its prescribed signifying role. (...) Péguy's style, his effort at keeping literary language untouched by the constraints of ready-made signification, is therefore akin to Bergson's method of intuition, which through the accumulation of images can accede to a partial apprehension of duration.*¹⁵⁸

No mesmo sentido, mas atribuindo essa capacidade à Poesia, de que o seu ensaísmo tantas vezes se aproxima, diz EL que “a Poesia é a restauração permanente da Linguagem na sua função original de simbolização da totalidade sem cessar esquecida no uso da comunicação prática”¹⁵⁹.

Na sua própria produção textual ou no recurso à Poesia, a mesma procura do sentido original das palavras, afinal almejando uma reconciliação entre o significado e o significante.

Não poderemos alongar-nos mais, aqui, nesta aproximação entre EL e Péguy mas acreditamos, e esperamos ter ilustrado, que este é um terreno fértil e importante à compreensão profunda da atitude de EL face à História e à Literatura. Oxalá tenhamos aberto um caminho que muito nos aprazera, no futuro, partilhar e continuar a desbravar.

¹⁵⁸ Roe, Glenn, “A philosophy of hope” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.202-203.

¹⁵⁹ EL, “Crítica e Metacrítica” in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.22

5. Observação do Poliedro¹⁶⁰

A abrir este ponto de integração, destacamos mais uma afirmação de Roe, nosso guia no mundo de Péguy, que consideramos que poderia ser escrita por qualquer lourenciano a propósito de EL, sem tirar nem pôr:

Péguy thus stands at the crossroads of what we would term the ‘humanities’ in the Anglophone world, and in particular, at the interdisciplinary intersection of literature, history and philosophy.(...) Now, more than ever perhaps, we should find strength in his abiding conviction that literature in particular, and the humanities in general, are essential pedagogical components in the formation of a free and equitable society – one intent on developing and promoting critical thinking skills, engendering cultural consciousness and historical responsibility, and creating competent and compassionate democratic citizens.¹⁶¹

Neste contexto, recuperamos aqui, em correspondência, e apesar de já muito analisadas, algumas das afirmações de EL em que pondera exactamente o seu posicionamento na intersecção de vias, entre a História, a Filosofia e a Literatura. Na famosa entrevista à revista Prelo, no número especial que lhe foi dedicado em 1984, afirmava que

a história da minha decepção ou desilusão em relação à filosofia (...) não significa que eu tenha encontrado na literatura “a verdade” que a filosofia me recusou. Encontrei só uma “realidade” mais conforme ao sentimento geral que procuro da vida e do mundo, qualquer coisa que se impõe precisamente porque nela (falo da grande literatura) a vida manifesta em termos de paradoxal esplendor (o que nós chamamos poesia) o carácter de “ficção” da nossa relação com a realidade¹⁶².

E foi mais longe, mais uma vez contra a tradição historicista, quando disse que “na ficção se recupera um sentido que discurso algum com pretensão à objectividade pode alcançar”¹⁶³.

Na mesma entrevista, discorreu ainda sobre o facto de que a tarefa a que se propunha, na filosofia, ser demasiado ambiciosa, porque “o que pretendia era ajustar as minhas contas com essa “realidade” ou essa fonte de todas as ficções que chamamos, para ter direito ao mundo, o “Tempo”¹⁶⁴ e como “o enigma vivo onde estamos” não se deixou, não se deixa domesticar por fracas mãos. Passei-me sem armas e sem bagagem para a Literatura. Como

¹⁶⁰ Geometria - sólido geométrico delimitado apenas por polígonos; Do grego *polýedros*, «de muitas faces», *poliedro* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015, disponível em <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/poliedro> [Agosto 2015].

¹⁶¹ Roe, Glenn, “Conclusion” in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014, p.224.

¹⁶² Aurélio, Diogo Pires, “As confissões de um místico sem fê” in *Prelo – Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, Lisboa, INCM, n.º especial sobre Eduardo Lourenço, Maio de 1984, p.9.

¹⁶³ *Idem*, p.10

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*

quem foge. Puro álibi. Mas um álibi que dura é quase um argumento.”¹⁶⁵ Retenhamos esta última ideia: o carácter duradouro do álibi converte-o em argumento...

Questionado sobre o facto de a evolução da Filosofia para a Literatura ser algo comum nos intelectuais da sua geração, ripostou que “se possa até pensar que a deriva dos “filósofos” para a “literatura” seja apenas um reflexo vital inconsciente. Para “existir” simplesmente. Mas a verdade é que o exercício filosófico precisa de um mínimo de liberdade cultural”¹⁶⁶, o que não seria fácil nos anos 40 e 50, do século XX, afirmou. E, por isso, discerniu que “podia falar do “Tempo”...Pode sempre falar-se do tempo, como é sabido”¹⁶⁷.

Contudo, consideramos que, se este “argumento” se manteve válido em vida da ditadura - à qual EL deixou de estar fisicamente submetido ainda na década de 50, por ter partido - após a conquista da liberdade ele foi perdendo eficácia sem que, no entanto, tenha perdido vigor a opção de EL de falar do *tempo* usando a *poesia* (lato senso), que se manteve, enraizada e estrutural, no seu método de pensar.

De resto, esta persistência e consistência no uso da Literatura para compreensão da História, bem como o valor e riqueza do resultado dessa particular perspectiva foram, aliás, desmontando outros argumentos aduzidos à procura de explicações para essa opção ou qualificações da mesma. Por exemplo, numa afirmação já então bastante ortodoxa, disse Manuel Maria Carrilho, em texto escrito em 1989, que:

*A principal limitação do Labirinto da Saudade é assumida desde o princípio: neste livro o que está em análise são as imagens de Portugal a partir de textos literários. E esta limitação é, por si só, uma acusação ao estado da nossa história, a clara indicação da falta de trabalhos (...) Partir de imagens literárias é, pois, para grandes períodos na nossa história, partir do que há.*¹⁶⁸

Significava que a escolha da Literatura por EL radicava na falta de qualidade da historiografia o que, não só, já era, à data, questionável como o tempo desmentiu por completo: essas limitações não existem e a escolha da Literatura por EL não decorreu nem decorre da falta de qualidade da Historiografia.

¹⁶⁵ Aurélio, Diogo Pires, “As confissões de um místico sem fê” in *Prelo – Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, Lisboa, INCM, n.º especial sobre Eduardo Lourenço, Maio de 1984, p.9

¹⁶⁶ *Idem*, p.11

¹⁶⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁸ Carrilho, Manuel Maria, “O fio de Ariana de Eduardo Lourenço” in AAVV (Org. de Maria Manuel Baptista), *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço. Dos Críticos*, Maia, Ver o Verso, 2004, p.153

Aliás, já há muito, também Maria Manuela Cruzeiro se questionou sobre se foi como “recurso ou como opção que Eduardo Lourenço escolheu a literatura?”¹⁶⁹, indagando se a opção foi ditada pela ausência de discursos científicos consistentes ou, antes, pela “convicção íntima da superioridade do discurso artístico sobre qualquer outro?”¹⁷⁰ tendo, desde logo, concluído que a “imagem literária surge ao autor como instrumento singularmente adequado à interpretação desse capital simbólico e imaginário que constitui toda a realidade cultural”¹⁷¹.

Na nossa própria demanda por razões que sejam potencialmente relevantes para a escolha da Literatura como mediadora da compreensão da História, por EL, reflectimos a seguir sobre algumas, sem carácter de exaustividade, mas com convicção da sua validade.

Lourenço, puro leitor

Desde logo, a eleição da Literatura será natural a EL tão só porque é um *puro leitor*, mesmo se considerarmos a exigente acepção de Péguy:

*Sou compulsivamente, e desde que sei ler, um leitor. Nunca fui outra coisa na vida do que um leitor. Um leitor compulsivo e absoluto até ao ponto de imaginar que sou mais uma colecção de folhas de livros do que propriamente um leitor deles.*¹⁷²

*la lecture elle-même est une opération, qu'elle est une mise en oeuvre, un passage à l'acte, une mise en acte, qu'elle n'est donc point indifférente, nulle, qu'elle n'est point un zéro d'activité, une passivité pure, une table rase; car nous sommes tellement pressés de travail de toute(s) part(s) dans la vie ordinaire, assaillis, assiégés, bloqués des nécessités de l'existence, bourrés de travail, bourrés de scrupules, bourrés de remords, que nous ne lisons plus jamais que pour travailler; quand nous sommes malades, et alors seulement, et seulement de ces sortes de maladies, qui laissent la tête libre et saine, et cependant forcent à garder le lit, et interdisent formellement de travailler, alors par exception, par une sorte de respect, imposé, temporairement, par une sorte de trêve, provisoirement (au lieu qu'il faudrait que ce fût essentiellement) nous redevenons momentanément ce qu'il ne faudrait jamais cesser d'être, des lecteurs; des lecteurs purs, qui lisent pour lire, non pour s'instruire, non pour travailler; de purs lecteurs,*¹⁷³

Justificamos a extensa citação com o facto de sermos maximamente sensíveis à caracterização de Péguy do que é um puro leitor, sendo impossível truncá-la sem perder o

¹⁶⁹ Cruzeiro, Maria Manuela, “Literatura e o resto...(que ainda é Literatura)” in *Eduardo Lourenço. O regresso do Corifeu*, 1997, Lisboa, Editorial Notícias, p.54

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*

¹⁷¹ *Idem, ibidem*

¹⁷² EL, “Uma barca de salvação”, in *Ler, Livros e Leitores*, Círculo de Leitores, Novembro de 2012, p.36

¹⁷³ Péguy, Charles, « Clio-Dialogue de L'Histoire et de L'âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, p. 23-24, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pguoft> [Junho 2014]

sentido do que descreve e a intensidade da forma com que o faz (o que nos sucede também muito com EL, são ambos autores complexos de citar).

O estado de puro leitor, que é (também para quem aqui escreve, não nos escondemos) aspiração de uma vida e condição que Eduardo Lourenço afirma ter conseguido atingir: acreditamos e sentimos que é também por isso que a sua leitura é diferente. Eduardo Lourenço é um *pur lecteur*. Péguy também o terá sido, apesar das enumeradas dificuldades e da curta existência, a sua aguda consciência da importância de atingir esse estado mostra que o foi.

Daí que a utilização da Literatura como elemento mediador e enformador do olhar sobre a existência humana no tempo seja, antes de mais, em EL, como em Péguy, um acto natural, pela sua essencial condição de leitores, seres, antes de mais, povoados por textos, livros, autores, personagens (reais ou ficcionais).

Importa fixar um conceito que se pretende com validade para a leitura de todo este trabalho: quando aqui se fala de Literatura, ela é muitas vezes entendida em sentido lato, como texto escrito, seja ele prosa ficcional ou não ficcional (e entre esta a historiográfica) ou poesia. Aliás, quando lhe quisermos dar um sentido mais estrito, excluindo a prosa não ficcional, utilizaremos também “Poesia” como sinónimo de Literatura, enquanto texto como produto puramente criativo.

Não ignoramos que EL se exprimiu também, de modo relevante, usando a mediação de outras formas de arte: a pintura ou a música, em textos que nos têm sido compilados e revelados, ao longo do tempo, evidenciando esse multifacetado olhar¹⁷⁴.

É, aliás, e por exemplo, da arte em geral que EL começa por falar no texto “Da Verdade Prática”¹⁷⁵, onde pensamos que evoca e interpela Aristóteles e a sua famosa *Ética a Nicómaco*. Se, neste texto, o filósofo conceptualizou a obra de arte enquanto produto da criação humana e logo *poiesis* - “perícia”¹⁷⁶, que, com a *praxis* - “sensatez”¹⁷⁷, a acção de aperfeiçoamento humano sem resultado tangível, completa a vertente prática da existência

¹⁷⁴ *O Espelho Imaginário, Pintura, anti-pintura, não-pintura e Tempo da Música, Música do Tempo*

¹⁷⁵ EL, “Da verdade prática”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994

¹⁷⁶ Aristóteles, “Livro VI” in *Ética a Nicómaco*, Lisboa, António de Castro Caeiro e Quetzal Editores, 2015, p.149

¹⁷⁷ *Idem*, p.150

humana, por oposição à teórica, EL interroga-se sobre o que é a verdade prática, a “verdade” deste estranho “fazer” cujo resultado é escultura, quadro, sinfonia, poema ou romance?”¹⁷⁸, “espelho humano”¹⁷⁹ único que é “o combate dos homens pela sua própria realidade”¹⁸⁰.

Sintomática e ilustrativamente, neste texto, como em tantos outros, e começando por filosofar sobre a Arte, EL acaba por se centrar especificamente na Literatura, na “Odisseia, Divina Comédia, À Procura do Tempo Perdido”¹⁸¹ e nas interrogações que essas grandes obras levantam – sendo povoado por todas elas, desde logo como leitor -, sendo “*com o que não tem verdadeiro nome nem figura* que o poeta luta até ao amanhecer”¹⁸². “É para trazer à luz, mostrar aos outros, e a si mesmo, o que ainda não era visível, palpável, audível, que a obra nasce”¹⁸³ mas discutindo que sendo toda a obra autêntica um espelho, “concreção da realidade humana, individual e colectiva, a verdade prática encontra-se nela inclusa, é sua mesma matéria, sem jamais ser o seu fim”¹⁸⁴. E termina com a desassossegadora interpelação:

*A contradição entre o Poeta e a sua Cidade é possível, é quase fatal. Mas é na Obra que ela se resolve. É ela a verdadeira praxis da qual tudo mais é sombra – daquele que através dela se sagrou Poeta*¹⁸⁵

A sua condição de leitor tem um papel de tal modo preponderante e estruturante na sua existência que cremos que é, inegavelmente, também por isso que a Literatura é a superior forma de mediação que a sua mente elege para a compreensão do Mundo e do Homem, a sua via de aperfeiçoamento efectivo, a sua praxis.

Literatura como esforço de discernimento

Em harmonia com a imagem de luta do Poeta projectada acima, na conferência da Ler já referenciada, EL enunciou que “um livro não é outra coisa que a recolha desse diálogo

¹⁷⁸ EL, “Da verdade prática”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.25

¹⁷⁹ *Idem, ibidem*

¹⁸⁰ *Idem, p.26*

¹⁸¹ *Idem, ibidem*

¹⁸² *Idem, ibidem*

¹⁸³ *Idem, p. 26-27*

¹⁸⁴ *Idem, p. 27*

¹⁸⁵ *Idem, ibidem*

primordial, consciente ou inconsciente, que nós temos com a realidade que nos cerca, a realidade mais visível ou a mais invisível das realidades”¹⁸⁶.

Livro aqui interpretado não apenas, naturalmente, como objecto mas como corpo da Literatura, essa que “é uma tentativa de dar uma forma unicamente humana, não como função transcendente imediata, àquilo que se recebe da outra instância, primordial de todas as culturas: a instância religiosa ou mítica”¹⁸⁷, um permanente esforço para recuperar território aos deuses. Livro como “essência do que nós somos, como palavra e como voz”¹⁸⁸.

Porque o que interessa centralmente a EL “é a interrogação dos homens acerca da sua própria marcha através do tempo”¹⁸⁹ tornando essa existência inteligível na Duração: “a História comporta um elemento de ininteligibilidade, tem uma certa opacidade e portanto não pode ser objecto de uma autotransparência”¹⁹⁰

Cremos, até onde vemos, que é esse um dos seus objectivos centrais: tornar-nos a História inteligível em termos trans-temporais. Para tal, construirá (é uma hipótese) meticulosas represas visando acalmar, em certos pontos, o tremendo caudal de informação sobre os acontecimentos ditos históricos e torná-lo mais límpido, para que vejamos o estrutural, o durável, o leito do rio, em vez de nos distrairmos a ver correr a água, opaca, na melhor das hipóteses apenas pelo movimento incessante... será demasiado ousado aventar que essas represas sejam compostas de textos, de muitos autores, dos seus próprios invocando os dos poetas, dos historiadores, dos filósofos...visando atingir dentro de si e propiciar a quem lê um permanente e sempre renovado processo de depuração, de integração?

Porque EL elege, acreditamos, a Literatura, porque encontra nessa forma de expressão humana um permanente e fundamental esforço de discernimento, onde “cada livro é uma tentativa para os autores, aqueles que os criam, se explicarem a si mesmos; esse mistério, o

¹⁸⁶ EL, “Uma barca de salvação”, in *Ler, Livros e Leitores*, Círculo de Leitores, Novembro de 2012, p.37 (Texto da conferência proferida por EL, a 20 de Setembro de 2012, no ciclo de conferências comemorativas dos 25 anos da revista *Ler*, sob o título genérico “Ler em Voz Alta”).

¹⁸⁷ *Idem*, p.38

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*

¹⁸⁹ Silva, Vicente Jorge e Belard, Francisco, “Um heterodoxo confessa-se” in Gil, José e Catroga, Fernando, *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio d’água Editores, 1996, p.56

¹⁹⁰ *Idem*, p.61

fundo de todos os mistérios, é mesmo o Homem que está por detrás deles, que os escreve, é a Humanidade que escreve”¹⁹¹, no intuito de desvendar a essência humana, não só no seu lado edificante mas também como “interrogação àquilo que há de obscuro, que há de dramático na nossa existência, quer a título particular, quer a título colectivo”¹⁹².

Contrariará a noção de *ficção*, usada por EL nessa magnífica conferência, a nossa lata definição de Literatura atrás defendida, que inclui, em particular, a produção historiográfica? Não, de modo nenhum. E dizemo-lo com a certeza decorrente de termos indagado EL, na mesma sessão, sobre esse preciso ponto, como descrevemos na introdução a este capítulo, tendo visto a História confirmada, para si, como a suprema ficção da humanidade.

Acreditamos, como os autores que nos acompanham e, acima de todos, com EL, que só como estória a História será apreensível e memorizável, pelo indivíduo, pelo colectivo. História lida e contada, interpretada e recriada, revivida e reinventada, repetidamente, como fórmula usada para a Humanidade tentar discernir o passado, compreender o presente e vislumbrar o devir: acima de tudo, como modo de, integrando o tempo humano como um todo, conquistar alguma forma de eternidade e assim, ainda que por breves instantes na imensidão do tempo, conseguir, à sua pequena medida, de cada homem, de cada época, ter a ilusão de suspender a morte, como Xerazade.

História total, revivificante porque realmente experienciada, e História através da Literatura, necessariamente porque aquela é a maior das ficções: é essa a História que daqui em diante procuraremos analisar no modo como EL no-la dá a compreender, no que a Portugal e ao seu tempo de existência como nação respeita.

Os autores que nos acompanham, de Michelet a Braudel, Bergson, Péguy, Eduardo Lourenço foram e são todos revolucionários na introdução dos conceitos visitados aqui: elementos de descontinuidade, de revelação nas suas áreas e épocas. São, por isso, conceitos válidos até hoje e nossos contemporâneos, modificados por seguidores e críticos mas válidos, nessa duração qualitativa, onde aquilo que, de inovador, tenha sido pensado e

¹⁹¹ Silva, Vicente Jorge e Belard, Francisco, “Um heterodoxo confessa-se” in Gil, José e Catroga, Fernando, *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio d’água Editores, 1996, p.39

¹⁹² *Idem, ibidem*

conceptualmente estruturado, não mais se perde e passa a ser parte de um lastro de ideias, todas vivas e coexistentes, a benefício de cada presente que se apresenta e se acumula, à reflexão de si sobre si dos indivíduos e colectivos.

Do acto de contar, a esperança que mitiga o trágico da existência

Um último, neste contexto, elemento de aproximação entre EL e Péguy, e que se nos apresenta como mais um motivo para a escolha da Literatura, por EL, como recurso da compreensão do real, é antecipado pelo título do último capítulo da obra que seguimos de Roe: “A Philosophy of Hope”.

Atrevemo-nos nós também a aspirar descobrir um elemento de esperança na reflexão sobre a História com mediação da Literatura de EL, inspirado, agora, por Péguy mas intuído desde há muito na leitura dos textos de Lourenço.

Ao fazê-lo, não teremos como passar ao lado da discussão - desigual, David contra Golias - com tantos que, ao longo do tempo, discerniram o ensaísmo de EL como “trágico”: Maria Manuela Cruzeiro, José Gil, Maria Manuel Baptista, entre outros.

Mas não poderíamos, em verdade com a nossa própria linha de reflexão, deixar de abrir essa perspectiva sobre o pensamento de EL, interpelar, “pensar tudo de novo”¹⁹³, aprendendo com o próprio, com Bergson, com Péguy. Pois seja: arriscamos dizer que consideramos haver (também) um fundo de esperança no ensaísmo de EL e que esse vem, especificamente, da permanente presença da Literatura no seu ambiente mental, Literatura como processo e produto superior da criação humana, elemento de vivificação do homem e da sua existência.

Aliás, relendo textos dos referidos autores sobre EL, encontrámos (ou quisemos encontrar) algumas janelas de concordância com esta aspiração de complementar o “trágico” com a “esperança”, nas suas próprias elaborações. Exemplificamos com Cruzeiro e Gil, de seguida.

¹⁹³ Baptista, Maria Manuel, “Prefácio - O olhar de Eduardo Lourenço ou como *pensar tudo de novo*” in AAVV (Org. de Maria Manuel Baptista), *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço. Dos Críticos*, Maia, Ver o Verso, 2004, p.7

Se Cruzeiro considerou exemplar, para ilustrar o método teórico de EL a figura da “dialéctica trágica”¹⁹⁴ e foi mais longe dizendo que EL escolheu a criação artística e, em particular, a Literatura, para mediar a sua reflexão porque “desde sempre, lhe vem a convicção de que são os escritores a traduzir melhor o trágico” e não só “o trágico existencial como também o trágico da criação artística”¹⁹⁵, não deixa de afirmar também que

*Na verdade, a leitura da obra de Eduardo Lourenço suscita, entre tantas outras, a clara intuição de que o verdadeiro trágico não é uma maldição e não pode ser vivido no culto passivo e sofrido da infelicidade ou do desespero. É antes a coragem de amar um destino que, por mais hostil que seja, é inapelavelmente o nosso, e de o assumir como um risco, um desafio, sem reservas e sem ilusões, um combate sem vencedores nem vencidos.*¹⁹⁶

Ora, dizemos nós, a percepção da *coragem de amar o destino* vem do fundo de esperança consciente e da energia de combate contra a fatalidade, que o seu pensamento também nos transmite.

Quanto a José Gil, em “O ensaísmo trágico”, fala da fonte de onde brota o pensamento de Lourenço como “a experiência trágica da existência da modernidade, no vazio deixado pelos deuses”¹⁹⁷, vindo esse “trágico da absoluta opacidade da existência e, por consequência, da impotência da linguagem que a nomeia e anseia por captar”¹⁹⁸.

Opacidade da existência e impotência da linguagem, que lançam o grande desafio à compreensão, com a complexidade adicional de o indivíduo que tenta compreender, que questiona, estar sempre envolvido pela própria questão, numa “*metaproblemática*”¹⁹⁹ que gerará estilhaçamento interior e desassossego mas também “alargamento da consciência”, diz Gil usando uma explícita invocação do universo pessoano²⁰⁰.

¹⁹⁴ Cruzeiro, Maria Manuela, “Trágico e Filosofia” in *Eduardo Lourenço. O regresso do Corifeu*, 1997, Lisboa, Editorial Notícias, p.21

¹⁹⁵ *Idem*, p.32

¹⁹⁶ *Idem*, p.21

¹⁹⁷ Gil, José, “O ensaísmo trágico” in Gil, José e Catroga, Fernando, *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio d’água Editores, 1996, p.10

¹⁹⁸ *Idem*, p. 11

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp.14-15

Neste quadro, é para Gil na base de três princípios: i) da experiência trágica; ii) do movimento e iii) de crítica²⁰¹, que EL constrói uma “crítica trágica” cujo método é a auscultação “da ficção literária como expressão extrema da situação do homem moderno”²⁰², pelo poder simbólico que as imagens que a literatura produz têm de enfrentar essa relação originária, realidade “sem nome”²⁰³ (expressão que nos convoca tanto a poesia de Sophia que não podemos deixar de a lembrar). Conclui Gil:

*Decorre daí o modo como Eduardo Lourenço trata conceitos, mitos, personagens históricas, culturas: como figuras simbólicas que lhe permitem perspectivar longos períodos da história segundo um ou dois fios coerentes. [...] Toda uma relação complexa entre o sujeito individual, o sujeito colectivo (um povo, uma nação) e o sujeito histórico se estabelece graças à construção do plano simbólico da existência trágica. [...] Nunca um ensaísta, para escrever sobre o não-sentido e o Nada, deu a ver com tanta diversidade e profusão o sentido de tudo.*²⁰⁴

Aventamos que nos recursos da Literatura encontrará a Linguagem uma via de superação da sua impotência para nomear a realidade. Trazido à luz, pela Literatura, o inominável da existência perde boa parte da sua opacidade, como, na psicanálise, só por si, a capacidade de nomear os medos os reduz.

Será assim tão ousado afirmar que, no pensamento de EL, a Literatura traz e renova, incessantemente, a esperança de que seja possível enfrentar o Tempo? Com o discernimento de um sentido intrínseco ao “acto de contar”, EL faz-nos acreditar que será possível introduzir a aspiração de mitigar o entorno trágico da História. Em última instância porque o confronto com a ideia de morte, medo supremo e drama insondável, será - como afirma, de modo superiormente poético e invocando a estratégia de Xerazade - suspenso quando se conta. De resto, Eduardo Lourenço, que diz sempre melhor do que alguém o poderá fazer por ele, avança:

*A Humanidade não faz outra coisa e a ficção não é outra coisa do que uma série de contos para impedir que nós vejamos a morte. Esse é o relacionamento com o livro: [...] O livro é uma barca de salvação se ela [a ficção] nos leva ao porto – e leva, para quem efectivamente lê os livros que foram escritos para eles, e todos os livros foram escritos para aqueles que os escolhem para se rever neles como espelho*²⁰⁵.

Já em *Tempo e Poesia*, citara Proust, que vamos evocando aqui, para dizer que “La vraie vie, la vie enfin découverte e éclaircie, la seule vie par conséquent réellement vécue c’est

²⁰¹ Gil, José, “O ensaísmo trágico” in Gil, José e Catroga, Fernando, *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio d’água Editores, 1996, p.15

²⁰² *Idem*, p.21

²⁰³ *Idem*, p.22

²⁰⁴ *Idem*, p.23

²⁰⁵ EL, “Uma barca de salvação”, in *Ler, Livros e Leitores*, Círculo de Leitores, Novembro de 2012, p.37

la littérature... »²⁰⁶ e concluir : “que linguagem pode servir à nomeação da realidade que somos senão aquela que por antonomásia já nos é devolvida como suprema Criação? É poeticamente que habitamos o mundo ou não o habitamos”²⁰⁷. É, em definitivo, poeticamente que EL habita o mundo, e nós com ele.

Apesar de estarmos conscientes de que, para EL, “como *realidade escrita* a literatura suspende esse trágico sem o qual ela não pode existir”²⁰⁸, cremos que essa relação visceral entre o trágico e a literatura não empalidece a luminosa definição de Poesia como “lâmpada miraculosamente intacta no tempo de plurais trevas que a cercaram sem a poder dissolver. Toda a esperança e a esperança da esperança nela se guardou e se preserva.”²⁰⁹

O ensaísmo de Eduardo Lourenço respira o trágico da existência, não contestamos, mas perfuma-o com a esperança exalada pela Poesia, acreditamos.

²⁰⁶ Proust, Marcel, *apud* EL, “Crítica e metacrítica” in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.9

²⁰⁷ EL, “Tempo e poesia”, in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.35.

²⁰⁸ EL, “Crítica literária e Metodologia”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.37

²⁰⁹ EL, “Crítica e metacrítica”, in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.23.

Parte 2

Portugal na *Duração* com a mediação da Literatura em EL

Tópicos ilustrativos de tempos e autores

Parte 2 – Portugal na *Duração* com a mediação da Literatura em EL – Tópicos ilustrativos de tempos e autores

1. Preâmbulo – selecção de tempos e autores a partir de textos programáticos

*A decadência dos povos da Península nos últimos três séculos é um dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história: pode até dizer-se que essa decadência, seguindo-se quase sem transição a um período de força gloriosa e de rica originalidade, é o único grande facto evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo.*²¹⁰

*O mundo da cultura portuguesa arrasta há quatro séculos uma existência crepuscular. Passando à margem dos três decisivos acontecimentos espirituais da idade moderna – a cisão religiosa das reformas, a criação da físico-matemática e a filosofia cartesiana – a nossa cultura dos séculos XV e XVI perdeu o que tinha de vivo e prometedor...*²¹¹

Ao abrir o primeiro texto (após o “Prólogo sobre o espírito de heterodoxia”) do que veio a ser o seu primeiro livro - *Heterodoxia*, publicado em 1949 - com uma frase que opera uma clara intertextualidade com o início das “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares”, Eduardo Lourenço não se limitou, pensamos nós, a subscrever e a actualizar a opinião de Antero, no que concernia à secular decadência cultural portuguesa, desde a época moderna²¹², mas fez, desde logo e em simultâneo, uma declaração programática, tenha sido consciente ou inconsciente, sobre o seu plano de vida de reflexão: interpelar a nossa História através da Literatura e a Cultura portuguesas.

E pensamos que operar essa configuração do seu olhar em diálogo com Antero e com aquele seu particular texto foi tudo menos circunstancial. O pensamento do poeta-filósofo (outro, lembremo-nos de Péguy) já era, naquele momento inaugural da produção escrita de EL, e continuou sendo, ao longo dos anos, um referencial estrutural para Lourenço, como o próprio e tantos outros já evidenciaram. Sobre este texto das Conferências do Casino, em

²¹⁰ Quental, Antero de, “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos” in *As causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1979-ed, p.11;

²¹¹ EL, “Europa ou o diálogo que nos falta” in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005-ed., p.17

²¹² Os termos “época moderna” ou “modernidade” serão usados, por nós, na acepção da periodização comumente feita na História que - com as *nuanças* que a definição de períodos históricos sempre acarreta - se refere, grosso modo, ao período do século XVI ao século XVIII, não obstante termos detectado existirem textos em que EL usa o termo “moderno” numa acepção mais ampla, referindo-se à contemporaneidade pós-revolução industrial e pós-antigo regime. Logo, o termo deve ser considerado no contexto de cada referência e à luz desta ressalva.

particular, afirmou, por exemplo, EL, muito mais tarde, ter sido a “problematização de Portugal como história e como cultura, levada a cabo por um só texto”²¹³.

É exactamente algo de comparável o que queremos significar, a este passo, em relação a EL: existem para nós (e dizemo-lo assim porque se trata de uma leitura pessoal) alguns textos, na vasta produção de EL, que temos tomado, ao longo do tempo, como travejamento-mestre, como paradigmáticos da visão diacrónica e integradora de EL, que sempre fez, e continua, a benefício de todos nós, a fazer, numa permanente e recorrente interpelação à nossa realidade colectiva cultural, política, em síntese, social, naquilo que ela tem de idiossincrático e definidor da forma como se representa a si e para si própria, ao longo do nosso tempo vivenciado, como país, nas permanências como nas rupturas.

1.1 Textos programáticos de integração e síntese

No contexto descrito, partimos de quatro textos de EL que consideramos supremos exercícios de integração e síntese sobre a compreensão - com a mediação da Literatura, essa superiormente eleita, de entre os “retratos que consciente ou inconscientemente todos aqueles que por natureza são vocacionados para a autognose colectiva (artistas, historiadores, romancistas, poetas) vão criando e impondo na consciência comum”²¹⁴ - das imagens que Portugal fixa de si e para si próprio, na Duração, já todos vindo a ser citados ao longo deste trabalho:

- i) “Europa ou o diálogo que nos falta” de *Heterodoxia*, editado em 1949;
- ii) “Psicanálise mítica do destino português” e
- iii) “Da Literatura como interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)”²¹⁵,

²¹³ EL, “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.44.

²¹⁴ EL, “Breve esclarecimento” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.10

²¹⁵ com a referência temporal de este último ter sido o texto de uma “conferência realizada na Fundação Gulbenkian, em 5 de Fevereiro de 1975, no âmbito do curso sobre “Modernismo” promovido pela Universidade Nova de Lisboa”: EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988, p.77

ambos de *O Labirinto da Saudade*, publicado em 1978;

- iv) “Portugal como destino: Dramaturgia cultural portuguesa” de *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, datado, no próprio texto, de 1998.

O que procuraremos fazer, nesta etapa, e em necessária ligação com a construção teórica erigida atrás, será ilustrar (e apenas isso, dadas as limitações de tempo e espaço) a forma como revemos a Existência pela Literatura em Portugal – aqui evocando esse também fundamental conjunto de textos reunidos em *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)* que será igualmente um recurso crucial nesta parte -, quando relida à luz produzida pelo pensamento de Eduardo Lourenço.

Consideramos que, embora o esforço de interpelação a Portugal esteja presente “desde o primeiro volume de *Heterodoxia*”²¹⁶, é em LS que EL faz o seu “primeiro esboço de imagiologia portuguesa”²¹⁷ que, como o próprio afirma, “por gosto, por vocação, mas também por decisão intelectual fundamentada (...) é quase exclusivamente centrado sobre imagens de origem literária e para a época moderna”²¹⁸.

Na nossa leitura, este esforço, de modo integrado e integrador, tem uma continuação coerente nesse outro texto, produzido vinte anos mais tarde que o LS (de 78 a 98), num final de século “inundado pela vaga cultural de todas as formas de irracionalismo ou de obscurantismo triunfalistas, recalcada ou contrariada durante dois séculos pela exigência do “espírito crítico””²¹⁹: EL fez em “Portugal como Destino” uma nova revisão trans-histórica da dramaturgia cultural portuguesa, desta feita ainda mais ampla e profunda.

No mesmo sentido em que nos dirigimos foi Maria Manuel Baptista quando - sobre a concepção de trabalho histórico e reflexão sobre a História de Lourenço - traçou uma linha que iria desde “Europa ou o diálogo que nos falta” (H) e passaria, entre outros, por “Psicanálise Mítica do Destino Português” (LS), culminando em “Nós como futuro” (NCF)

²¹⁶ EL, “Breve esclarecimento” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.10

²¹⁷ *Idem, ibidem*

²¹⁸ *Idem, ibidem*

²¹⁹ EL, “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.13

e em “Portugal como Destino, Dramaturgia Cultural Portuguesa” (PCD), para extrair deles “uma ideia de História enquanto drama, ou, mais rigorosamente, enquanto tragédia, a partir da qual é possível surpreender o “espírito colectivo” de um povo, de um tempo, de uma cultura em [...] luta de morte..., pois se destina a conferir o máximo de sentido à vida”²²⁰.

A autora destaca a ideia da História como drama ou seja como Literatura. Baptista lembrou, aliás, que Lourenço, em reacção às críticas feitas a LS, terá afirmado que não abordava a História de Portugal, “nem do ponto de vista do historiador nem do sociólogo ou sequer do psicólogo social, mas do ponto de vista do mitólogo, quer dizer de um ponto de vista ficcional e como livre actividade poética embora objectiva e subjectivamente determinada pelo real de onde emerge”²²¹.

Ao leque de textos referidos por Baptista juntamos, desde logo, “Literatura como interpretação de Portugal” porque consideramos que este sistematiza, de modo muito explícito, em nosso entender, o método de interpelação à História por EL usando, no caso, “a grande literatura portuguesa do século XIX”²²² e a do início do século XX, até ao Modernismo, que o autor afirma ter sido um período em que a escrita problematizou de forma inovadora “a relação do escritor[...] com a realidade específica a autónoma que é a Pátria”²²³.

De resto, todo o LS é, ainda hoje, a obra com mais notoriedade de EL e, apesar de o próprio EL desvalorizar a sua importância, cremos que muitos dos seus textos abriram e continuam a abrir, de facto, “mil e uma portas de compreensão e de investigação”²²⁴ não só sobre o acima referido período, mas sobre cerca de 500 anos de História de Portugal através da sua literatura.

²²⁰ Baptista, Maria Manuel, “A fenomenologia como ponto de partida” in *Eduardo Lourenço: A Paixão de Compreender*, Porto, ASA, 2003, p.202

²²¹ *Idem*, “Ensaísmo e filosofia trágica em Eduardo Lourenço” in *Eduardo Lourenço: A Paixão de Compreender*, Porto, ASA, 2003, p.180

²²² EL, “ Da literatura como interpretação de Portugal” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.78

²²³ *Idem, ibidem*

²²⁴ Barreto, Luis Filipe, “Em torno do Labirinto da Saudade”, in *in AAVV (Org. de Maria Manuel Baptista), Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço. Dos Críticos*, Maia, Ver o Verso, 2004, p.140.

1.2. Selecção de tempos e autores

A partir do nexos de textos destacado, mas em conjugação com a análise de outros que já vimos citando e ainda outros, que referiremos a partir daqui em maior detalhe, elegemos momentos e autores-chave na reflexão de EL para ilustrar, de um modo sucinto mas que esperamos frutuoso, de que modo EL nos propicia, permanentemente, e de vários ângulos, uma profunda revisão trans-temporal de Portugal na Duração através dos seus criadores literários. Dadas as referidas limitações, esta ilustração faz-se com base no seguinte modelo esquemático de autores e épocas:

- i) Do Portugal medieval ao moderno, da expansão ao ocaso da independência, com Gil Vicente e Camões;
- ii) O século XIX, liberal, regenerador e finalmente decadente, através de Garrett, Herculano e a Geração de 70;
- iii) A frágil Primeira República, pelas lentes de Teixeira de Pascoaes e dos criadores de *Orpheu*;
- iv) Formas de vida em Ditadura, com o Neo-Realismo e os *desenvoltos filhos de Álvaro de Campos*²²⁵;
- v) Da Revolução ao caótico início do século XXI – Vozes e silêncios pós-Abril e a iniciática viagem de Gonçalo M. Tavares.

Outros períodos de tempo poderiam ser aqui também seleccionados e evocados, mas estes surgem-nos, na leitura e releitura de cada vez mais textos de EL, ao longo do tempo, como paradigmáticos para o que pretendemos ilustrar: que a História, e em particular aquela que EL nos dá a recompreender com a mediação da Literatura, é tudo menos uma linha contínua e cronologicamente arrumada ou seja morta.

A Duração colectiva, abarcando toda a extensão temporal da nossa memória como povo e o nexos de obras literárias que lhe dá corpo, está viva e é globalmente coeva de cada um dos sucessivos presentes. Vivemos com todos esses momentos e autores nos ossos, para evocar a expressão de Eliot que já citámos. Apesar de ordenarmos, por arrumação mental, os períodos seleccionados por ordem cronológica, como se verá em análise existe muita

²²⁵ Evocamos aqui e analisaremos neste ponto, centralmente, o texto “Uma literatura desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp. 255-267

interpenetração e convocação entre eles, quando revisitados através dos seus autores e das associações de ideias que essas releituras provocam: a EL e, depois, a quem o lê.

No que se refere aos autores seleccionados e querendo abarcar um intervalo de tempo representativo da extensão do olhar de EL sobre a nossa Duração colectiva, considerámos Gil Vicente e Gonçalo M. Tavares, através dos textos seleccionados de EL sobre estes - impregnados de trans-historicidade e de referências ao tempo psicológico mais do que ao cronológico - dignos actores-delimitadores desta nossa trama.

Depois, avaliámos o triângulo Camões-Antero-Pessoa, que - pelo menos desde que se fixou em *Poesia e Metafísica* (1983), nunca mais se desfez – como incontornável. Como, quer Antero quer Pessoa, integraram movimentos que também são, de modo relevante e repetido, alvos da atenção de EL (a Geração de 70 e o Grupo de *Orpheu*) olhámos para esses colectivos embora polarizados, respectivamente, em Eça/Antero e Pessoa/Almada, por necessidades de circunscrição. Na consideração destas duas gerações, tal como repetidamente o faz EL, recuou-se ao Romantismo de Garrett e Herculano, no século XIX, e ao Saudosismo de Pascoaes, no início do século XX.

Quanto ao Neo-realismo, tratando-se de um grupo de criadores contemporâneo de EL e ao qual a sua não pertença, bem como a análise crítica - das obras e do seu projecto de intervenção social - foi alvo de sucessiva reelaboração ao longo do tempo (não sendo por acaso que a ele se dedica todo o Volume II das Obras Completas de EL, recentemente publicado²²⁶), daí a sua eleição. E como contraponto àquele, elegemos o grupo de autores que EL catalogou de *desenvoltos filhos de Álvaro de Campos*, pela diferença de atitude face a um mesmo Portugal vivendo em Ditadura.

Na reacção à Revolução, EL analisou de modo arguto e que importou evidenciar, silêncios (mais uma vez o neo-realismo) como vozes desse tempo, dos autores sem tempo nem redenção, como Agustina, aos que se deixaram convocar pelo vento da mudança, como Almeida Faria ou Vergílio Ferreira, e às realmente então novas formas de recriação do real, trazidas à luz, como a de Lídia Jorge, ou gritadas com angústia, como a de Lobo Antunes.

²²⁶ EL, *Obras Completas, Volume II, Sentido e Forma da Poesia Neo-realista e outros ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

2. Do Portugal Medieval ao Moderno, com Gil Vicente e Camões

2.1. Gil, mestre de um medieval país que reza, actualizado pelo marxismo

O carácter eclesiástico do teatro de Gil Vicente salta aos olhos do mais desprevenido leitor. Os assuntos laicos são minoritários e ainda aí se insinua uma visão das coisas a que é realmente impossível dar outro nome que “eclesiástica”, (...). Todavia, esta evidência não impede toda uma tradição crítica de se agarrar às abas do gibão de Mestre Gil para o reivindicar como expoente de não sei que espírito racionalista, crítico e, santos céus, até “revolucionário”²²⁷.

Vêm quatro Cavaleiros cantando, os quais trazem cada um a Cruz de Cristo, pelo qual Senhor e acrecentamento de Sua santa fé católica morreram em poder dos mouros. Absoltos a culpa e pena per privilégio que os que assi morrem têm dos mistérios da Paixão d’Aquele por Quem padecem, outorgados por todos os Presidentes Sumos Pontífices da Madre Santa Igreja.²²⁸

Consideramos o texto citado, de EL sobre Gil Vicente, de fundo polémico e produzido num duplo registo, a todos os títulos paradigmático do que procuramos, centralmente, ilustrar: a forma como EL nos dá a repensar a nossa Duração colectiva através da Literatura (em sentido lato), o que propicia a percepção de coexistência e interacção trans-temporal. Neste caso, de uma assentada EL desmistificou a identificação de humanismo renascentista em Gil Vicente, afirmando-o apenas como um autor completamente integrado no Portugal tardo-medieval, e criticou quem criou e propagou, segundo EL, tal corrente interpretativa - os teóricos literários marxistas (Óscar Lopes, António José Saraiva, entre outros).

Não conhecemos a data de produção deste texto, apenas o situou o próprio EL - no texto que abre o volume *Destroços* em que o mesmo foi editado - dizendo que foi fruto de um “polemismo datado”²²⁹, pois “na década de 60 do passado século o discurso dominante da época, não só na Europa, como entre nós, era ainda o discurso marxista [...]. Tinha sucedido ao antigo discurso historicista herdado do século XIX”²³⁰. E caracterizou esse contexto nacional de modo ilustrativo, onde duas matrizes de discurso cultural se opunham e predominavam: a marxista, como a única alternativa, com mérito e implantação, ao

²²⁷ “O gibão de Mestre Gil” in *Destroços – O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, Lisboa, Gradiva, 2004, p.15

²²⁸ Vicente, Gil, “Cena XII” in *Auto da Barca do Inferno*, Porto, Porto Editora, 2014-ed., p.61

²²⁹ EL, “Da tentação polémica” in *Destroços – O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, Lisboa, Gradiva, 2004, p.10

²³⁰ *Idem, ibidem*

discurso indigente, “tradicionalista, referência matricial do Regime mas, talvez por isso, sem nenhum impacto cultural relevante”²³¹.

Foi neste quadro mental que EL reagiu a que tantos e tanto se agarrassem às abas do gibão do mestre, vincando marcadamente que “o milagre vicentino é o retardatário milagre medieval de uma sociedade organicamente homogênea, indiscutida, e que por isso podia livremente discutir-se”²³². Terá sido dessa liberdade orgânica que beneficiou Gil e não de uma consciência moderna, feita de ideias de heresia e revolucionarismo que “nem podia ter, nem ninguém à sua volta teve entre nós”²³³.

*O Portugal de Gil Vicente é ainda uma mediéfica sociedade, bem estratificada, na qual todas as classes se disputam (sob o pano de fundo judaizante) a glória de uma vida eterna e de um pensamento ortodoxo sem fendas. A questão religiosa mal se põe (...). Os nossos retratos rezam. Portugal era então uma sacristia imensa, mas nela reinava uma liberdade que nos parece escandalosa, como sempre é a dos sacristães, por estarmos fora dela sem afinal lhe termos jamais escapado. A pintura arquétipa desses tempos, que até Gil Vicente se prolongam, são os famosos painéis.*²³⁴

Os painéis de S. Vicente, onde o povo está ajoelhado, são o arquétipo desse Portugal, sublinha EL, país onde Gil, dramaturgo da coroa, seria, segundo os marxistas - e atribuindo responsabilidade particular a António José Saraiva, autor da introdução a uma antologia de Gil Vicente bem como da já então referencial *História da Cultura em Portugal*²³⁵ - um crítico da sociedade feudal, fazendo combate ideológico embora numa crítica de raiz evangélica, destaca EL citando Saraiva²³⁶.

Ora, sobre essa colagem de Gil Vicente a uma posição crítica de Roma e a um alinhamento espinosista com Erasmo e Lutero disse EL que “não há uma só linha neste texto que não seja discutível. Estou quase certo que o António José Saraiva de 1965 teria engulhos em o subscrever”²³⁷. Afirmou ainda EL que, tal atitude, a ter existido, em Gil Vicente, teria sido, para o dramaturgo, ao tempo, uma questão de vida ou morte.

²³¹ EL, “Da tentação polémica” in *Destroços – O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, Lisboa, Gradiva, 2004, p.10

²³² EL, “O gibão de Mestre Gil” in *Destroços – O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, Lisboa, Gradiva, 2004, p.16

²³³ *Idem, ibidem*

²³⁴ *Idem, ibidem*, p.17

²³⁵ *Idem, ibidem*, p.18

²³⁶ *Idem, ibidem*

²³⁷ *Idem, ibidem*, p.20

Dado que essas afirmações, dos teóricos marxistas, foram, para EL, sistemáticas e sistêmicas, não só sobre a atribuição de carácter revolucionário a Gil Vicente como a muitos outros dos autores por eles abordados (João de Barros, Camões,...), concluiu EL que tal análise foi fruto de convicção sincera mas “inadequada à compreensão do nosso passado”²³⁸.

*Ninguém se ocuparia de Gil Vicente se ele não fosse actual e, de certo modo, ninguém o actualizaria mais, embora erradamente, que essa crítica sociológica “realista”. Simplesmente, nós não podemos impor a Gil Vicente e à sua obra um estigma que ela não suporta e o primeiro dever do historiador e do crítico, seja ele burguês, seja ele progressista, é o de aceitar e ver a obra de Gil Vicente segundo a letra e segundo o espírito que nela se acham.*²³⁹

Religiosidade, ortodoxia, arquitectura simbólica medieval, visão teológica do mundo, são características que a EL parecem inegáveis em Gil Vicente, socorrendo-se da visão de outros críticos vicentistas, como Carolina Michaelis de Vasconcelos que o terá afirmado “cristianíssimo”²⁴⁰.

EL pintou o retrato do mundo do mestre como sendo, sem inovações, aquele que o próprio dava a conhecer na sua dramaturgia, ainda “tão sólido, tão ordenado, tão inocentemente medieval, que Gil Vicente se serve dos Diabos como espelho da mais alta verdade.”²⁴¹

Aquilo a que os marxistas chamaram liberdade de crítica de pendor erasmista, designou EL por “promiscuidade tipicamente vicentina”²⁴² entre o humano e o divino, evidência de uma real convivência rude e simples, tipicamente medieval, (e não sem tempo, disse EL, o que também é comumente afirmado sobre a obra vicentina). Não obstante, EL não deixou de considerar fascinante que essa obra “tão nitidamente tributária de uma visão do mundo arcaizante já no momento em que é criada, tenha podido conservar uma tão grande vitalidade e um tão profundo significado”²⁴³.

Quem estava às portas da Renascença não era Gil Vicente fazendo tudo o que era humanamente possível, embora não o soubesse, para que elas não se abrissem, era o povo português que na realidade do seu viver, segundo a sua óptica (...) Mestre Gil nos apresenta

²³⁸ EL, “O gibão de Mestre Gil” in *Destroços – O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaio*s, Lisboa, Gradiva, 2004, p.21

²³⁹ *Idem, ibidem*, p.24

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.25

²⁴¹ *Idem, ibidem*, p.35

²⁴² *Idem, ibidem*, p.36

²⁴³ *Idem, ibidem*, p.37

*longe do ideal jamais concretizado mas sempre presente de um Portugal velho cujos vestígios o poeta saúda e conserva.*²⁴⁴

EL destacou que a crítica marxista recorreu ao conceito de “contradição” (a dialéctica, a luta de classes, sempre) para explicar todo o processo cultural português, empregando-o de modo generalizadamente suspeito: ”que vejamos de sentinela a Fernão Lopes, como a Bernardim, a Gil Vicente como a Camões, a Nobre como a Eça o fantasma indefinidamente recorrente da famosa *contradição*”²⁴⁵ é, para EL, a mais estática visão da realidade, apenas uma constatação e nenhuma explicação. Avançou que não há contradição em Gil Vicente como também não a há em Camões, apesar de, neste, “a consciência se manifesta já como dividida e consciente dessa divisão na medida mesma em que Camões é essa contradição e altamente lhe dá forma”²⁴⁶.

Nós, como alunos e leitores, somos testemunhas de que, mesmo actualmente, perpassa essa ideia central de que Gil Vicente foi autor de contradições que, apesar de ser um “poeta da corte e para a corte”²⁴⁷ foi um crítico social com características de transição para a modernidade, sendo já “convivente com os conceitos clássico-humanísticos que demarcavam o universo mental do seu tempo e no seu espaço”²⁴⁸. Não estudámos Gil Vicente e os seus críticos com a profundidade que nos permita validar nem a visão mais extremada de EL, que vê Gil como um ortodoxo autor medieval, nem a dos marxistas-realistas que o guindam a arauto da modernidade.

Quando o estudámos, fomos muito sensíveis à sua criação de arquétipos sociais – a uma procura de caracterização de tipos representativos, mais do que à produção de juízos de valor ou crítica – que ainda hoje sentimos como vivos e actuais. Neste contexto, pretendemos aqui, simplesmente, pensar, reagindo ao questionamento e interpelação de EL, sobre o Portugal de Gil Vicente.

Esse Portugal, em relação à evolução do qual - factualmente tendo progredido em sentido completamente contrário ao da Europa “reformada” - deu EL um golpe de misericórdia analítico ao evocar a reacção de D. João III, a resposta definitiva deste a todos os males na

²⁴⁴ EL, “O gibão de Mestre Gil” in *Destroços – O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaio*s, Lisboa, Gradiva, 2004, p.40

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, p.40

²⁴⁶ *Idem, ibidem* p.41

²⁴⁷ Buescu, Maria Leonor Carvalhão, “Do Medieval ao Moderno. Os rostos da transição” in *Literatura Portuguesa Clássica*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992, p.61

²⁴⁸ *Idem, ibidem*

prevenção de quaisquer ventos de modernidade, fossem os apenas pressentidos ou já sentidos pela sociedade na época, fossem os atribuídos pela crítica moderna. Afirmou EL que é digno de uma “meditação irónica e grave que Gil Vicente deixe este mundo, que sem ele será cada vez mais sombrio, no exactíssimo ano em que o Santo Tribunal da Inquisição nele se instala”²⁴⁹.

2.2. Expansão e Emigração, a partir do *canto sumptuoso e triste* de Camões e da sua recepção

*Os Lusíadas” não são um começo, mas um fim, como em geral todas as obras onde o espírito de uma época se dá em espectáculo. [...] Fim ideológico e ético de uma atitude encarecedora dos feitos nacionais numa óptica universalizante que os transcende.*²⁵⁰

*A epopeia camoniana é, entre outras coisas, um genial manifesto, uma máquina de guerra coerente, e não um poema asséptico e intemporal dedicado à exaltação de um amor pátrio sem conteúdo histórico preciso. Nele se encontra com coerente paixão um Ocidente contra-reformista e expansionista, de que o pequeno Portugal é a providencial e alta vanguarda.*²⁵¹

*Cantava a bela Deusa que viriam / Do Tejo, pelo mar que o Gama abrija,
Armadas que as ribeiras venceriam / Por onde o Oceano Índico suspira;
E que os Gentios Reis que não dariam / A cerviz sua ao jugo, o ferro e ira
Provariam do braço duro e forte, / Até render-se a ele ou logo à morte.*²⁵²

Os Lusíadas surgem, para EL, como o poema que “tematiza o destino pátrio”²⁵³ de uma perspectiva, agora sim - como ainda não o era em Gil Vicente - humanista e universalizante, de acordo com a época e mundividência do poeta, mas à luz particular do ocaso da gesta expansionista, num Portugal católico que integrava a parte não reformada de uma Europa clivada, e não só religiosa mas política, económica e socialmente.

Disse EL que se “a palavra “Renascimento” tem um sentido pleno entre nós, isso deve-se ao combate que teve lugar no espírito e na alma de Camões e em mais nenhum outro autor de língua portuguesa da mesma época”²⁵⁴. Do Renascimento do espírito clássico foi

²⁴⁹ EL, “O gibão de Mestre Gil” in *Destroços – O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaio*s, Lisboa, Gradiva, 2004, p.47

²⁵⁰ EL, “O século de Camões” in *Poesia e Metafísica-Camões*, Antero, Pessoa, Lisboa, Gradiva, 2002, p.76

²⁵¹ EL, “Camões no Presente” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*”, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.153

²⁵² Camões, Luis de, “Canto X” in *Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 1983-ed., p.351

²⁵³ EL, “ Da literatura como interpretação de Portugal” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*”, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.79

²⁵⁴ EL, “Camões e o tempo ou a razão oscilante” in *Poesia e Metafísica-Camões*, Antero, Pessoa, Lisboa, Gradiva, 2002, p.39

Camões, entre nós, arauto, desde logo pelo recurso a temas e mitos dessa antiguidade, bem como à associação entre a expansão portuguesa e os feitos romanos:

*A aventura marítima e colonizadora dos portugueses não tem símile algum na Europa moderna e por isso o nosso poeta nacional preferiu compará-la à da Roma antiga. Da Roma antiga propagámos a língua que os seus soldados nos ensinaram, e da Roma cristã, na sua época contra-reformista, o cristianismo segundo o Concílio de Trento, cujas imagens intactas ou corroídas pelo tempo se encontram hoje desde Macau ao interior do Brasil.*²⁵⁵

Embora Camões faça ainda soar a *força do braço* dessa expansão, escuta EL o canto do poema como o “eco sumptuoso e triste”²⁵⁶ da trágica grandeza “ferida e corroída pela morte próxima (...) simultaneamente sinfonia e *requiem*”²⁵⁷. No fundo, como se aquele lesse a decadência e antecipasse a perda, tão próxima, da própria independência nacional, essa que viria a ser interrompida ao mesmo tempo que a vida do poeta, no evento que EL qualificou de “segundo traumatismo de consequências mais trágicas que o primeiro”²⁵⁸, que fora o nascimento do país.

Este segundo traumatismo veio a iniciar os “sessenta anos (...) [que] permitiram, enfim, que nos descobríssemos às avessas, que sentíssemos na carne que éramos (também) um povo naturalmente destinado à subalternidade”²⁵⁹, sendo que no século XVI, como até ao XIX, “o problema da independência nacional não tinha então o perfil que a historiografia romântica e nacionalista lhe atribuirá”²⁶⁰, dando EL o exemplo de que todos os autores e obras do período de 60 anos de monarquia dual seriam, se actualizados, facilmente catalogáveis de colaboracionistas.

Tal não obsta a que tenha sido também, para EL, durante esse período, que o viver nacional se terá orientado pela noção de que “a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, era o termos sido”²⁶¹, sendo dessa “ex-vida Os Lusíadas a prova do fogo”²⁶² que levava o país a idealizar o passado e a desejá-lo como futuro, numa linha contínua que abstraía da clivagem, da interrupção que o presente constituía. Como EL enfatizou noutro texto de LS, no seu ponto de vista,

²⁵⁵ EL, “Portugal - Identidade e Imagem” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.18

²⁵⁶ EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.18

²⁵⁷ *Idem, ibidem*

²⁵⁸ *Idem, p.19*

²⁵⁹ *Idem, ibidem*

²⁶⁰ *Idem, ibidem*

²⁶¹ *Idem, p.20*

²⁶² *Idem, ibidem*

*a altissonante e “universal” pátria camoniana não é ainda um “indivíduo político-social”, como ele, poeta, de algum modo já o é, mas o suporte de um “império e uma fé” cuja irradiação reverte a favor de um “rei” (único soberano ou soberano único), o qual por sua vez se encontra “fora da história”, em sentido moderno, como encarnação que é do princípio “monárquico”, princípio de continuidade, anti-romântico, anti-trágico por excelência”.*²⁶³

E vamos já passando à interpretação de Portugal, neste caso do Portugal Moderno, a partir do século XVI, feita por EL através de Camões e da sua Poética mas também, de modo inextrincável, tecida a partir da recepção da obra camoniana por épocas seguintes, o que nos parece ser uma abordagem que bem ilustra a nossa visão, já expressa, de que cada tempo é coevo de toda a Literatura produzida até esse momento e que, com a mediação desta arte, pode, de modo ímpar, cada comunidade tomar consciência de si e analisar-se colectivamente, na Duração. Mesmo no movimento de actualização e apropriação de um autor e da sua obra, não é pouco o que esse esforço nos pode dizer sobre a época que o promove, tentamos, também, ilustrar.

O pensamento de EL sobre Camões e através de Camões é um mundo vasto que não poderemos analisar profundamente. Assim, para o presente efeito, a nossa escolha recaiu em textos de EL em que este se detém na leitura dos Lusíadas e no que o poema ilustra sobre o país-personagem histórico tomado pelo poeta - também ele, e principalmente ele, herói da sua epopeia pessoal e convertido em herói colectivo - bem como em textos sobre a forma como outras épocas e autores se apropriaram de Camões e da sua obra, com foco particular no século XIX e no pós-revolução de Abril.

Seleccionámos, pela importância que lhes atribuímos, quatro textos de EL, em torno de comemorações que envolveram Camões:

- i) “Camões no presente”²⁶⁴, de 1972, nos 400 anos da publicação dos Lusíadas (1572);
- ii) “A emigração como mito e os mitos da emigração”²⁶⁵, em torno da primeira evocação do dia de Camões no pós-revolução, na Guarda em 1977 e
- iii) “Camões 80”, de 1979 e

²⁶³ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.79

²⁶⁴ EL, “Camões no presente” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.149-158

²⁶⁵ EL, “A emigração como mito e os mitos da emigração in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*”, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.117-125

- iv) “O século de Camões”²⁶⁶, de 80, ambos a propósito da comemoração de mais um centenário da morte do poeta.

O primeiro texto, de 1972, evoca a comemoração da data do tri-centenário da morte de Camões, em 1880, notando EL que esta serviu “de máquina de guerra ideológica contra a Monarquia e o conjunto de valores ou de referências a que se identificava ou a identificavam”²⁶⁷.

Apontou o Poeta como o alvo perfeito das “tentativas de assimilação e apropriação pelo presente do capital afectivo e ideológico que certas figuras do passado representam”²⁶⁸ que, a ele aplicadas, parecem legítimas e naturais. Disse, no entanto, EL que convirá saber que “Camões e a sua obra, em particular os *Lusíadas*, não são uma realidade intemporal de significação unívoca”²⁶⁹, que possa ser deslocada arbitrariamente da sua significação e existência histórica “para a falsa eternidade de um mito moral, histórico e ideológico cujas bases continuariam intocáveis”²⁷⁰.

Neste caso concreto, EL referia a comemoração de 1880 e uma apropriação anacrónica, do Poeta e do Poema, por um registo a que chamou *teofiliano-jacobino* contra a “sonambúlica classe dirigente da Monarquia”²⁷¹, que Antero também terá criticado, como pouco de acordo com o então “incipiente militarismo republicano”²⁷², concedendo EL que Teófilo e os seus correligionários buscavam, essencialmente, uma ilustração para uma nova concepção de “patriotismo” na qual não via Teófilo nenhuma contradição com a “Fé e o Império” camonianos.²⁷³

*A “Fé” camoniana volvera-se positivismo e o Império esperava precisamente do novo ideal patriótico uma atenção que a Monarquia descurava. Deste modo, nem subjectiva nem objectivamente a celebração camoniana lhe poderia parecer inadequada ou hipócrita. Tratava-se de uma confessada e aberta “actualização” de Camões.*²⁷⁴

²⁶⁶ EL, “Camões 80” e “O século de Camões” in *Poesia e Metafísica-Camões*, Antero, Pessoa, Lisboa, Gradiva, 2002, p.71-74 e p.75-79

²⁶⁷ EL, “Camões no presente” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.149

²⁶⁸ *Idem ibidem*, p.149-150

²⁶⁹ *Idem, ibidem*, p.150

²⁷⁰ *Idem, ibidem*

²⁷¹ *Idem, ibidem*

²⁷² *Idem, ibidem*

²⁷³ *Idem ibidem*, p.151

²⁷⁴ *Idem, ibidem*

Actualização que não dispensava, para Teófilo, uma comemorativa romagem à estátua [inaugurada em 1867] - numa visão realista, disse EL, em relação ao idealismo cultural de Antero ou de Oliveira Martins, que aspiravam à homenagem através da leitura e efectiva vivência do Poema - referindo-se a “um povo que na sua quase totalidade não sabia ler, esperando sem dúvida da imagem o milagre, sempre plausível, da conversão da pedra em pão do espírito”²⁷⁵.

De todo o modo, neste final de século XIX – “o grande século da História, um mito cultural e cívico de primeira grandeza”²⁷⁶ -, segundo EL, a leitura de *Os Lusíadas* evoluíra já da “herança iluminista e o fervor romântico liberal – em geral opostos quanto ao valor poético da obra – [que] não cuidaram de o ler e compreender como momento irrepetível de uma aventura global do espírito humano”²⁷⁷.

Segundo EL, o Romantismo de Garrett e também o de Castilho vira Camões como um seu contemporâneo, considerando-o umas vezes ultrapassado outras eterno mas sempre abstractizado²⁷⁸, sendo, posteriormente, propósito comum aos Realistas, de Teófilo a Antero ou Oliveira Martins - à parte o que os dividiria nesta matéria e que aqui não poderemos analisar em detalhe - inserir o poeta e a sua poética no seu tempo, de modo a compreenderem “em termos originais em que sentido Camões é a expressão épica da Idade Moderna e o momento supremo da autoconsciência nacional”²⁷⁹

Não obstante, em todas estas leituras, como noutras, posteriores, EL detectou que

*incorporado à substância do nosso viver histórico, o Poema reflectirá fatalmente a diversa relação que ao longo do tempo mantivemos com o nosso Destino. A do século XIX foi dolorosa, ardente e apaixonada, consciente até ao desespero da fragilidade do nosso estatuto histórico de povo independente. Por isso mesmo, de Garrett a Teófilo, passando por Oliveira Martins e Antero, o Poema adquiriu o perfil da última ratio regum, de argumento supremo da nossa existência ameaçada.*²⁸⁰

²⁷⁵ EL, “Camões no presente” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.151

²⁷⁶ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.136

²⁷⁷ *Idem, ibidem*

²⁷⁸ EL, “A Imagem Teofiliana de Camões” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.136

²⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 139

²⁸⁰ *Idem, ibidem*, p.147

Existência que foi ameaçada na segunda metade do século XVI como seria, na segunda metade do século XIX, por outros motivos e conjunturas, época a que voltaremos em torno da Geração de 70.

Parece-nos que, a evocação das comemorações de 1880, nada tem de inocente - no texto que convocamos de 1972 - antevendo EL o paralelismo contextual de momentos da vida do país com regimes políticos em estertor. Apesar de, em 1880, a apropriação de Camões, segundo EL, ter sido feita por quem promovia a mudança de regime e, em 1972, o vir a ser pelos “próprios poderes públicos”²⁸¹, o ensaísta registava a mudança dos tempos e das vontades mas não do ímpeto de apropriação da epopeia, que, EL adivinhava, consideraria justificadas as “interpretações mais desvairadas de nacionalismo e através delas a confiscação e exploração vergonhosa do capital ético e ideológico de *Os Lusíadas* em favor da particular forma de maniqueísmo político que nelas se apoia.”²⁸²

No texto de 79, “Camões 80”, EL vem a dialogar com o seu texto de 1972, dando conta de que fora escrito “num momento em que o Império por ele [Camões] cantado se afogava sem remissão numa cegueira maior que a do seu tempo de rapina e glória”²⁸³ sendo, então, “fácil adivinhar que espécie de “culto” a última (?) versão do Estado Novo iria celebrar”²⁸⁴ e que “para o atenuar, num tempo em que o silêncio era de ouro, escrevi uma breve meditação destinada a perturbar a boa consciência dos herdeiros abusivos da “Fé e do Império””²⁸⁵.

Não deixou de mencionar EL que tal se passou num quadro em que “o retrato camoniano para uso doméstico, muito “patriótico” por fora, destinava-se à exposição nos corredores hostis das Nações Unidas”²⁸⁶, onde se fazia uma crítica explícita à obstinação colonialista do regime português, em guerra pelas manutenção das possessões há mais de 10 anos.

Na análise de uma recepção camoniana ainda mais próxima, mas igualmente reveladora do que as leituras de Camões dizem sobre os tempos que o lêem, EL, no referido texto de 1977, em torno das comemorações do 10 de Junho do mesmo ano, nas cerimónias

²⁸¹ EL, “A Imagem Teofiliana de Camões” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed, p.151

²⁸² *Idem, ibidem*, p.152

²⁸³ EL, “Camões 80” in *Poesia e Metafísica-Camões*, Antero, Pessoa, Lisboa, Gradiva, 2002, p.71

²⁸⁴ *Idem, ibidem*

²⁸⁵ *Idem, ibidem*

²⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 72-73

realizadas na Guarda - que EL fixa como “as primeiras em que o regime reformulado em 25 de Novembro investiu, aplicada e voluntariosamente, a sua ideologia enquanto ideário nacional de alcance simbólico”²⁸⁷ - fez, mais uma vez, o movimento de despir o canto épico das roupagens que as actualizações lhe vestiram, quer do Estado Novo, quer do poder pós-25 de Novembro dizendo que:

*Não é possível, para ninguém, separar o seu canto épico da apologia histórica de um povo enquanto vanguarda de uma Fé ameaçada na Europa do tempo e de um Império igualmente guarda-avançada da expressão comercial e guerreira do Ocidente. É essa “a matéria” textual e moral do Poema. Não tem outra e é absurdo fingir que possa tê-la.*²⁸⁸

Nestas comemorações, de 1977, participaram Virgílio Ferreira e Jorge de Sena - este último aí proferindo um discurso que ficou *para a História*, lembramos nós - referindo-os EL como dois dos mais ilustres representantes da então actual cultura portuguesa, que tiveram o encargo de “reactualizar a permanente e natural referência ao autor dos *Lusíadas*”²⁸⁹.

Terá cabido a Sena, segundo EL, a tarefa de integrar o Épico “numa espécie de epopeia subjacente e mais alta que a epopeia real celebrada [...]: a da Emigração, a da diáspora de corpo e alma, com a sua sombra de fatídico e duro Exílio”²⁹⁰, tendo aquele subtraído, “com flamejante “fúria camoniana”, *Os Lusíadas* ao ideário fascista que deles fizera bandeira e bíblia - como aliás já acontecera antes com o liberalismo e o republicanismo”²⁹¹ - mas não deixando, por seu turno, de actualizar, também ele, politicamente, Camões.

Considerou EL ser “discutível tê-lo convertido [...] nessa figura de Emigrante imortal que pode albergar à sua sombra tutelar uma realidade e uma vocação pátrias que hoje [em 1977] se configuram, com evidente equívoco, em torno da emigração real.”²⁹²

Para EL, tal exercício configurou uma amálgama, uma assimilação de dois fenómenos distintos “que a História separou e continua separando: a “emigração” simbólica de que Camões seria agora o exemplar e mítico patrono, não muda de conteúdo com o novo

²⁸⁷ EL, “A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.117

²⁸⁸ *Idem ibidem*, p.120

²⁸⁹ EL, “A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.120

²⁹⁰ *Idem ibidem*, p.121

²⁹¹ *Idem, ibidem*

²⁹² *Idem, ibidem*, p.122

carisma. Ela foi *expansão*, conquista, descoberta, gesta desmedida de pequeno povo convertido em ferro de lança da burguesia empreendedora e mundialista do Ocidente”²⁹³.

Fenómeno esse que pouco teria que ver, para EL, com “a *emigração dolorosa* que há duas dúzias de anos converteu a população mais pobre”²⁹⁴, que saiu de casa para “servir povos mais ricos e organizados que nós”²⁹⁵, num processo enraizado na miséria que nem, sequer, os “herdeiros do neo-realismo”²⁹⁶ terão tematizado convenientemente, fixando imagens desse “sofrimento e suas ingénuas ou atrozes realidades”²⁹⁷ com as quais, disse EL, se poderia compilar “uma versão recreadora do título de “História Trágico-Terrestre””²⁹⁸.

De Camões, personagem da gesta expansionista, à sua leitura por Sena, emigrante-exilado marcado pela sua condição, independentemente das idealizações discursivas de 1977, EL a discernir os elementos que permanecem dos que mudam, na Duração.

Em resumo do próprio EL, de 1980, a epopeia camoniana será, em termos integrados,

*o texto sociológico de uma época particularmente perturbada, o texto ideológico de uma cristandade em crise e em luta, o texto ético de um tempo subvertido em profundidade por novidades inauditas, o texto religioso de teólogos em estado de cruzada permanente, o texto literário de uma cultura estética, partilhada entre o exemplo antigo e o apetite da inovação.*²⁹⁹

²⁹³ EL, “A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.122

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, p.123

²⁹⁵ *Idem, ibidem*

²⁹⁶ *Idem, ibidem*

²⁹⁷ *Idem, ibidem*, p.124

²⁹⁸ *Idem, ibidem*

²⁹⁹ EL, “O século de Camões” in *Poesia e Metafísica-Camões, Antero, Pessoa*, Lisboa, Gradiva, 2002, p.78

3. Liberalismo, Regeneração e Decadência - de Garrett à Geração de 70

3.1. O Portugal liberal discute-se com Garrett e Herculano

Não se tem reparado muito naquilo que parece constituir a motivação mais radical e funda (pelo que significa como ruptura) de toda ou quase toda a grande literatura portuguesa do século XIX. O que desde Garrett a estrutura no seu âmago é o projecto novo de problematizar a relação do escritor, ou mais genericamente, de cada consciência individual, com a realidade específica e autónoma que é a Pátria.³⁰⁰

Quando, voltendo os olhos para os tempos remotos, indagamos a história dos nossos antepassados e da terra em que nascemos, a primeira pergunta que nos ocorre para fazermos ás tradições e monumentos é naturalmente a seguinte: onde, quando, e como nasceu este indivíduo moral chamado a Nação?³⁰¹

Se, segundo EL, os escritores portugueses do século XIX recorreram a Camões actualizando-o, como vimos, terá sido, centralmente, para, com ele e através dele, pensar a Pátria num quadro mental novo, em que, para EL, terá passado a ser problematizada a escrita e a relação do escritor com esse novo conceito de Nação, realçado no texto de Herculano que citamos na segunda epígrafe.

Afirma EL que “a partir de Garrett e Herculano, *Portugal*, enquanto realidade histórico-moral, constituirá o núcleo da pulsão literária determinante”³⁰². Só a partir desses autores, fundadores desta visão, Portugal passou, para EL, a ser apreendido como *realidade histórica com interioridade* concreta - lembre-se que EL defendeu que, por exemplo, Camões problematizava a pátria de um modo universalizante e abstracto, em que aquela não era ainda um indivíduo político e social³⁰³ - no quadro de um século XIX, filho da primeira revolução industrial e da Revolução Francesa burguesa, que “modificam a relação do indivíduo e da pátria, que de mera terra paterna se volve Nação”³⁰⁴.

Esta realidade terá passado a interpelar o homem liberal e em particular o escritor, “com uma urgência e uma força antes desconhecidas”³⁰⁵, o que redundou em que cada escritor

³⁰⁰ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.78

³⁰¹ Herculano, Alexandre, “Carta II - Cartas sobre a História de Portugal, 1842, Opúsculos, t.v”, in *Alexandre Herculano, O cidadão e o historiador, antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010, p.103

³⁰² EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.78

³⁰³ *Idem, ibidem*, p.79

³⁰⁴ *Idem, ibidem*

³⁰⁵ *Idem, ibidem*, p.80

produza o seu “pessoal discurso à Nação”³⁰⁶ à procura de “revelação, manifestação e culto das respectivas almas nacionais”³⁰⁷ sendo, conseqüentemente, a produção literária, também ela, interpelação permanente.

Destacou EL que nenhuma revolução cultural nos veio mais de fora que o Romantismo, sendo este, por isso, em Portugal, algo bem diferente do que pôde ser nos países de cultura protestante, já que teremos adaptado esse movimento romântico a um “país que não tivera “Luzes” – não se poderá chamar assim ao despotismo iluminado de Pombal – e adoçámos com ele uma ruptura política que viera nas bagagens de Napoleão em 1807 e em 1820 permitira o difícil triunfo do liberalismo”³⁰⁸.

No concreto caso português, a história literária terá visado, desde então - e, em 1978, EL ainda se referia a esta tendência como caracterizadora dos últimos 150 anos³⁰⁹ - “descobrir quem somos e o que somos como portugueses”³¹⁰.

*Pela primeira vez, em séculos de unanimismo religioso, cultural, político, ético, desde as invasões napoleónicas até ao definitivo estabelecimento da monarquia constitucional (1834), “Portugal discute-se”. Por conta do que é ou foi, por conta do que não é e quer ser: um país europeu, com o mesmo ou análogo modelo político e cultural corrente na Europa. [...] À sua maneira, poeticamente um, ideológica e filosoficamente outro, Almeida Garrett e Herculano refundaram Portugal, reenquadrando, repensando e remitificando o nosso imaginário cultural. O que o grande reformador Mouzinho da Silveira inscreveu na história real do País, eles o inscreveram, mais duradouramente ainda, na nossa história ideal.*³¹¹

Destacou EL que “nenhum itinerário romântico é, entre nós, mais interessante a esse respeito que o de Garrett”³¹², que teve uma intervenção reformadora em quase todos os sectores culturais do seu tempo, que EL interpretou como tendo sido fruto de uma consciência, como criador, de que a sua “realidade e destino de autor estão [riam] ligados à maior ou menor consistência de inédito forma histórico-espiritual que é a Pátria, uma pátria *a ser feita* e não apenas *já feita*”³¹³. EL veio a considerar que foi com “Garrett que pela

³⁰⁶ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.80

³⁰⁷ *Idem, ibidem*

³⁰⁸ EL, “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.26

³⁰⁹ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.81

³¹⁰ *Idem, ibidem*

³¹¹ EL, “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.26-27

³¹² EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.80

³¹³ *Idem, ibidem*

primeira vez, e a fundo, *Portugal se interroga*, ou melhor, que Portugal se converte *em permanente interpelação para todos nós*³¹⁴.

Igualmente em relação a Alexandre Herculano, venceu EL que se este “se descobre e inventa romancista pseudo-medievalizante e historiador, não é por amor do *passado enquanto tal*, por mais glorioso, mas como prospector do *tempo perdido* de Portugal, cuja decifração lhe é vital para se situar como homem, cidadão, e militante num presente enevoado e oscilante.”³¹⁵ Refere, ainda, EL, em vários textos, a ideia de que “a *História de Portugal* de Alexandre Herculano não é uma entre outras, é a primeira digna desse nome escrita de dentro e segundo as mais rigorosas exigências da época. É já também, e intrinsecamente, Portugal como história”³¹⁶.

O interesse pelas idiosincrasias nacionais é eminentemente romântico e não é nesse plano que EL situa a originalidade destes dois autores, inseridos no seu tempo e também naquele movimento estético. Garrett, para saber quem é, sentiria carecer de interrogar a sério “essa realidade viva e mortal de uma Pátria entrevista como “frágil”, “vulnerável””³¹⁷, defendendo EL que, com o seu *Camões*, “começa realmente o processo de *autognose* de Portugal que terminará com *Mensagem*”³¹⁸ não sendo por acaso que esses dois grandes textos dialogam com *Os Lusíadas*. No entanto, o que seria original no início do século XIX, para EL, terá sido que “a matéria mediadora entre a consciência individual e o mundo é [era] constituída pela *situação nacional* e nela, e através dela, pelo *sentido do ser português*”³¹⁹.

Sendo, como também precisa Lourenço, este fenómeno fruto das condições políticas concretas de Portugal, “de 1808 a 1820, um País invadido, emigrado ou subalternizado pela presença militar ostensiva do Estrangeiro”³²⁰, esta tomada de consciência terá ido mais além e atingido a noção de *fragilidade histórica*, que projectava os seus fantasmas simultaneamente para o passado e para o futuro.

³¹⁴ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed. p.81

³¹⁵ *Idem, ibidem*

³¹⁶ EL, “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.31

³¹⁷ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.82

³¹⁸ *Idem, ibidem*

³¹⁹ *Idem, ibidem*, p.83

³²⁰ *Idem, ibidem*

*O drama de Garrett é fundamentalmente a teatralização de “Portugal como povo que só já tem ser imaginário” (ou mesmo fantasmático) – realidade indecisa, incerta do seu perfil e lugar na História, objecto de saudades impotentes ou pressentimentos trágicos. Quem responde pela boca de D. João (de Portugal...), definindo-se como “ninguém”, não é um mero marido ressuscitado fora da estação, é a própria Pátria.*³²¹

Não estaremos apenas, no *Frei Luís de Sousa*, perante um típico drama romântico, mas sendo nele o elemento trágico de natureza “histórico-política, ou, se se preferir, simbólica-patriótica.”³²²

Com a dramática realidade vivida no início do século XIX, “momento em que o raio da História nos caiu em casa, na sossegada e sonambúlica casa portuguesa [...] [o país foi] pela primeira vez posto na balança da Europa”³²³ e não fez valer o seu peso: lembrou EL que o século liberal abriu com a fuga da família real para o Brasil e veio a terminar com a liquidação física e moral de uma “monarquia a quem se fazia pagar, sobretudo, uma fragilidade nacional que era obra da nação inteira”.³²⁴

Importa notar que, segundo EL, a perspectiva de Garrett ou de Herculano era ainda diferente da que veio a caracterizar a Geração de 70. Diremos nós que havia esperança numa efectiva regeneração do país, chamando-lhe EL expectativa de reposição de grandeza, mesmo se sob roupagem trágica³²⁵, sendo um e outro, Garrett e Herculano, *heróis* que “participaram numa gesta de libertação aureolada de heroísmo e, apesar das decepções futuras, confiam [aram] no ideal *liberal* que ajudaram a implantar no País”³²⁶.

Sendo os seus heróis literários já heróicos só no passado e, em geral, vencidos, ainda enfatizariam de modo exaltado o patriotismo, contudo degradando-se depressa, diz EL, “a lenda do heroísmo liberal”³²⁷.

³²¹ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.83

³²² EL, “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999,p.84

³²³ EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.22

³²⁴ *Idem, ibidem*

³²⁵ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.85

³²⁶ *Idem, ibidem*

³²⁷ *Idem ibidem*, p.86

De todo o modo e em suma, disse EL, em NE2R, que “através de Garrett e Herculano tivemos então o privilégio, nunca mais renovado até aos dias de hoje, de encontrar o justo termo entre o fascínio e a emulação [em relação à Europa], sem perder o mais essencial diálogo connosco mesmos”³²⁸, o que o primeiro romantismo concretizou, propondo o “enraizamento na própria cultura nacional”³²⁹, numa “equilibrada síntese entre tradição e inovação”³³⁰ e que não terá vingado porque - face a uma Europa “em permanente transformação económica, social, política e cultural”³³¹, que cada vez estava mais próxima pelo progresso da informação e sua difusão - “a solução hercúliana parecia arcaizante”³³².

A este propósito, Lourenço partiu da classificação, por Sanchez-Albornoz, de “acidente histórico”³³³ para a existência de Portugal como nação, para evidenciar que até esse momento, já avançado no século XIX,

*só uma pequena elite, em geral de experiência cosmopolita, era sensível à imagem de Portugal, no espelho dos outros, ou no olhar dos outros. A relação dos portugueses consigo mesmos, sem termos de comparação concreta, era alheia ao complexo de inferioridade que pouco a pouco se difundiu no escol da sociedade portuguesa do século XIX e culminou no processo público feito ao passado português ou a componentes decisivas do seu perfil, pela geração de Antero de Quental, Eça de Queirós e de Oliveira Martins.*³³⁴

É exactamente deste agudizar do complexo de inferioridade face à Europa, no ambiente mental da inteligência nacional representada na Geração de 70, num contexto político-económico também ele em mudança acelerada, da Regeneração à Decadência, simbolicamente cristalizada pela nossa memória colectiva no *Ultimatum* inglês de 1890, de que nos ocuparemos de seguida.

3.2. Nós perante a Europa, pela Geração de 70

Não se tratava apenas de reformar Portugal, nas suas estruturas económicas, sociais e culturais. [O que se] exigia era um Portugal-outro, um Portugal onde se actuasse, se vivesse, se pensasse e se inventasse como na Inglaterra, na Alemanha, na França, em

³²⁸ EL, “Nós e a Europa: Ressentimento e Fascínio” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.29

³²⁹ EL, “Nós e a Europa: Ressentimento e Fascínio” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.29

³³⁰ *Idem, ibidem*, p.30

³³¹ *Idem, ibidem*

³³² *Idem, ibidem*

³³³ EL, “Portugal - Identidade e Imagem” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.17

³³⁴ *Idem, ibidem*, pp.19-20

*suma, na única Europa que merecia esse título que desde então designa menos uma entidade geopolítica, uma história comum, do que um mito, o da Civilização, do Progresso, da Cultura como espelho e instrumento regenerante do destino humano. Europeizarmo-nos, nesse sentido, tornou-se a obsessão quase unânime da elite portuguesa e toda a cultura se vai inscrever no espaço dessa distância que nos separa da Europa e em função do objectivo de a apagar.*³³⁵

Terá sido num ambiente fortemente marcado por essa mitificação face à Europa e ao atraso português em relação a ela que viverá, durante décadas, a parte mais relevante e apesar de tudo consciente da intelectualidade nacional, no que EL qualifica como “drama cultural que começa com a célebre conferência de Antero sobre a causa da decadência dos povos peninsulares [1871, que já citámos], e termina, por uma inversão que pertence ao mesmo sistema, com o *Ultimatum* [1917] de Álvaro de Campos e a ressurreição da mitologia do Quinto Império”³³⁶.

Com a Geração de 70, diz EL, quebrou-se o equilíbrio que, de algum modo, como caracterizámos, o primeiro romantismo de Herculano e Garrett tinha conseguido - não sem se desencantar, mais tarde, com a falta de reflexo dessa sua estratégia na realidade nacional, de que é prova o auto-isolamento a que se veio a votar Herculano - e agudizou-se a “consciência da nossa marginalidade”³³⁷.

Se essa posição marginal era real e efectiva, o que a acentuou terá sido o facto de ser encarada de uma perspectiva não enraizada em nós mas no outro, detectando EL ser esse o erro central de Antero e companheiros: não a admiração que votavam à Europa, mas o facto de acharem que era uma fatalidade seguir o modelo europeu, tomado como exemplar nos planos económico, político e cultural. Sendo, afinal, da Europa industrial, capitalista, em esvaziamento espiritual que Antero “na sua heróica ingenuidade ibérica”³³⁸ esperava, segundo Lourenço, “uma resposta que conferisse sentido à sua interrogação do enigma da História e do nosso destino nela”³³⁹.

³³⁵ EL, “Nós e a Europa: Ressentimento e Fascínio” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.30-31

³³⁶ *Idem, ibidem*, p.31

³³⁷ EL, “Portugal - Identidade e Imagem” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.20

³³⁸ EL, “Nós e a Europa: Ressentimento e Fascínio” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.34

³³⁹ *Idem, ibidem*

Sendo a noção de *decadência nacional* associada a boa parte da segunda metade do século XIX, em Portugal - e a sua ilustração com o sentimento evidenciado pela Geração de 70, um tema central na reflexão de EL sobre a História através da Literatura deste período - não pretendemos aqui advogar que Lourenço é inovador ou marcante por se debruçar sobre esta temática, sendo essa uma via de análise bastante explorada e consolidada por vários autores, de várias épocas, em Portugal³⁴⁰.

A título de fixação dos conceitos aqui usados, detenhamo-nos de modo muito breve e esquemático nas seguintes definições, segundo o *Dicionário de Eça de Queiroz*:

- i) Por *Geração de 70* (sem entrar na discussão da aplicabilidade da noção de geração, já muito feita) entenderemos, o fenómeno descrito como a seguir se detalha:

Pode dizer-se que, sem dúvida, por volta de 1870, se formou uma geração que, simultaneamente, se sentiu produto de uma sociedade, de uma história e de uma cultura portuguesas específicas (esses tais “produtos românticos” de que fala Eça n’Os Maias) e, como elite intelectual, as contestou, interrogando-se sobre os fundamentos da portugalidade [...] Historicamente, com datas de nascimento que oscilam entre 1836 (Ramalho Ortigão) e 1850 (Guerra Junqueiro), tendo ao centro o decénio de 40-50 (Antero nasceu em 1842, Teófilo Braga em 1843, Eça e Oliveira Martins em 1845), os principais elementos da Geração de 70 viveram em pleno período da chamada “Regeneração”.^{341 342}

Notemos, apenas, que não foi o Romantismo de Herculano e Antero que a Geração de 70 contestou, mas o seu herdeiro, “o Romantismo da segunda geração, ultra-romântica e convencional”³⁴³, onde se insere, com *nuances*, Camilo Castelo-Branco, mas cujo “mestre e patrono credenciado”³⁴⁴ foi António Feliciano de Castilho, com quem Antero veio a polemizar violentamente na chamada “Questão Coimbrã”, em 1865³⁴⁵.

³⁴⁰ Como Jacinto do Prado Coelho, João Medina, A.M. Machado Pires, Jorge de Sena, Joel Serrão, entre outros, fontes usadas, por exemplo, em Matos, A. Campos (org.), “Decadência” in *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1993-ed, p.261.

³⁴¹ Matos, A. Campos (org.), “Geração de 70” in *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1993-ed, p.472

³⁴² Noção de Regeneração fixada por João Medina, como referente, em Portugal, ao período político de 1851 a 1891, ou seja entre o golpe de estado da Regeneração, chefiado por Saldanha, e a Revolução Republicana no Porto, na sequência da clivagem provocada pelo *Ultimatum* Britânico de 1890, acontecimento charneira para a Geração de 70 e também marcante, como veremos, na análise de EL. Medina, João, “A Regeneração” in *História de Portugal Contemporâneo: Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p.108

³⁴³ Reis, Carlos (coord.), “O Naturalismo em Portugal: configuração periodológica e enquadramento sociocultural” in *Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta, 2006-ed., p.92

³⁴⁴ *Idem, ibidem*, p.93

³⁴⁵ *Idem, ibidem*

ii) Quando falamos de *Decadência*, aplicada ao particular contexto sócio-político de Portugal nesta segunda metade do século XIX, temos em mente a conceptualização que se sintetiza:

Tema marcante na cultura portuguesa oitocentista, embora com raízes muito anteriores, encontramos-la no cerne das reflexões sobre Portugal de um Herculano – que tanto contribuiu para a formação dos intelectuais da Geração de 70 -, de Antero, Oliveira Martins e tantos outros autores. Conceito vincadamente ideológico, decadência pressupõe a memória de um passado grandioso (ou, pelo menos, de um passado em que se afirmaram feitos e qualidades que se perderam), o contraste entre um presente de deterioração, de dissolução e mediocridade e um passado de progresso em que se evidenciavam nobres virtudes.³⁴⁶

Incontornável o facto de este sentimento nacional ter também, como referencial, semelhante clima a nível europeu, associado ao positivismo e evolucionismo, onde o organicismo social pontuava e aplicava a noção de ciclo vital à sociedade, analisando-a a partir de um paradigma nascimento-decadência-morte, paralelo ao dos seres vivos³⁴⁷, tendência que já evocámos na primeira parte.

Neste quadro conceptual, aquilo que nos parece diferenciador no pensamento de EL é a caracterização, a partir da intervenção deste grupo, do pano de fundo dessa vivência colectiva, da tomada de consciência (feita de mito mas também de muita realidade) por esta geração, como provavelmente nunca antes em Portugal, da mudança efectiva dos tempos europeus e civilizacionais e da particular marginalidade do país em relação a essas estruturais modificações.

Com a Geração de 70, não surgiu só uma corrente literária e estética (com influências românticas e sendo naturalista com nuances) mas também uma nova visão em termos éticos, filosóficos, ideológicos e um grupo de pensadores com intuítos sociais reformadores. Eça e Antero, por exemplo, visaram a promoção da modernidade, num país entorpecido pelos já mencionados traumatismos da primeira metade do século e que desfrutava do apaziguamento político-social³⁴⁸ da Regeneração, ainda que o liberalismo se tivesse concretizado no capitalismo financeiro associado a um feudalismo político³⁴⁹ no

³⁴⁶ Matos, A. Campos (org.), “Decadência” in *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1993-ed, p.254

³⁴⁷ *Idem, ibidem*

³⁴⁸ Medina, João, “A Regeneração” in *História de Portugal Contemporâneo: Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p.107

³⁴⁹ *Idem, ibidem*

seio da monarquia constitucional, perpetrado com a participação activa da burguesia, todos factores muito criticados e parodiados na ficção de Eça, desde logo.

Segundo EL, Eça em particular veio a evidenciar a capacidade para propiciar “a ficcionalização, em termos novos, da nossa relação com o Tempo [...]”³⁵⁰, assumindo a sua ficção uma “condição histórico-transcendental”³⁵¹, num momento em que o tempo foi, para esta geração, segundo EL “um continente novo”³⁵² e “bem mais vertiginoso que o silêncio onde Deus começava a não se ouvir”³⁵³.

*Nada desestruturou mais a sua [de Eça] visão do mundo do que essa espécie de explosão do tempo no tempo representado primeiro pela obsolescência do tempo bíblico, depois pelo redimensionamento do espaço temporal imposto pelas descobertas da arqueologia e da pré-história e, sobretudo, pela subversiva teoria darwiniana de “A Origem das Espécies”, requerendo para compreensão das suas hipóteses um passado tão pouco imaginável como o infinito no espaço.*³⁵⁴

Neste contexto mental, imagine-se quão aterradora terá sido a noção crua de sermos um país pequeno, atrasado face à Europa e apoucado - face ao que chegara a ser, ou a imaginar ser, no passado ainda mais com uma envolvente também de mitificação -, o que, de algum modo, justifica a procura, por vezes desesperada, levada a cabo pela Geração de 70 de que o país não progredisse, em si e para si, mas para mimetizar e copiar os modelos de progresso de outros países europeus (nomeadamente de França).

Sendo, no texto que acabámos de citar, que EL fez uma das ligações a Bergson e à sua Duração, como corpo do Tempo, que já evidenciámos atrás, disse também Lourenço que Eça não será romancista da Duração mas do “sentimento intenso da não duração de tudo, de tudo em que os homens prendem a sua ilusão: História, Sociedade, Religião e sobretudo, resumo de tudo, o Amor”³⁵⁵. No fundo, mesmo dentro da sua geração, Eça terá sido a única voz a dar-nos o tom desse tempo:

só na obra de Eça, graças ao seu extraordinário mimetismo cosmopolita, nós temos a sensação de viver com ele e através dele o tempo próprio da segunda metade do século [XIX].

³⁵⁰ Neste artigo - muito importante neste nosso trabalho, a tal ponto que veio a fornecer-lhe o sub-título - evocou EL, saudosamente, Adolfo Casais Monteiro, que terá apontado, ao romance moderno, a originalidade de ficcionalizar, de modo novo, a relação com o tempo. EL, “Eça e o Tempo” in Piedade, Ana Nascimento, Vasconcelos, Ana Isabel e Matos, A. Campos (coord.), *Diálogos com Eça no Novo Milénio*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p.17

³⁵¹ *Idem, ibidem*, p.18

³⁵² *Idem, ibidem*

³⁵³ *Idem, ibidem*

³⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.17

³⁵⁵ *Idem, ibidem*, p.20

[...] *A temporalidade única desse momento histórico, vital, cultural, está impressa, infiltrada no tecido da sua ficção e alimenta como sangue escrito cada linha do seu texto.*³⁵⁶

Com mais este mote de precaridade, pensamos que ficam circunstanciadas as noções de “desvalia trágica” e “fragilidade ôntica” estruturais³⁵⁷ - conceitos que EL caracterizou de modo ímpar aplicados a este período, paradoxalmente dentro da chamada Regeneração - no seu enraizamento secular que conheciam (conhecem) no país e na forma como, neste momento particular, vieram à tona na sociedade portuguesa e foram fixados por esta geração de intelectuais.

Notou EL que nem o facto de Portugal ainda pertencer ao conjunto das nações com “espaço colonial potencialmente rico reequilibrava então a imagem medíocre, o sentimento colectivo da nossa pouca valia entre as novas nações hegemónicas do Ocidente”³⁵⁸, mesmo ainda antes de, da mais antiga aliada, ter vindo, em 1890, um *Ultimatum*,” que reduzia a nossa dimensão imaginária, de nação colonizadora, às suas proporções ínfimas [...] Toda uma literatura repercutiu esta vivência dolorosa, pessimista, do nosso presente sem futuro”³⁵⁹.

O xadrez colonial internacional onde já não contávamos, as vagas de industrialização seguidas com relevante diferimento em Portugal, somavam-se como inegáveis factores do progresso europeu e, em contrapartida, do atraso de que os de 70 exortavam o país a recuperar, o que, de todo o modo, não seria possível com um sistema político, parlamentar mas enquistado, e com obras e progressos materiais, realizados a crédito externo, que não ajudavam o país nem a resolver os seus problemas estruturais, nem a reequilibrar as finanças públicas (depauperadas de décadas de guerra e convulsões)³⁶⁰.

Quando Lourenço diz que “*As Farpas* [...] – ai de nós, ainda em boa parte bem actual - intimavam um povo inteiro não só a saber ler, raciocinar, mas igualmente a saber vestir-se

³⁵⁶ EL, “O tempo de Eça e Eça e o tempo” in *As Saias de Elvira e Outros Ensaios*, Lisboa, Gradiva, 2006, p.36

³⁵⁷ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.88

³⁵⁸ EL, “Portugal - Identidade e Imagem” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.20

³⁵⁹ *Idem, ibidem*

³⁶⁰ Medina, João, “A Regeneração” in *História de Portugal Contemporâneo: Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p.114

e até, a saber andar”...³⁶¹, convoca-nos a interpelação permanente que os de 70 faziam ao país, reflectindo Lourenço sobre o facto de que “raramente uma geração terá implicado o seu país num processo tão implacável, tão cruel”³⁶².

Sucedia, porém, que a decadência não podia ser exorcizada, como tentou Antero na primeira das *Conferências do Casino*, já citada, apenas pela denúncia dos três famosos bodes expiatórios (Descobertas, Inquisição, Jesuítas)³⁶³, o que levou estes criadores ao desenraizamento da realidade nacional e a converterem-se na “primeira geração perdida de Portugal”³⁶⁴, sendo inconsequentes os seus esforços para desentranhar do Portugal quotidiano, mesquinho e decepcionante, um outro.

No entanto, de todas as exortações ao país levadas a cabo pela Literatura, no tempo, defendeu Lourenço que a interpretação da realidade nacional pela Geração de 70 terá sido, apesar de tudo, a mais bem sucedida e, dentro dela, sendo a mais complexa e clarividente a visão cosmopolita e caricatural de Eça, sendo “realmente um Portugal presente que ele interroga [...] a sua província, a sua capital, os seus pasmosos habitantes, os costumes, os sonhos medíocres hipertrofiados”³⁶⁵, embora os resultados não tenham correspondido ao seu sonho de “desnudar, sob o manto nem sempre diáfano da fantasia, a verdade do mundo português”³⁶⁶.

Eça terá captado, na sua obra, a “mais típica e trágica do nosso Romantismo sarcástico mascarado de realismo”³⁶⁷, a subalternidade e a dependência do país (não esqueçamos que se caminhou inexoravelmente para a bancarrota no final do século), cujo drama foi descrito por Eça sem nos apresentar realmente o Povo, porque ele era de facto o grande ausente da vida nacional que relevava, aquela que Eça mostrou através de uma classe dirigente sem nada de original e que “vive [ia] em segunda mão [...] embora este viver por procuração

³⁶¹ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.89

³⁶² EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.89

³⁶³ *Idem, Ibidem*, p.90

³⁶⁴ *Idem, Ibidem*

³⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p.93

³⁶⁶ *Idem, Ibidem*, p.95

³⁶⁷ EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.52

não deixe [asse] de ter a sua função positiva e ser fonte grata para os privilegiados da banca, da agiotagem, do negócio em suma de tudo quanto, por fora (e um pouco por dentro, como os mesmos livros de Eça o mostram), nos “europeiza[va]”³⁶⁸.

A inferioridade nacional perante a Europa veio, sabemos-lo e EL recupera-o, a agudizar-se de modo relevante e definitivo ainda antes do final do século XIX, destruindo-se “a última réstia de grandeza decorrente da imagem de nação colonizadora”³⁶⁹, o que terá levado os de 70 a questionar-se sobre a própria viabilidade da pátria, tanto em termos políticos como culturais, naquele momento preciso em que Portugal cobria a sua “nudez caseira com uma nova pele que não será apenas imperial mas imperialista, em pleno auge dos imperialismos de outro gabarito”³⁷⁰.

Com uma mera associação de ideias, Lourenço renova a nossa visão de realidades históricas complexas: a Conferência de Berlim, de 1884-85, marcou a afirmação da disputa do continente africano pelas potências europeias (o *scramble for Africa*³⁷¹), bem como traçou a via que levou a vários conflitos que desaguaram na primeira guerra mundial. Portugal não só viu a sua posição imperial sucessivamente truncada, como cada vez mais secundarizada em relação às pretensões inglesas e alemãs, em particular. Tentou vestir-se de nova roupagem imperial (cor-de-rosa...) mas o resultado foi o pior possível, como reza a História, face a imperialismos de modelo moderno, em relação ao qual o português já surgia como arcaico.

O *Ultimatum* - e a criação literária que dele decorreu - é um dos fenómenos nacionais a que Lourenço dá recorrentemente atenção, em muitos dos seus textos, ao longo do tempo, sintetizando que “o *Ultimatum* não foi apenas uma peripécia particularmente escandalosa das contradições do imperialismo europeu, foi o *traumatismo-resumo* de um século de existência nacional traumatizada”³⁷².

³⁶⁸ EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.52

³⁶⁹ *Idem, Ibidem*, p.22

³⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p.22-23

³⁷¹ Medina, João, “A Regeneração” in *História de Portugal Contemporâneo: Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p.140

³⁷² EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.23

Nesta linha de reflexão, sintetizou EL que a “reação histórico-patriótica ao Ultimatum que consagrava a nossa nulidade política, não é [foi] senão a expressão-resumo [...] da generalizada consciência da desvalia trágica, insuportável da realidade nacional em todos os planos³⁷³. Verificou, de resto, que mesmo quando pontuou, dali em diante, algum optimismo na regeneração do país - nos de 70 em *Cidade e as Serras* e em *Fradique*, por exemplo, ou, mais tarde, na esperança messiânica de Pascoaes e Pessoa - não mais conseguiram responder à ”obsessão de reposição de Portugal na sua grandeza ideal³⁷⁴.

Aliás, e para concluir, não esqueçamos que Antero liderou a reacção nacional a esta afronta, através da chamada Liga Patriótica do Norte, com a orientação da qual veio a decepcionar-se, sendo essa a sua última tentativa de intervenção. Quanto a Eça, escreveu o seu “Ultimatum”, um texto lúcido, num tom moderado, onde saudou que este acontecimento tenha provocado um “despertar patriótico”³⁷⁵, não no sentido de recuperar África mas no sentido de mobilizar o país: chegou mesmo a propor soluções concretas, como o repovoamento do reino, fomento rural, fundação de indústrias, entre outras medidas que visariam “trabalhar na regeneração da Pátria”³⁷⁶.

Quanto a África, seria indiferente, disse Eça, sendo “com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma ideia, um propósito, do que possuir a terra de Maxona: mesmo porque sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios. Se como nação, estamos findos...”³⁷⁷

³⁷³ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.84

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.952

³⁷⁵ Queirós, Eça de, “O Ultimatum” in *Obras de Eça de Queiroz*, Volume III, Porto, Lello e Irmão Editores. 1979-ed., p.948

³⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.952

³⁷⁷ *Idem, ibidem*, p.945

4. República através do Saudosismo de Pascoaes e do Modernismo de Orpheu

4.1. O saudosismo-sebastianismo de Pascoaes numa República patriótica

O sentimento doloroso da existência não tinha de ser descoberto numa cultura como a nossa que tem no Eclesiastes e nas imprecações de Job as suas tábuas da lei. [...] Na terra abençoada em que Pascoaes nasceu, na terra mais funda da língua que a diz e nos diz, a Vida, mesmo a redimida vida cristã, não transfegurara o destino comum em pura terra de paz e harmonia. Era, abençoadamente embora, um “vale de lágrimas” que só a esperança de uma “outra margem”, como se diz no Evangelho, tornava suportável.³⁷⁸

Sebastianismo – Portugal foi grande pela acção descobridora e conquistadora. Desbaratado, em Alcácer Quibir, apareceu ao Povo em fantasma, como Jesus aos Discípulos depois da Tragédia do Calvário. Este espectro divinizado da nossa grandeza morta, prometendo o seu regresso, numa encoberta manhã, é o próprio Sebastianismo. [...]

Saudosismo – Eu chamei Saudosismo ao culto da alma pátria ou da Saudade erigida em Pessoa divina e orientadora da nossa actividade literária, artística, religiosa, filosófica e mesmo social. [...] A Saudade, que chorou depois de Alcácer Quibir e assistiu, negra de luto, às exéquias nos Jerónimos, mostra agora, na alegria da sua revelação, o primeiro sorriso de esperança, porque ela, definindo-se, definiu também o nosso sonho nacional de Renascença, o alto destino imposto a Portugal pela Tradição e pela Herança.³⁷⁹

Não resistimos à tentação de citar longamente Teixeira de Pascoaes, na medida em que ninguém melhor do que o próprio explicita a sua visão sobre estes conceitos que, para sempre, a ele ficaram ligados. O texto *Arte de Ser Português* teve a sua primeira edição em 1915, o mesmo ano da publicação dos dois números de *Orpheu*, saliente-se, desde já.

A dor católica cristalizada em sentimento pátrio, no início do século XX, num Portugal a experimentar um regime republicano, com objectivos de laicidade, faz ainda eco da reacção nacional ao *Ultimatum*, mas vai mais fundo no relicário de penas lusas: saudoso da grandeza conquistadora, chora Alcácer Quibir e deposita toda a esperança no regresso do Encoberto, num anseio onírico de cumprimento de um alto destino.

³⁷⁸ EL, “Uma poiética da sombra”, in *Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série de Filosofia* (2ª Série), Volume 21; Porto, 2004, p.143-144, disponível em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/482/474> [Novembro de 2015]

³⁷⁹ Pascoaes, Teixeira de, “Capítulo XII - O nosso idealismo” in *Arte de Ser Português*, Lisboa, Edições Roger Delraux, 1978-ed., pp. 139-140

Diz EL que poderia esperar-se que, com o *Ultimatum* e o abanão dado (pelo menos tentado, dizemos nós) pela Geração de 70, tivéssemos aprendido a “dura lição”³⁸⁰, mas não foi o caso: “passado o momento da aflição patriótica [...] voltámos à costumada e agora voluntária e irrealística pose de nos considerarmos, por provincianice incurável ou despeito infantil, uma espécie de nação idílica sem igual”³⁸¹, assistindo a viragem do século ao eclodir da “mais nefasta flor do amor pátrio, a do misticismo nacionalista”³⁸².

Veio a ser o Saudosismo, em termos poéticos, a traduzir esse nacionalismo místico, que se corporizava no Sebastianismo, em termos histórico-ideológicos, como fuga do país a enfrentar a sua realidade, essa que nos entrara de forma dura pela porta em vários e críticos momentos no século XIX e logo no início do século XX (regicídio, mudança de regime, tentativas de apropriação das possessões africanas pelas potências europeias, grande guerra mundial).

Afirmou EL que a própria ideologia republicana se alimentou do “ultranacionalismo da impotência gerado pelo Ultimatum”³⁸³, essa República que Lourenço define, de forma crua, como “conjunto de proposições políticas de subversivo teor ideológico mas de reduzido âmbito social [que] aparece[u] então como forma de apropriação de um destino colectivo confiscado”³⁸⁴ pela monarquia, sendo o período republicano dos mais patrióticos da nossa história.

Por esta associação de um patriotismo, por vezes exaltado, à República, perpassou, segundo EL, uma ideia de restituição da Pátria ao Povo que terá sido o recurso ideológico para mascarar a consciência de desvalia nacional “que o espectáculo do parlamentarismo demagógico só podia confirmar”³⁸⁵. Desvalia levada ao extremo pela crença de que a salvação do país viria do regresso de um rei adolescente, desaparecido numa batalha de há séculos, numa derrota que marcara o fim das aspirações conquistadoras.

³⁸⁰ EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.23

³⁸¹ *Idem, ibidem*

³⁸² *Idem, ibidem*

³⁸³ *Idem, ibidem*

³⁸⁴ *Idem, ibidem*

³⁸⁵ *Idem, ibidem*, p.24

O Sebastianismo histórico tivera, na verdade, em Oliveira Martins, “seu pai verdadeiro a título póstumo. Do que era um fenómeno extravagante ou uma aberração sem lugar no discurso histórico, Oliveira Martins fez um *mito cultural* de ressonância incomparável”³⁸⁶, afirmou EL no prefácio, de 1982, da, ainda hoje relevante, obra de Costa Lobo, *Origens do Sebastianismo*, publicada originalmente em 1909.

Esforços como o deste historiador para compreender as motivações do mito mas lançar a luz da razão sobre a sua releitura, explicando “o seu mecanismo em termos psicológico-históricos de compensação”³⁸⁷, terão sido em vão, porque o tempo era propício à sua propagação que, aliás, perdurou, como “heroicização simbólica”, também em Fernando Pessoa.

*Atenção porém: o mito é também para Oliveira Martins, como será para Fernando Pessoa, [...] “o nada que é o tudo”. Portugal não tem, nem pode ter outra existência que sob o modo “heróico”. O seu reverso é sempre vivido como “apagada e vil tristeza” ou então “nevoeiro” sebástico, como diz “Mensagem” [...] É Portugal como vida, sentimento e história que é, de algum modo, “D. Sebastião”.*³⁸⁸

Segundo Lourenço, foi igualmente metafísica “a metamorfose do sebastianismo inscrita na visão da *saudade lusíada* segundo Teixeira de Pascoaes. A detecção da *falha histórica* que Oliveira Martins descobriu como própria do ser nacional converteu-se, em Pascoaes, em sentimento original de *ausência do nosso próprio ser* e mais profundamente de *ser ausente*, estrutural nostalgia ontológica, ao mesmo tempo histórica e trans-histórica”³⁸⁹.

No fundo, esta linha de pensamento de EL vai no sentido de afirmar que “o sebastianismo seria assim memória presente do bem anterior à nossa morte moral em Acácer-Quibir, um avatar da *saudade lusíada*”³⁹⁰. Quando EL qualifica a poesia de Pascoaes como “o mais bem-sucedido combate espiritual, a aventura mais audaciosa da imaginação lusíada para *recriar* um mundo novo, uma visão autónoma da existência e da vida”³⁹¹, surge-nos como sendo isso precisamente o que boa parte do país faria naquele momento: tentar agarrar-se a

³⁸⁶ EL, “Prefácio, Sebastianismo: imagens e miragens” in Lobo, A. Costa, *Origens do Sebastianismo*, Alfragide, Texto Editores, 2011-ed., p.11

³⁸⁷ *Idem, Ibidem*, p.12

³⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p.16

³⁸⁹ *Idem, Ibidem*, p.17

³⁹⁰ *Idem, Ibidem*

³⁹¹ EL, “Prefácio” in Pascoaes, Teixeira de, *Marânus*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1990, p. VIII

uma via de fuga da sua realidade, pós-*ultimatum* e pós-monarquia (o poema *Marânus* de que citamos aqui o prefácio de EL, foi publicado em 1911³⁹²).

Se identificámos as ligações de Pessoa a esta veia saudosista e ao próprio Pascoaes, de que exploraremos algumas das *nuanças* no ponto seguinte, porém não nos confundamos: embora coevos, Pascoaes vivia completamente fora da Modernidade de que *Orpheu* foi o grande e ruidoso arauto.

*Se da essência da Modernidade é inseparável a “dispersão” de Sá-Carneiro ou a “fragmentação” irremível de Pessoa, Pascoaes está fora da Modernidade assim concebida. [...] A maravilhosa boa consciência poética de Pascoaes – a última que conheceu essa essência – nada retira à íntima tragicidade da sua visão do mundo, de que a mitologia da Saudade é, ao mesmo tempo, a expressão e a sublimação ímpar*³⁹³

Perguntamo-nos, lendo EL, se o Portugal real não seria massivamente o de Pascoaes, todo ele fora da Modernidade e de boa e inocente consciência, com e como o poeta da Saudade e do sofrimento, ambos idealizados, numa versão mais branda pelo país e poeticamente mais exaltada por Pascoaes.

Mas talvez estejamos já a ser induzidos pela imagem que nos convoca a reacção da *Cidade* a *Orpheu*: Pascoaes surge-nos como um bom representante e defensor de uma normalidade pátria de pendor místico, regojizante com a católica visão, sofrida e trágica, da existência, que resistia a enfrentar o nada da Modernidade, agarrando-se como podia a um gasto saudosismo da grandeza perdida.

É dessa reacção que nos ocuparemos de seguida, tendo em consideração que para Pessoa e *Orpheu*, esta dor do “vale de lágrimas” adoçado pela esperança da “outra margem”³⁹⁴, em forma de redenção, se convertia na pior das dores “a dor inconsolável da Desilusão e do Desencanto”³⁹⁵. Rematamos com EL: “O deserto, a essência da vida humana como Modernidade não chora. Não há lágrimas na terra calcinada, devastada em que, ou quase simultaneamente, Pessoa e Eliot, instalaram as suas tendas. Ou apenas lágrimas frias”³⁹⁶.

³⁹² Saraiva, António José, Óscar Lopes, “Neo-Romantismo e Simbolismo-Decadentismo” in *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1996, p.965

³⁹³ EL, “Prefácio” in Pascoaes, Teixeira de, *Marânus*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1990, p. VII

³⁹⁴ EL, “Uma poiética da sombra”, in *Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Série de Filosofia* (2ª Série), Volume 21; Porto, 2004, p.144, disponível em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/482/474> [Novembro de 2015]

³⁹⁵ *Idem, ibidem*

³⁹⁶ *Idem, ibidem*

4.2. O Modernismo de Orpheu estilhaçador da *normalidade* pátria

*Às vezes é uma cidade e as suas "forças vivas" quem se antecipa aos poderes para pedir coletes de força para a poesia. Isto não é metafórico. Aconteceu também em Lisboa, no ano de muita desgraça de 1915. A poesia na rua chamava-se nesse tempo "Orpheu" e os loucos de ontem eram, entre outros, Sá-Carneiro e Fernando Pessoa. Esses jovens de "Orpheu" não se quiseram premeditadamente inquietantes e inquietadores. Foram-no e são-no ainda porque eles mesmos serviram uma inquietação a um tempo imemorial e histórica.*³⁹⁷

*Mandado de despejo aos mandarins da Europa! Fóra. [...] E tu Portugal-centavos, resto da Monarchia a apodrecer Republica, extrema-unção-enxovalho da Desgraça, colaboração artificial na guerra com vergonhas naturaes em Africa! [...] A Europa está farta de não existir ainda! Está farta de ser apenas o arrabalde de si-propria!*³⁹⁸

*Oh! Se eu soubesse que o Inferno/não era como os padres mo diziam: uma fornalha de nunca se morrer.../mas sim um Jardim da Europa à beira-mar plantado.../Eu teria tido certamente mais juízo, teria sido até o mártir São Sebastião! / E inda há quem faça propaganda disto: a pátria onde Camões morreu de fome/ e onde todos enchem a barriga de Camões!*³⁹⁹

Os criadores que se encontraram no movimento de Orpheu (Pessoa, Almada, Mário de Sá-Carneiro, Santa Rita Pintor ou Amadeo, entre outros) davam de si próprios uma forte imagem de inquietação, de rebeldia – não premeditadamente, diz EL – através da exaltação do individualismo e descomprometimento com o real ou da afirmação da liberdade de serem contraditórios, mas, a verdade é que a sua reflexão sobre Portugal, desde logo em 1915 nos dois números publicados da revista que os apelidou, denotou, no mínimo, consistência na heterogeneidade ou pelo menos, como disse Lourenço, a “consistência do próprio mito da inconsistência”⁴⁰⁰.

Essa inconsistência afirmada terá sido uma das máscaras que usaram na defesa intransigente da sua liberdade artística e também de intervenção, bem real, como tentaremos ilustrar, através da análise de EL.

O movimento de Orpheu foi caracterizado, por Lourenço, como tendo tentado *passar na rua*, pretendendo fazer com que a poesia deixasse de ser “essa espécie de jóia cara para uso das “belas almas””⁴⁰¹, para se converter no vendaval da alma confrontada com os terrores

³⁹⁷ EL, ““Orfeu” ou a poesia como realidade” in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.41

³⁹⁸ Pessoa, Fernando, "Ultimatum de Álvaro de Campos", in *Portugal Futurista*, Editorial Cultura, Porto, 1917, pp.7,11,18

³⁹⁹ Negreiros, José de Almada, *Cena do Ódio*, 1915, disponível em http://triplov.com/almada_negreiros/cena_do_odio.htm [Maio de 2012]

⁴⁰⁰ AA.VV., “O significado histórico do «Orpheu» 1915/1975 - Inquérito”, in *Cadernos da "Colóquio/Letras" - 2. Modernismo e Vanguarda*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 11

⁴⁰¹ EL, ““Orfeu” ou a poesia como realidade” in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.40

e deslumbramentos últimos da condição humana. E então, “os poderes do dia não hesitam [ram] em exigir vidros inquebráveis e álcool bem forte”⁴⁰².

Mas voltemos à impressiva descrição da epígrafe de EL, que nos devolve não só a Orpheu mas ao seu enraizamento na Lisboa de 1915. A República debatia-se pela manutenção do império, dogma estrutural do regime, e procurava usar esse pretexto para buscar apoios para a participação na primeira guerra, já em curso.

Em Lisboa, o regime lutava, como sempre lutou, sem discernimento, pela sobrevivência, em degradação de ideais, numa dança infundável de governos e orientações, gerando sucessivas e definitivas clivagens com os diferentes grupos de interesse, desde logo a igreja, o exército e mesmo o operariado⁴⁰³. Diz João Medina, em síntese poderosa:

*Os 16 anos que mediaram entre a revolução de 1910 e o golpe castrense de Braga em 1926 são a crónica monótona, frenética, quase sempre sanguinolenta, de desilusões constantes e desvarios infundáveis, em ritmo cada vez maior, crónica de uma progressiva degradação do ideal, da fé e da esperança num regime que fora contudo proclamado, saudado e apoiado com uma unanimidade entusiástica e quase messiânica.*⁴⁰⁴

Era, desde logo, mas não só, a elite intelectual (que Almada personificou em Dantas), que não se soube converter numa classe dirigente burguesa em quem o povo confiasse - esse que cedo se veio a divorciar do regime - que se desesperava com Orpheu. O Estado, em procura de afirmação da sua laicidade, travava guerra com a Igreja, que buscava forma de neutralizar esse ataque (tendo, em 1917, no mesmo ano (!) do *Utimum* de Campos, lançado a bomba das *milagrosas* aparições de Fátima...). Lourenço convoca-nos todo esse ambiente quando diz que a “cidade não pode, sem morrer, afastar-se da sua harmonia média de cidade”⁴⁰⁵.

Nesse momento, sabemo-lo e faz-nos sentir também EL, a *cidade* não vivia sequer essa mediania, mas ansiava atingi-la, a todo o custo, e não transigia com novas fontes de perturbação. Aspirava a sociedade a uma normalização da vida, com fim da instabilidade política e a paz. Sem o saber, ou talvez adivinhando-o a partir de experiências como o sidonismo (1917), aspirava já Portugal ao sossego mediano que a Ditadura lhe traria...

⁴⁰² EL, “Orfeu” ou a poesia como realidade” in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.41

⁴⁰³ Medina, João, “A I República” in *História de Portugal Contemporâneo: Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, pp.183-184

⁴⁰⁴ *Idem, ibidem*, p.183

⁴⁰⁵ EL, “Orfeu” ou a poesia como realidade” in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.40

Quanto mais não fosse do que por isso, o tipo de *desassossego* e de experiência radical que os de Orfeu traziam não podia ser bem acolhido. Nem também a “seriedade tão funda”⁴⁰⁶, com que encaravam a poesia, como a realidade absoluta, para a qual Lisboa não estava preparada. Bem como para o despertar para esse confronto com o *Nada* existencial da modernidade, como já vimos referindo⁴⁰⁷.

Apesar de Orfeu ser apenas um semi-deus, estes jovens invocaram-no como “Deus da Poesia, ou, mais gravemente, viram nele a poesia como deus. Talvez mesmo como Deus”⁴⁰⁸. E, Lisboa, viu-lhes “apenas o traje multicolor e louco. Viu bem, pois na verdade lá estava. Prestou-lhe, vaiando-o, as devidas honras. O resto estava acima de uma cidade, então como hoje e mais hoje do que ontem”⁴⁰⁹. Não nos permite, também a nós, EL repousar sobre a admiração que hoje dedicamos a Pessoa e companheiros, dando conta de que esta “não é mais respeitável que os assobios de ontem, até menos. Os assobios significavam que a cidade tinha compreendido alguma coisa...”⁴¹⁰.

Concluiu Lourenço que o “democrático cidadão português de 1915, apesar de tudo realista e católico, tinha razões para se assustar ou não perceber. Não sabia bem porquê, mas à cautela alarmava-se e pedia rilhafoles para essa loucura escrita”⁴¹¹.

Especificamente sobre a forma como este grupo se relacionou com a *questão-pátria*, e focando-nos em Pessoa e Almada, denotamos que Pessoa, especialmente, dedicou grande parte do seu esforço de reflexão a essa problemática, colocando-a no centro da sua busca e conferindo-lhe “dimensão mítica”⁴¹². Em termos políticos concretos e com genuínas evoluções de posição, no tempo, servem como exemplos que: i) Pessoa foi republicano, sidonista e até, fugazmente, apoiante do Estado Novo e ii) Almada chegou a ter aproximação ao fascismo de Mussolini.

A título de breve enquadramento do contexto dessas intervenções, diga-se que, apesar da expressividade do *Ultimatum* de Campos, julgamos serem de Pessoa ortónimo os textos de

⁴⁰⁶ EL, “Orfeu” ou a poesia como realidade” in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p.43

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*, p.45

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.46-47

⁴⁰⁹ *Idem, ibidem*, p.46

⁴¹⁰ *Idem, ibidem*, p.42

⁴¹¹ *Idem, ibidem*, p.54

⁴¹² EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.97

reflexão mais sistemática sobre o país, em particular os que foram reunidos em *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional*, referenciado a 1919 - no pós-guerra e pós-sidonismo - momento em que Pessoa defendeu a necessidade da reorganização pátria. Tudo isto visando a reconstrução do *psiquismo nacional*, a valorização de Portugal no estrangeiro, a criação da força política das classes médias e uma aristocracia organizadora, bem como a elevação do povo pela educação⁴¹³.

Também, por exemplo, Almada, nos seus textos de intervenção, como em *Cena do Ódio* (1915) epigrafada, traçou um quadro crítico do Portugal burguês e anquilosado, embora num registo menos programático do que Pessoa, sendo talvez no *Ultimatum Futurista às gerações portuguesas do século XX* (1917), que atingiu o seu apogeu crítico, exortando à construção de uma “pátria inteiramente portuguesa e actual”⁴¹⁴ e ao uso da *guerra* como solução para a indiferença, a resignação e a saudade⁴¹⁵. Esta visão contrasta com a de Campos no seu *Ultimatum*, onde classifica a guerra como infame: ”Proclamem bem alto que ninguém combate pela Liberdade ou pelo direito”⁴¹⁶ (1917, p.17).

Em Lourenço sobre Pessoa, também a temática da relação com a pátria é destacada, de modo central, na medida em que o poeta lhe terá conferido “a máxima e expressa dimensão mítica”⁴¹⁷ fortemente ilustrada na *Mensagem*, última metamorfose da *autognose* analisada em LS.

Não conseguimos contornar a citação de EL tantas vezes feita de que o modernismo português, e em particular Fernando Pessoa, desejou ser “uma metamorfose total da imagem, ser e destino de Portugal”⁴¹⁸. O que, em confronto com a realidade política coeva, que já contava também com um contra-esforço de afirmação de outro nacionalismo, que não o da República, como forma de exaltação da realidade ao serviço não do povo e da rua

⁴¹³ Pessoa, Fernando, *Sobre Portugal-Introdução ao Problema nacional* (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução organizada por Joel Serrão), Lisboa, Ática, 1979-ed., - 13 disponível em *Arquivo Pessoa. Obra Édita*, <http://arquivopessoa.net/textos> [Maio de 2012]

⁴¹⁴ Negreiros, Almada, “Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX” in *Obras Completas de Almada Negreiros, Vol. VI, Textos de Intervenção*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993, p.37

⁴¹⁵ *Idem, ibidem*, p.39

⁴¹⁶ Pessoa, Fernando, "Ultimatum de Álvaro de Campos", in *Portugal Futurista*, Editorial Cultura, Porto, 1917, pp.17

⁴¹⁷ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.97

⁴¹⁸ *Idem, ibidem*, p.77

mas da “nação como totalidade orgânica”⁴¹⁹, que tanto e tão bem servirá ao totalitarismo já próximo, mostra que a voz de Orpheu era um grito contra o vento que não tinha hipóteses de se fazer ouvir.

Mantemos esta afirmação última sobre Orpheu apesar de precisar de tempero, por exemplo no que se refere a Almada e ao seu Ultimatum futurista, em relação ao qual lembra Lourenço que articula “todos os lugares-comuns do nacionalismo português e à portuguesa, com molho à Marinetti”⁴²⁰.

Apesar de todas as dificuldades e vicissitudes, da realidade e da mitologia, a força da Nação, na sua *fragilidade* também como *dom*⁴²¹ adviria (advirá?) em boa parte de não evidenciar clivagens identitárias o que era, em boa medida, justificado por possuir uma “estrutura social de um arcaísmo extremo, quer dizer, de um enraizamento profundo no passado”⁴²², sendo “Portugal um tecido histórico-social de malha cerrada, uma aldeia de todos, uma parentela com oito ou mais séculos de coabitação”⁴²³.

Nesse tipo de comunidade, afirmava Lourenço, difícil é viver de modo individual e autónomo, impondo-se a tribo ao indivíduo e sendo o risco, não a perda da identidade, mas o de “confundir a particularidade dela com a universalidade”⁴²⁴ e imaginarmos ser o centro do mundo. Diz que Pessoa, que nos via ao mesmo tempo de fora e de dentro, projectava sobre Portugal o seu próprio mito da despersonalização, atribuindo aos portugueses “uma espécie de sublime vocação de *não-identidade*. Aptos a ser tudo e todos, não seríamos *ninguém*”⁴²⁵.

Esta reflexão desagua, naturalmente, na imagem de “navio-nação” da Ode Marítima, que Lourenço usa de modo recorrente e que, de facto, diz mais sobre a História de Portugal do que muitos compêndios. Reafirma, aqui, a sua aplicação a Portugal:

⁴¹⁹ EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.25

⁴²⁰ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.112

⁴²¹ EL, “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.13

⁴²² EL, “Portugal - Identidade e Imagem” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.13

⁴²³ *Idem, ibidem*

⁴²⁴ *Idem, ibidem*, p.14

⁴²⁵ *Idem, ibidem*

*A poucas nações se aplicaria tão bem, como a Portugal, a imagem “navio-nação” e melhor ainda a de “nação-navio”, pela identidade de destino e projecto que encarnou, deslocando-se no espaço e no tempo, mas “tão sempre a mesma” na diferença apenas apreciável que a História vai constituindo. [...] como se tivesse nascido – e assim o imaginaram os seus cronistas e poetas - sob o olhar de Deus, ficando imune à tempestade da História.*⁴²⁶

O sonho que Fernando Pessoa condensou na sua *Mensagem* não se terá limitado, assim, a prolongar simbolicamente “a essência de uma aventura histórica hoje terminada. Na verdade, alterou o sentido dessa aventura...O que disse, é que nós éramos demasiado pequenos para o nosso próprio sonho”⁴²⁷. No entanto, para Pessoa, pequenos não significava inferiores: como Lourenço nota, o Modernismo de Orpheu e, em particular, de Pessoa traduz “uma revanche de um complexo de inferioridade cultural”⁴²⁸.

A missão cultural libertadora de que Pessoa se cria investido e se atribuía “ao profetizar-se como Super-Camões é a de resgatar o subconsciente nacional não tanto de [...] complexos de dependência mas de si mesmo, transfigurando a gesta universal de um pequeno-grande povo em gesta da consciência universal”⁴²⁹. Por exemplo, o *Ultimatum* de Campos é identificado por Lourenço como o momento de proclamar que:

*Portugal não é apenas a Tormes rústica para repouso de príncipes Jacintos fatigados de Civilização [...] mas [como também tendo] essa vocação mediadora e como que profética de nação humilhada e ofendida [...], de povo que sofrendo da sua particularização, da sua antiga nostalgia de estar presente em toda a parte e ser tudo em todos, denuncia a aberração das superpotências, senhoras da História e da Cultura*⁴³⁰.

Pessoa e Almada estiveram, de todo o modo, juntos na defesa de um *nacionalismo* que ia contra o *patrioteirismo* oficial: “E vós também, nojentos da Política que explorais eleitos o Patriotismo”, diz Almada em *Cena do Ódio*.⁴³¹ Defendiam um *nacionalismo cosmopolita* e moderno, consagrado à criação de uma cultura universal a partir de Portugal, com *nuances*: o de Pessoa era de índole espiritual, anunciando a *mensagem* nacional, a difundir pelo *super-camões*, rumo ao *quinto império espiritual* e o de Almada referia-se, de modo mais pragmático, ao plano cultural, no quadro de uma *civilização ibérica* cuja existência defendia.

⁴²⁶ EL, “Portugal - Identidade e Imagem” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.15

⁴²⁷ EL, “Portugal e a Europa” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., p.155

⁴²⁸ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.105

⁴²⁹ *Idem, ibidem*

⁴³⁰ EL, “Da Literatura como Interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.105

⁴³¹ Negreiros, José de Almada, *Cena do Ódio*, 1915, disponível em http://triplov.com/almada_negreiros/cena_do_odio.html [Maio de 2012]

Sobre a desqualificação que sofreu a imagem pessoal de um *Portugal-Super-Man*, diz Lourenço, sabiamente, que esta ideia encontra em nós demasiados ecos equívocos para poder ser atirada, com simplismo, para o rol das “aberrações projectivas”⁴³².

Concluimos, sintetizando que os de Orpheu tentaram, e EL depura isso de modo límpido, exortar o país a uma interacção cosmopolita com a Europa coeva - ela própria fragilizada, em guerra e em recomposição de equilíbrios históricos importantes - devendo Portugal assumir o seu papel numa *universalidade* onde afirmaria, sem complexos de inferioridade, a sua originalidade e força: “fazer tudo, portanto, para criar uma Pátria portuguesa criadora de civilização”⁴³³.

Mas fizeram-no sabendo - de antemão e também, desde logo, face à reacção geral ao seu próprio surgimento e intervenção - que a base de que partiam era conservadora e provinciana. Sobre o *provincianismo português*, Pessoa explicou que consistia em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela, mimetizando-a em posição de admiração pasmada. A terapêutica seria a tomada de consciência: “acordamos quando sonhamos que sonhamos”⁴³⁴.

⁴³² EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.33

⁴³³ Pessoa, Fernando, *Sobre Portugal-Introdução ao Problema nacional* (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução organizada por Joel Serrão), Lisboa, Ática, 1979-ed., - 21, disponível em *Arquivo Pessoa. Obra Édita*, <http://arquivopessoa.net/textos> [Maio de 2012]

⁴³⁴ Pessoa, Fernando, “O provincianismo português” (1ª publ. in “Notícias Ilustrado”, série II, nº 9. Lisboa, Agosto, 1928) in *Textos de Crítica e de Intervenção*, Lisboa, Ática, 1980, - 159, disponível em *Arquivo Pessoa. Obra Édita*, <http://arquivopessoa.net/textos> [Maio de 2012]

5. Diferentes vivências da Ditadura – Os neo-realistas e os *desenvoltos filhos de Álvaro de Campos*

5.1. Portugal como casa do neo-realismo

*Convém não esquecer este dado elementar: o Neo-Realismo de que nos ocupamos é, antes de tudo, um fenómeno cultural, ideológico e literário “português”. Quer dizer, encontra-se inserto como actor e sujeito de drama num contexto preciso que é o da nossa específica história, desde 1936 até aos dias de hoje [1967].*⁴³⁵

*Na gândara há aldeolas ermas, esquecidas entre pinhais, no fim do mundo. Nelas vivem homens semeando e colhendo, quando o estio poupa as espigas e o inverno não desaba em chuva e lama. Porque então são ramagens torcidas, barrancos, solidão naquelas terras pobres. Ao fundo de um desses sítios há uma pequena lagoa que o calor de julho seca. A aldeia chama-se Corrocovo e a lagoa nem sequer tem nome.*⁴³⁶

Determinante do que o neo-realismo foi mas também do que não foi, afirmou EL o facto de esta realidade literária ter nascido “após a sua teorização, como vestimenta de alguma Ideologia cuja força histórica, sugestão e potencial universalidade a exigiam”⁴³⁷. A ideologia era a marxista e esta precedência histórica da teoria sobre a visão literária, disse EL, “converteu *a priori* os seus servidores em guardiães ou apóstolos de uma ortodoxia literária, de um “dever-ser” cultural, sombra ou sócia do “dever-ser” ideológico”⁴³⁸.

Sem nos querermos afastar do nosso foco de análise, não poderemos, a este passo, deixar de referir que o processo de definição do posicionamento ideológico-filosófico de EL ocorreu numa fase de interacção muito directa com autores deste movimento (desde logo na Universidade de Coimbra, a partir de 1940), tendo resultado o mesmo, de certa forma, também de uma e numa demarcação de EL em relação à *ortodoxia* daquele grupo que, cronologicamente, seria o seu grupo etário de referência.

Logo em 1949, em H, EL veio a afirmar a sua *heterodoxia*. A este propósito, afirma⁴³⁹ António Pedro Pita que, até dado ponto, tudo se terá passado como se EL “estivesse a

⁴³⁵ EL, “Prólogo”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.46

⁴³⁶ Oliveira, Carlos de, “Casa na Duna” in *Obras de Carlos de Oliveira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992, p.603

⁴³⁷ EL, “Prólogo”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.45

⁴³⁸ *Idem, ibidem*, p.46

⁴³⁹ na Introdução ao Volume II das Obras Completas (OC-VOL.II) de EL, que Pita coordenou e que compila a produção textual de EL sobre o Neo-Realismo, em torno de Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista (SFPNR)

integrar-se na constelação. Mesmo o envolvimento na fundação da revista *Vértice* poderia não ser mais do que uma aventura comum: *Vértice*, em 1942, é ainda uma revista de estudantes. Mas, seu colaborador, Eduardo Lourenço permanece [...] quando a revista transita para a órbita neo-realista em 1945”⁴⁴⁰.

Na leitura de Pita, nos artigos de EL na *Vértice*, denotar-se-á uma progressiva “descolagem do catolicismo tradicional, uma aproximação consciente à oposição ao salazarismo e uma percepção da diversidade das realizações literárias neo-realistas”⁴⁴¹, numa evolução que o conduziu a um percurso filosófico que o distanciou desse grupo bem como o afastou “do pensamento dialéctico colocando-o, simultaneamente, fora da fascinação hegeliana e fora da fascinação marxiana”⁴⁴².

Uma concepção de historicidade como movimento insusceptível de ser sistematicamente circunscrito é a aquisição estruturante do jovem filósofo. É da mediação total enquanto conceito-chave das filosofias da história que Eduardo Lourenço se distancia. E a textura dessa distância chama-se “heterodoxia”⁴⁴³.

Apesar da complexidade e contradições internas do fenómeno cultural do neo-realismo, que EL sempre evidenciou⁴⁴⁴, bem como da mutação da produção dos seus autores ao longo do tempo - aspecto em que não nos poderemos deter em detalhe – determinar que não se possa falar deste como um movimento homogéneo ou linearmente caracterizável, cumprirá assumir que a sua foi a voz cultural da oposição ao regime, em tempos tão críticos como as décadas de 40 e 50 em Portugal.

Como cristalizou EL, o “marxismo que impregna o neo-realismo podia, se isso não escandalizasse, rotular-se de *marxismo afectivo*”⁴⁴⁵. Este foi o tempo em que “qualquer coisa como esse *marxismo afectivo* devia fatalmente polarizar em si a *contracultura* necessária à defesa e combate contra um Regime de inspiração fascista, “temperado” pelo

⁴⁴⁰ Pita, António Pedro, “Inventar o Sentido do Tempo – Eduardo Lourenço e o “Neo-Realismo” como Problema”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.13

⁴⁴¹ *Idem, Ibidem*, p.16

⁴⁴² *Idem, Ibidem*, p.18

⁴⁴³ *Idem, Ibidem*

⁴⁴⁴ EL, “Prólogo”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.46

⁴⁴⁵ EL, “A ficção dos anos 40” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.288 (conferência proferida na Fundação Gulbenkian, no quadro de um ciclo consagrado aos *Anos 40 na Arte Portuguesa*. Publicada no *Jornal de Letras* em Março de 1982).

nacional conservadorismo, como o de Salazar⁴⁴⁶. Porque o regime mostrava, cada vez de modo mais evidente, a sua repressiva face, em particular depois do estado de graça dos anos 30 e da vivida sensação de protecção, que o favorecera, pela passagem à margem da segunda guerra mundial.

Afirmou EL que, em particular no pós-guerra, “a cultura neo-realista, o militantismo ideológico de que se alimentava [...], desempenham já nessa conjuntura crítica um papel importante⁴⁴⁷”, e completa sobre esta anti-cultura do Regime:

Claro está que não foi só isso nem a isso se resume a realidade escrita da ficção neo-realista, embora se tivesse assumido nas suas expressões mais típicas como ficção – reflexo da vida e da sociedade com o fim de a transformar [...] Porém, para quem viveu e conhece a época, não é exagerado pensar que foi na trama densa e extensa da cultura neo-realista, [...] que foram igualmente recortados os retratos cinzentos e tristes da sociedade portuguesa que nós temos em Esteiros, em Fanga, em Uma Abelha na Chuva...⁴⁴⁸

Nos tempos subsequentes, em que pontuaram acontecimentos como “a desistência de Norton de Matos nas eleições presidenciais e a violenta ofensiva sobre o PCP⁴⁴⁹, com grandes reflexos políticos e culturais de desarticulação da resistência à ditadura, bem como da sua reconstrução posterior, o neo-realismo conheceu campo e tempo férteis de maturação, como voz da única ortodoxia realmente alternativa à ortodoxia oficial (como já vincámos, com EL, no texto sobre a actualização de Gil Vicente pelos teóricos marxistas), também enraizando, em termos internacionais, como lembra Pita, “na definitiva sagração filosófico-política do marxismo como marxismo-leninismo na obra doutrinária de Estaline⁴⁵⁰”.

Recuperando a nossa primeira epígrafe a este ponto, o neo-realismo terá, para EL, sido actor e sujeito de drama do nosso contexto português específico, mas afirmando Lourenço que a experiência almejada por estes autores nunca pôde realizar-se, não tendo existido

⁴⁴⁶ EL, “A ficção dos anos 40” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.289 (conferência proferida na Fundação Gulbenkian, no quadro de um ciclo consagrado aos *Anos 40 na Arte Portuguesa*. Publicada no *Jornal de Letras* em Março de 1982).

⁴⁴⁷ *Idem, ibidem*

⁴⁴⁸ *Idem, ibidem*

⁴⁴⁹ Pita, António Pedro, “Inventar o Sentido do Tempo – Eduardo Lourenço e o “Neo-Realismo” como Problema”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.20

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem*, p.21

para eles o país como uma casa habitável mas tão só “sonho recusado ou o mito encarnado algures sobre o qual a sua pessoal experiência de portugueses não tinha apoio algum”⁴⁵¹.

*Assim, a sua autêntica experiência, o motor único das suas criações, não pôde ser mais do que o do abismo entre o sonho plausível e o obstáculo, o que não os impediu de tentar acreditar esse sonho diante dos outros (e nos melhores, a intervalos, diante de si mesmos), em suma, de apelar com persistência para uma esperança e um futuro que o dia-a-dia também com persistência bloqueava.*⁴⁵²

E se EL, em 1967, falava ainda em referência ao tempo então actual, notamos nós, agora, por associação de ideias, uma diferença que foi definitiva, na ordem do *não vivido* por este movimento em relação a outros, de autores e criadores literários: Portugal nunca se civilizou, como os de 70 desejaram, nunca se universalizou como ambicionou Orpheu, mas veio a fazer a Revolução que o neo-realismo sonhou e, no entanto, esses autores não puderam viver o seu sonho, que continuou recusado, por desajustamento dos próprios à correcção do pós-revolução para uma via democrática e capitalista. Voltaremos a este aspecto, a propósito do silêncio neo-realista no pós-Revolução.

Sem poder entrar na análise crítica e da crítica do Neo-Realismo feitas por EL, referimos apenas que a grande percepção que nos fica, da acção e produção deste movimento, face ao seu cronótopo, é a de que, se como prosadores, a intenção programática terá vingado - nas obras mais emblemáticas de Soeiro Pereira Gomes, Carlos de Oliveira ou Alves Redol, passando por Manuel da Fonseca ou Fernando Namora -, através dos contos ou romances, focados em retratos sociais pontuados pela ”atenção privilegiada à camada popular, óptica da luta de classes, solução “positiva” ou de sentido “positivo” dos conflitos, redução ou compreensão desses conflitos num horizonte mais vasto que o dos simples indivíduos”⁴⁵³, já na poesia – como evidencia EL em SFPNR, sobre a Poesia de João José Cochofel, Joaquim Namorado e Carlos de Oliveira - os poetas não terão conseguido afastar-se da tradição lírica portuguesa, como se a Poesia resistisse a ser forma de criação moldável a propósitos de serviço ideológico.

⁴⁵¹ EL, “Prólogo”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.47

⁴⁵² *Idem, ibidem*

⁴⁵³ EL, “Considerações Finais”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.240

Diz EL: “enquanto poetas os autores neo-realistas encontram-se tão seguros de si, isto é, tão desamparados como quaisquer outros”⁴⁵⁴, sendo o grande tema dessa poesia sob “vocabulário moderno e explícita intenção social, o tema romântico por excelência do conflito entre o Sonho e o Real. Pouco importa que esse sonho apareça ao poeta como o autêntico e concreto real e o real como mau sonho passageiro”⁴⁵⁵.

A poesia, mesmo a neo-realista, imporá, para EL, a sua autonomia como “discurso incandescente”⁴⁵⁶, insusceptível de utilização como, de resto, também de crítica, sendo “o *efectivo lugar crítico* do espírito humano”⁴⁵⁷.

Essa impossibilidade de cumprir o objectivo traçado pelos criadores de pôr a “poesia ao serviço da Revolução”⁴⁵⁸ terá redundado, segundo Lourenço, não na sua libertação e sublimação criativa, mas num estado de *remorso* fruto da “auto-consciência da impossibilidade do Neo-Realismo se inserir na realidade nacional de outra forma que *poeticamente*”⁴⁵⁹.

Paralelamente e em conjugação, foram surgindo os abalos concretos à própria utopia, vindos do exterior, do país-matriz da ideologia e que, mesmo tardiamente conhecidos⁴⁶⁰ entre nós, jamais poderiam ser integrados numa “visão do mundo que misticamente se aceitara de uma vez para sempre como o alfa e o ómega da História”⁴⁶¹, tendo redundado, de resto, na origem como a título doméstico, numa cegueira feita dogma que “o tempo e a particularíssima situação portuguesa objectivamente puderam justificar”⁴⁶².

Lemos que EL significa que o Neo-Realismo pode não ter enfrentado a realidade, mas a verdade é que não sobreviveu à perda da inocência e da sua boa-consciência⁴⁶³ que iluminavam a sua perseguição da utopia, ensaiando EL, aqui, como sempre, a sua forma de “compreensão do poético centrada na especificidade da relação do poema com a

⁴⁵⁴ EL, “Prólogo”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.48

⁴⁵⁵ *Idem, Ibidem*

⁴⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p.53

⁴⁵⁷ *Idem, Ibidem*

⁴⁵⁸ EL, “Considerações Finais”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.239

⁴⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p.240

⁴⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p.241

⁴⁶¹ *Idem, Ibidem*

⁴⁶² *Idem, Ibidem*

⁴⁶³ *Idem, Ibidem*

História”⁴⁶⁴. E sintetiza: “Para tudo resumir numa palavra, faltou ao Neo-Realismo aquele apetite de total lucidez e profunda *liberdade* que é a essência de toda a palavra poética”⁴⁶⁵.

5.2. A desenvoltura dos filhos de Álvaro de Campos

*Entre 1953 e 1963 (esta delimitação sem ser arbitrária é simbólica), isto é, concretamente, entre Sibila e Rumor Branco, sucedem-se, de facto, não só um número considerável de obras particularmente brilhantes, fenómeno já de si singularíssimo, mas obras de um tom e de uma estrutura afins, cujo segredo é natural buscar-se na conformidade da sua expressão ao espírito de época que as viu nascer, embora sem elas os seus leitores o não tivessem percebido claramente, ou porventura, de modo algum.*⁴⁶⁶

*É esta a mais grandiosa história dos homens, a de tudo o que estremece, sonha, espera e tenta, sob a carapaça da sua consciência, sob a pele, sob os nervos, sob os dias felizes e monótonos, os desejos concretos, a banalidade que escorre das suas vidas, os seus crimes e redensões, as suas vítimas e os seus algozes, a concordância dos seus sentidos com a sua moral.*⁴⁶⁷

No texto que citamos na primeira epígrafe, que conta agora 50 anos e que nos guiará neste ponto – e que escolhemos destacar porquanto o consideramos emblemático do que procuramos ilustrar, sobre a forma como o autor nos dá a recompreender a nossa vivência colectiva na Duração através da Literatura - Lourenço tece uma trama de análise, em torno de um grupo de autores e do país, numa particular década (1953-63), que nos parece ser caracterizada pelo que na psicologia se chamará de aguda capacidade de *insight*.

EL identificou, desde logo, um fenómeno que qualificou de “grato e magnífico anacronismo”⁴⁶⁸, já que ocorrera em contraciclo e num momento “em que por toda a parte a Literatura e o acto de fé e esperança que a suportam se autodestroem [destruíam] [e] que entre nós germina[va] uma floração já extensa e qualitativamente preciosa”⁴⁶⁹ de criadores.

Falava, neste contexto, de um conjunto de autores que continha nomes que marcaram e marcam ainda hoje a cena literária em Portugal, alguns deles sobre os quais continuaria EL

⁴⁶⁴ Pita, António Pedro, “Inventar o Sentido do Tempo – Eduardo Lourenço e o “Neo-Realismo” como Problema”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaíos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.32

⁴⁶⁵ EL, “Considerações Finais”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaíos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p.241

⁴⁶⁶ EL, “Uma literatura desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.256 (texto originalmente publicado na revista *O Tempo e o Modo*, nº 42-Outubro de 1966)

⁴⁶⁷ Bessa-Luís, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, p.250-251

⁴⁶⁸ EL, “Uma literatura desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.255

⁴⁶⁹ *Idem, ibidem*

a escrever ao longo do tempo e que, sem serem classificáveis como uma geração, por diferenças de idade e não só, tinham afinidades e aspectos comuns que EL considerava sintomáticos de um novo espírito do tempo: “que há de comum entre Bessa-Luís e Almeida Faria? Ou entre Fernanda Botelho e Portela Filho? Ou entre Cardoso Pires e Abelaira? Ou Herberto Helder e Ruben A? Ou mesmo, entre Natália Correia e Maria Judite de Carvalho?”⁴⁷⁰, perguntava EL, catalogando colectivamente a sua criação como “Nova Literatura”⁴⁷¹.

Num período em que o Portugal em Ditadura fizera uma leitura dos grandes acontecimentos internacionais coevos - “a morte de Estaline, o “milagre alemão”, o maior ainda americano, a ascensão dos foguetões, a ronda dos satélites, as guerras da Indochina e da Argélia, o triunfo da electrónica e da televisão, o novo teatro, o novo romance, o novo cinema etc.”⁴⁷² - de uma perspectiva que EL associou mais a uma “des-leitura” e uma essencial “não-leitura” que é [era] tecida no silêncio espesso do que habitualmente nos diz[ia] respeito e nós iludimos com a atenção hipertrofiada que prestamos ao alheio”⁴⁷³, terão os autores da Nova Literatura tomado uma “consciência radical dessa “des-leitura”⁴⁷⁴.

Não sendo novo o fenómeno de tomada de consciência dos escritores nacionais, das des-leituras que o país faz de si e de si perante os outros, o que já vimos longamente ilustrando, destaca EL que o que foi, neste período e por estes autores, inovador foi o facto de estas vozes literárias, em vez de pretenderem corrigir essa atitude, como tantos outros tentaram - desde o primeiro Romantismo, pelo menos, dizemos nós e diz EL, aliás, que “desde Verney”⁴⁷⁵ - terem, em vez disso, feito dela um “pano de fundo sobre o qual examinam e falam da *nossa* própria mitologia”⁴⁷⁶ não de uma perspectiva exterior, de espectadores, de leitores de jornal, mas de uma perspectiva interior, partindo de um “auto-isolamento, vivendo-o a fundo, glosando-o e, melhor do que tudo, *descrevendo-o*”⁴⁷⁷.

⁴⁷⁰ EL, “Uma literatura desenvolva ou os filhos de Álvaro de Campos” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.255

⁴⁷¹ *Idem, ibidem*, p.257

⁴⁷² *Idem, ibidem*, p.256

⁴⁷³ *Idem, ibidem*, p.256-257

⁴⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.257

⁴⁷⁵ *Idem, ibidem*

⁴⁷⁶ *Idem, ibidem*

⁴⁷⁷ *Idem, ibidem*

*É a primeira vez desde há muito tempo que a famosa oscilação entre o “lá-fora” e o “cá-dentro” recebe uma solução positiva. E isso deve-se ao ajustamento profundo entre a expressão literária e o que realmente nos aconteceu entre 1953 e 1963. Ora o que nos aconteceu? “Nada”, quer dizer nada que fôssemos tentados (ou pudéssemos ainda) traduzir no vocabulário dos outros, nada que possa comparar-se ao secular e fascinado diálogo entre “o interior” e o “exterior”, entre a cultura universal (ou assim suposta) e a nossa própria, sempre em défice do nosso lado, como é arqui-sabido.*⁴⁷⁸

Afirmou EL que tal não significava, de todo, que esses autores fossem desinteressados ou ignorantes, estando *à la page* com a cultura do seu tempo, mas sem verem isso nem como um privilégio nem como algo que teriam alcançado com sofrimento, evidenciando o tecido das suas obras “nem *desinteresse* pelo lá-fora cultural e literário, nem *idolatria*”⁴⁷⁹: uma relação descomplexada, portanto, concluímos nós.

Exemplificou EL dizendo que, apesar de se encontrarem ressonâncias de vários movimentos internacionais, do *beat* ao “novo romance”, em autores como Bessa-Luís, Cardoso Pires ou Almeida Faria, não faria sentido analisar as suas obras como espelhos de obras estrangeiras coevas de referência, até pelo anacronismo anteriormente referido, tendo este movimento nacional “uma *saúde* literária, uma seiva, um gosto, um “optimismo” linguístico” que não teria paralelo internacional, num momento de desmontagem e contestação ao próprio nível da linguagem⁴⁸⁰.

Evidenciava EL que, então, cada vez menos, era necessário, apesar de tudo, ir “lá-fora”, porque esse nos entrava pela porta dentro, porque mesmo “sem participação profunda encontrámo-nos de facto existindo (sentindo) no meio de um cenário que não é [era] visceralmente diferente do de Paris ou Nova Iorque”⁴⁸¹ e se era Bessa-Luís a voz “da odisseia da nossa alma arcaica no meio deste labirinto”⁴⁸², os outros envolviam-se na aventura decisiva de se voltarem para o futuro.

*Nas nossas já grandes cidades, a mesma alma arcaica teve de súbito de organizar a sua percepção para sobreviver perante as velocidades, os ritmos que dela não procederam mas a envolvem, a subornam, a maravilham. Enfim, a simples “descrição”, se ela está à altura do Aeroporto ou da ponte sobre o Tejo, basta para a situar no “universal” com uma evidência que as gerações anteriores não podiam conhecer.*⁴⁸³

⁴⁷⁸ EL, “Uma literatura desenvolva ou os filhos de Álvaro de Campos” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.257

⁴⁷⁹ *Idem, ibidem*

⁴⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p.258

⁴⁸¹ *Idem, Ibidem*

⁴⁸² *Idem, Ibidem*

⁴⁸³ *Idem, Ibidem*

Sendo a Nova Literatura uma parábola da *grande ausência de nós a nós mesmos*, em face das múltiplas máscaras que esta assume ou pode assumir, ela será a nossa verdadeira vida, concluiu EL, avançando que “descrevendo-a tal qual é, essa Literatura adere à realidade portuguesa, e a ela só, com uma propriedade e uma força a que não estávamos habituados.

“Sem contestação possível, somos nós quem fala nesses livros, quem aí vive”⁴⁸⁴. Disse EL esses autores exprimiam a realidade porque se limitavam a mostrá-la e, assim fazendo, produziam símbolos de (enumeramos pela chocante actualidade da lista):

- i) *não-inserção* num projecto colectivo;
- ii) fuga estelar da realidade portuguesa;
- iii) fantástico e satisfeito irrealismo social;
- iv) convicção subterrânea, e já triunfante, de que nunca vamos nem estamos indo para lado algum, que mereça o fervor e a pena da caminhada;
- v) consumo de um presente pleno de *gadgets* e de aventuras eróticas, compensando de sobra a ausência de uma aventura anímica comum...⁴⁸⁵.

Se este texto fosse datado de 2016 alguém realmente o estranharia?

Nestes romances, identificou EL notícias de bloqueio, desse que era real, mas que seriam produzidas com liberdade interior, caracterizando estes autores a “enorme DESENVOLTURA”⁴⁸⁶ e a unanimidade na “preparação da visível e já bem avançada metamorfose de uma sensibilidade nacional de séculos e séculos”⁴⁸⁷, enfim numa linhagem de contestação que vinha de Eça, Pessoa-Álvaro de Campos ou dos surrealistas, mas que agora era diferente, porque desenvolta e descomplexada.

EL diferenciava este grupo, também e de forma explícita, das soluções da vaga mais marcante do período imediatamente anterior e ainda dominante na época a que nos referimos: a neo-realista, que já percorremos, mas que importa olhar agora através do contraponto que com ela EL estabelece, usando estes autores.

⁴⁸⁴ EL, “Uma literatura desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.259

⁴⁸⁵ *Idem, Ibidem*

⁴⁸⁶ *Idem, Ibidem*

⁴⁸⁷ *Idem, Ibidem*

Disse EL, a décadas de poder perceber como estava certo, que a literatura ética neo-realista tinha o enorme “defeito de servir em grande parte exactamente a *mesma* ética do mundo que se propunha “transformar”⁴⁸⁸, uma estrita “Ordem Moral”⁴⁸⁹, que não apareceria sob nenhuma roupagem na Nova Literatura, que era por isso mais revolucionária.

Mais revolucionária mesmo numa Agustina, assinalada como inequivocamente reaccionária - em relação à qual EL usa a humorística expressão de não ser “reaccionário quem quer”⁴⁹⁰ - já que às suas descrições do *paraíso da roca e do fuso* se sobreporia o carácter amoral da sua visão e da interpelação à nacional brandura, promovendo um corte com toda uma tradição literária conventual.

Ou num Almeida Faria, em que o Alentejo seria, segundo EL – em relação, por exemplo, ao neo-realista Manuel da Fonseca – radiografado em vez de fotografado, deixando a ideologia de ser “um casaco talhado à pressa, vestido à força, mas a respiração natural, a forma como as realidades sociais e as relações humanas se deixam apreender e interpretar”⁴⁹¹.

Particularizou EL esta comparação com o exemplo do elemento amoroso-erótico, marcadamente desenvolvido na Nova Literatura: “a nossa Literatura desconhecia um comportamento amoroso e sexual tão despido de preocupação ética e tão alheio à óptica masculina”⁴⁹², essa vertente da vida que no neo-realismo era tratada de modo “púdico, ou sóbrio”⁴⁹³, ainda mais no capítulo do sexo que do amor, o que era sintomático face ao desenraizamento religioso dos autores neo-realistas, que EL caracteriza como terem marcado, neste tema, “um nítido recuo em relação à tradição erótica desde Garrett”⁴⁹⁴.

EL disse ter escolhido o tratamento do comportamento erótico, dada a sua relevância e tradicionalidade, mas que poderia ter eleito “o tema da família, o da pátria, ou de Deus e mostrar como a habitual problemática ou a contestação a que costumava dar lugar foi

⁴⁸⁸ EL, “Uma literatura desenvolva ou os filhos de Álvaro de Campos” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.261

⁴⁸⁹ *Idem, ibidem*, p.263

⁴⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.261

⁴⁹¹ *Idem, ibidem*

⁴⁹² *Idem, ibidem*, p.264

⁴⁹³ *Idem, ibidem*

⁴⁹⁴ *Idem, ibidem*

substituída por uma descrição lúcida, implacável, anti-sentimental, anti ou não-ideológica, anti-demagógica, do comportamento [então] actual de um mundo preciso”⁴⁹⁵.

Romances eticamente indiferentes, não alistáveis, “expressão do subconsciente de uma época”⁴⁹⁶, de um tempo de acelerações históricas e metamorfoses espirituais com fulguração destruidora.

Se não fosse enfrentado por estes desenvolvimentos criadores, o “cadáver florido da “ordem moral””⁴⁹⁷ tê-los-ia devorado vivos, afirma EL. Assim, tê-lo-ão enterraram-no eles, de vez, nem sequer o nomeando.

⁴⁹⁵ EL, “Uma literatura desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.267

⁴⁹⁶ *Idem, ibidem*

⁴⁹⁷ *Idem, ibidem*

6. De Literatura e Revolução ao caos do século XXI

6.1. Vozes e silêncios da Revolução

O que aconteceu [a Revolução] pode, por analogia, ser descrito como da ordem do “cataclismo”. Subitamente, o horizonte de toda a prática cultural – tanto da conformista como da oposicional – abateu como um muro de papelão e toda a regra do jogo se evaporou. Não se pense que os acontecimentos afectaram sobretudo os autores mais ou menos “integrados” na ordem ideológica defunta.⁴⁹⁸

Datado de 25 de Abril de 1975, o texto de EL de onde extraímos a epígrafe deste ponto é um documento histórico em si, dando, a quente – o próprio afirmando que a hora ainda não era de balanço⁴⁹⁹ - a sua impressão sobre o fim da ordem em que se inscrevera, durante quarenta anos de ditadura, toda a prática cultural, integrada comopositora.

Se os autores que “clara ou inconscientemente, ecoaram senão a ideologia pelo menos o essencial dos antigos valores”⁵⁰⁰ estavam, então, em silêncio, EL dá conta de que já antes da Revolução por ele estariam envolvidos, por “dessincronização cultural com o espírito do tempo”⁵⁰¹, esse que mudara antes da situação política, como os ecos da desenvoltura dos filhos de Álvaro de Campos o teriam feito sentir, ainda durante a década de 50 e 60. Aliás, também aqui e, uma vez mais, EL destaca Agustina, desta feita como uma das vozes que não foram silenciadas pela mudança porque não precisavam de redenção⁵⁰².

Volta igualmente EL à observação dos neo-realistas, para evidenciar que, apesar de ser de esperar que - tendo findado “a “noite” pouco metafórica que toda a literatura neo-realista evocou opondo-lhe a futura esperança”⁵⁰³ - saísse à rua o “grande cortejo dos paladinos, o grito de vitória dos arautos da grande festa futura que nos seus escritos havia sido promovida a mito”⁵⁰⁴, a verdade, que EL classifica de “paradoxal, mas só na aparência”⁵⁰⁵,

⁴⁹⁸ EL, “Situação da Literatura Portuguesa”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.268

⁴⁹⁹ *Idem, Ibidem*

⁵⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p.269

⁵⁰¹ *Idem, Ibidem*

⁵⁰² *Idem, Ibidem*

⁵⁰³ *Idem, Ibidem*, p.270

⁵⁰⁴ *Idem, Ibidem*

fora que estes autores não se tinham ouvido desde então, como se esta tradução histórica do seu combate literário lhes tivesse criado, porventura só momentaneamente, hipotetizava EL, “uma situação de autores subitamente *desarmados*”⁵⁰⁶, tendo sido esta geração “apanhada de chofre pela ressaca histórica, sem estar ainda mitificada e já sem o dinamismo imaginante dos que irrompem [iam] na área cultural”⁵⁰⁷.

No fundo, resume EL, “a História e seu braçado de cravos vermelhos”⁵⁰⁸ teriam chegado tarde para esta geração - em torno dos 50 anos, como ele próprio, ao tempo - sobretudo porque “esse vácuo histórico que foi para ela a existência colectiva e pessoal da era fascista, lhe havia precisamente servido de Musa”⁵⁰⁹ e desapareceu com a Revolução.

Contudo, exprime EL que, naquele momento, que era de “urgência, de oportunismos vários, de violência”⁵¹⁰, o que seria capital era que essa explosão cultural “vinha a caminho há uma década já mas, em particular, começou a encontrar “a forma” sem a qual seria irrelevante, a partir do ano crucial de 68. Como noutras latitudes, o revolucionarismo político-ideológico fora, entre nós, precedido de uma devastadora [...] subversão cultural”⁵¹¹, representada por publicações como o *Tempo e o Modo*, na sua segunda série, e & etc. marginalizadas e com pouca audiência, mas com impacto cultural revolucionário, diz EL⁵¹², preparador de uma maturidade sócio-cultural que já recebeu a Revolução, dizemos nós.

Dos autores que mais munidos estariam para enfrentar esta revolução cultural, destacava então EL o caso de Virgílio Ferreira, nascido no neo-realismo, de que se afastou cedo e que, a esta data, contava com um percurso já relevante no campo do existencialismo, num “combate a nu com um Absoluto sem face”⁵¹³, questionando um “tempo histórico

⁵⁰⁵ EL, “Situação da Literatura Portuguesa”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994

⁵⁰⁶ *Idem, Ibidem*, p.270

⁵⁰⁷ *Idem, Ibidem*, p.271

⁵⁰⁸ *Idem, Ibidem*

⁵⁰⁹ *Idem, Ibidem*

⁵¹⁰ *Idem, Ibidem*, p.272

⁵¹¹ *Idem, Ibidem*, p.273

⁵¹² *Idem, Ibidem*

⁵¹³ *Idem, Ibidem*, p.274

considerado como *inexpugnavelmente fechado em si mesmo e nós com ele e dentro dele*”⁵¹⁴.

*A estrutura do seu paradoxal nihilismo não se opõe à apropriação transfigurante de um tempo revolucionário, torna apenas o jogo mais excitante introduzindo nele o parceiro equívoco de uma esperança imediata capaz de redefinir os termos de um antigo jogo de xadrez ideológico-literário em que todas as pedras pareciam movidas pelo sonho de pedra de um único jogador.*⁵¹⁵

Muitos e ricos os textos que EL dedicou, e estão reunidos em *O Canto do Signo*, a Vergílio Ferreira, sem que neles nos possamos, por ora, deter: retenhamos esta imagem de um Virgílio Ferreira como voz-símbolo de um catolicíssimo e não reformado país que continua, século XX fora, a enfrentar a angústia da luta com o Nada, depois da morte de Deus.

Refere Lourenço ainda, de modo vincado neste texto, de 75, que embora a literatura nacional das então últimas décadas estivesse “subdeterminada pela atmosfera objectiva de poder e da ideologia fascista”⁵¹⁶, havia muitas obras que tinham criado “jardins particulares, onde a refacção dos imperativos ideológicos sofre [ia] desvios espectaculares”, dando os exemplos de Jorge de Sena e Rodrigues Migueis, ambas obras em boa medida produzidas fora do país e moduladas por “experiências que ultrapassam a pequena casa lusitana”⁵¹⁷, também marcadas pelo exílio dos autores, em qualquer dos casos⁵¹⁸.

O que consideramos sintetizar de modo impressivo a visão de EL, neste primeiro aniversário da Revolução política, com recurso à criação literária, é o facto de afirmar ter sido o 25 de Abril, afinal, “fruto amadurecido da revolução em profundidade do subconsciente nacional, remodelado não só pela resistência nos planos ideológico e político, como pela metamorfose civilizacional mais espectacular que o povo português conheceu”⁵¹⁹, tendo este como outros povos *mudado de alma* e sendo a sua nova alma

⁵¹⁴ EL, “Situação da Literatura Portuguesa”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.274

⁵¹⁵ *Idem, Ibidem*

⁵¹⁶ *Idem, Ibidem*, p.276

⁵¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.277

⁵¹⁸ Posteriormente, já em 1981, viria Lourenço a produzir o texto dedicado às marcas do exílio em Migueis (“As marcas do exílio na obra de José Rodrigues Migueis” também publicado em *O Canto do Signo*).

⁵¹⁹ EL, “Situação da Literatura Portuguesa”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.278

menos produto da tomada de consciência ideológica do que “da subversão do modo de vida, filho da sociedade capitalista na sua fase de autodestruição”⁵²⁰.

A este propósito, exemplifica EL com o ascendente literário ganho pela criação feminina:

Nenhum fenómeno ético e sociológico mais decisivo que a ruptura do universo erótico milenário do macho ibérico. Coarctada nos outros domínios, a pulsão libertante concentrou-se na esfera erótica, assumindo nela até aquela expressão cultural mítica que nenhuma outra, mais clássica, pôde assumir. A época que finda viu, pelas mãos de Natália Correia, agente do processo, a primeira “Antologia da Poesia Erótica Portuguesa” e será coroada, em casa e no estrangeiro, pela célebre obra comum de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa.⁵²¹

E realça EL que este não foi um “fenómeno e sub-produto de uma minoria cultural privilegiada”⁵²², sendo antes fruto de exigências reais e disseminadas da metade oprimida, a feminina, que se somaram às de todo um subconsciente cultural “em estado de ruptura pânica com o que foi durante séculos, verdade vivida e vida imaginária harmoniosa, apesar das suas contradições clamorosas”⁵²³.

Quase uma década passada, em “Literatura e Revolução”, de 1984, a visão de EL, entretanto depurada pela passagem do tempo, confirmou e completou aquele impressionante relato de 1975, não só no que se refere ao silenciamento neo-realista - não necessariamente com o fim da produção dos seus autores mas com a, afinal natural, mudança de registo das suas obras, exemplificando aqui com *Finisterra*, de Carlos de Oliveira, em comparação com o seu primeiro romance *Casa na Duna*⁵²⁴ - mas também com a constatação de que não havia sido até aí, nem seria, dos autores já confirmados antes do 25 de Abril que poderia vir “a verdadeira “escrita” da época da Revolução”⁵²⁵, que aqueles já haviam vivido *encharcados de passado*.

A importância do momento revolucionário, após o vazio imaginante natural dos começos, foi a de descobrir diante de todos – velhos ou novos autores – um espaço aberto, um horizonte efectivamente liberto, com a sua angústia necessária, com o seu desafio em termos não codificados como os do jogo conhecido da antiga atmosfera.[...] A Revolução age assim como uma cobra que vem “revolver a vida” do livro-chave do novo olhar romanesco pós-Abril o de

⁵²⁰ EL, “Situação da Literatura Portuguesa”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.279

⁵²¹ *Idem, Ibidem*

⁵²² *Idem, ibidem*

⁵²³ *Idem, ibidem*

⁵²⁴ *Idem, ibidem*, p.296

⁵²⁵ *Idem, ibidem*, p.298

“O Dia dos Prodígios”, exigência de “fala” contraposta a um silêncio que era menos o de uma determinada situação histórica castradora que o imemorial, de todos e de ninguém.⁵²⁶

Falando de Lúcia Jorge como a revelação da década de 80, exprime que, na sua voz, os “silenciados e silenciosos vão “dizer”, explorar esse silêncio mais fundo, dizerem-se, e dizerem-nos, como há muito não acontecia nas letras pátrias”⁵²⁷. Nas palavras da própria autora:

*Que aquela era a hora dos humilhados e oprimidos. E quem são esses? Perguntou Manuel Gertrudes. Quem são esses? E o soldado encheu o peito. Vocês. Vocês. São vocês. Repetia. Sem o saberem. Mas o futuro agora chama-se pre sen te. Basta apostarmos todos nos valores exactos. Vocês. Nossos parceiros. Alavanca dos prodígios.*⁵²⁸

Não obstante, dessa vontade de dizer tudo vêm a participar, também, os autores já consagrados como Vergílio Ferreira, Almeida Faria ou Maria Velho da Costa, entre outros, mas, de modo mais intenso, outros autores surgidos no pós-revolução dos quais já destacava, nesta data, António Lobo Antunes que, segundo EL, “dará desse apetite, em termos de violência metafórica desconhecida entre nós, a versão mais espectacular”⁵²⁹.

Sobre a ficção do império, o espaço que a Revolução fechou, devolvendo-nos a nós próprios, disse EL, num outro texto, de 1984, que “de *Lucialima* [Maria Velho da Costa] a *Fado Alexandrino* [António Lobo Antunes], passando pelo *Cavaleiro Andante* [Almeida Faria], [...] a antiga teia imperial e nós nela, reenvia-nos de novo reflexos *realistas*, que nem por tardios são menos preciosos para a reestruturação da nossa imagem fracturada e idealmente intacta”⁵³⁰.

Notamos que na reflexão de EL sobre a relação do país com a guerra colonial e o processo de descolonização há - percorrendo textos com décadas de distância entre si - muito pouca evocação literária, mesmo em textos mais recentes, já coevos de uma maior produção literária que aborda de forma mais explícita a vivência desses processos, de Lúcia Jorge, novamente a, por exemplo, Dulce Maria Cardoso.

⁵²⁶ EL, “Situação da Literatura Portuguesa”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.299 *Idem, ibidem*, p.299

⁵²⁷ *Idem, ibidem*, p.299

⁵²⁸ Jorge, Lúcia, *O dia dos prodígios*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010-ed. (edição comemorativa dos 30 anos da publicação, 1980-2010), p.181

⁵²⁹ EL, “Literatura e Revolução”, in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.296

⁵³⁰ EL, “Da ficção do império ao império da ficção”, in *Do Colonialismo com Nosso Impensado*, Lisboa, Gradiva, 2014, p.268

Contudo, a este propósito, parece-nos simbólico que EL co-dedique o seu volume de 2014 com recolha de textos sobre o colonialismo, que já citámos, a Melo Antunes e a António Lobo Antunes, que começou a publicar em 1979, com *Os Cus de Judas*, esse inigualável (o adjetivo é nosso) grito de angústia e revolta de um combatente da guerra colonial, mergulhado, no regresso, no silêncio de um país inteiro, em negação da perda.

Obra que foi praticamente coeva à publicação do LS de EL, também, em boa medida, uma interpelação a esse torpor, em particular no texto “Psicanálise mítica do destino português”, que aqui muito nos tem acompanhado, e onde EL venceu, então em 1977, o facto de se esconder e transfigurar, atrás da imagem de uma Revolução límpida, “a amputação histórica objectiva que representou para nós o fim do império colonial”⁵³¹.

Os Cus de Judas e o LS são, em nosso entender, duas obras que mereceriam um estudo conjunto que julgamos por fazer, exactamente porque importará, no futuro, continuar a reflectir e com a mediação da Literatura, sobre essa clivagem histórica que “aparentemente Portugal viveu com singular tranquilidade, como se fosse/estivesse consciente da consistência só imaginária ou onírica daquele império, embora o trauma de uma guerra silenciada permanecesse na sociedade como um trauma latente”⁵³².

Porque consideramos que permanece, ainda hoje, latente esse trauma, não se tendo aberto as portas da nossa mente colectiva a este respeito, mais uma vez concordamos com EL, quando reafirmou, já em 2014, que

*na sociedade portuguesa o trabalho do luto, em todas as suas dimensões psicanalíticas e colectivas, não foi completado, até só parcialmente começou. Contextos não centrais na cena histórica como, por exemplo, os da literatura foram o espaço onde se elaboraram as imagens mais complexas sobre o passado colonial e o fim do império.*⁵³³

Para a psicanálise colectiva, por fazer, a este particular respeito, aguardamos ainda muito mais reflexão de EL e, ao seu jeito, esperamo-la alimentada pela seiva da relevante nova literatura que procura fazer esse esforço de autognose.

⁵³¹ EL, “Psicanálise Mítica do Destino Português” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., p.61

⁵³² EL, “Nota Prévia-40 anos de atraso”, in *Do Colonialismo com Nosso Impensado*, Lisboa, Gradiva, 2014, p.11

⁵³³ *Idem, ibidem*

6.2. Viagem no caos - Gonçalo M. Tavares

Para nós, todas as viagens são “viagens à Índia”, e não é o menor dos seus desafios e atrevimentos que o Gonçalo M. Tavares nos proponha repetir a viagem arquétipo à terra onde realidade e sonho se confundem, subvertendo o sentido da viagem canónica do Ocidente em aventura da ilusão de todas as buscas divinas e epopeia luminosa da decepção.⁵³⁴

Núpcias da História com a imaginação/provocaram mais filhos e cópulas divertidas do que as núpcias da Verdade com/a boa memória. Uiva como um lobo, eis a História do mundo; tem apetite, sente-se/ isolada; a História é um fluído que passa ao lado dos homens, fluído espesso/onde nada se pesca e é impossível nadar ou navegar; mas mente-se tanto a contar a história/de um país como a história de um amor que/terminou mal⁵³⁵

Sem cumprirmos colectivamente o que seria um processo de confronto realista, análise e integração dos nossos traumatismos acumulados, em séculos de nacionalidade, continuamos a fazer permanentemente a mesma viagem, simbolicamente à Índia, o mais desafiante dos destinos que nos propusemos e alcançámos.

Já no século XXI, Eduardo Lourenço qualificou de original revisitação a “repetição da viagem iniciática do Ocidente, tendo como “modelo” a dos Lusíadas”⁵³⁶ que Gonçalo M. Tavares cumpriu no seu *Uma viagem à Índia*, no qual, em pleno século XXI, dialogou, em inter-texto, com Camões.

Esta opção dá sequência a uma tradição que Eduardo Lourenço, ele próprio, nos ajuda há muito a seguir e que vimos ilustrando: a do diálogo dos diferentes tempos portugueses e dos seus criadores com a magna obra de Camões, aqui pelo menos de Garrett a Gonçalo M. Tavares.

Mas este não se limitou a seguir essa linhagem, o que já não seria pouco, ainda triangulou, essa já de si complexa relação, também com o *Ulisses*, invocando, com o seu herói/anti-herói Bloom, a simbólica personagem de Joyce que, por sua vez, criara essa sua obra, tomando como modelo e/ou recurso a *Odisseia* de Homero. Diz Craig Raine que “each episode not only had an Homeric parallel, but also an organ, an art, a colour, a symbol and a technic.[....] Joyce used the Homeric myth as and when suited him, and certainly not

⁵³⁴ EL, “Prefácio - Uma viagem no coração do caos” in *Uma Viagem à Índia*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011-ed, p.14;

⁵³⁵ Tavares, Gonçalo M., “Canto VIII” in *Uma Viagem à Índia*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011-ed, p.327

⁵³⁶ EL, “Prefácio - Uma viagem no coração do caos” in *Uma Viagem à Índia*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011-ed, p.13

with the intention of using Homer to belittle the contemporary world and Bloom in particular. It was a resource”⁵³⁷.

Independentemente das muitas *nuances* de forma e conteúdo, com que cada uma dessas aproximações tenha sido ensaiada - área em que, de todo, não poderemos entrar aqui, ainda mais estando a lidar com: uma obra fundadora da cultura ocidental, a maior epopeia nacional, uma das maiores obras mundiais do século XX e outra já entre as grandes produzidas neste início de século – o que queremos ilustrar é que há aqui uma linha de vida, de continuidade viva dos livros e das personagens (no caso Ulisses/Bloom-Gama/Bloom) que se encontra, de modo ímpar, com a que maximamente nos inspira nesta reflexão, como já ilustrámos, e que EL segue quando afirma que “este prosaico poema, antipoema e híper-poema, com consciência aguda da sua ficcionalidade, navega e vive entre os ecos de mil textos-objects do nosso imaginário de leitores. Como todos os grandes livros, e este é um deles.”⁵³⁸.

Neste contexto mental, não podemos deixar de considerar que estes dois textos que aqui consideramos, o poema-canto do século XXI e o seu prefácio, são perfeitos para nos acompanhar no fecho desta nossa construção.

Há um vocabulário particular neste poema, desconstrutivo, definitivamente pós-moderno, que o leitor reconhece como léxico do tempo presente (já vindo à tona na onda da História) e que Lourenço também faz seu, no prefácio que analisamos: devastação, subversão, ironia e confronto burlesco, niilismo, tédio, fuga, anonimato, obscuridade, esquecimento, são imagens e sensações que temos coladas à pele, nos nossos dias, e se fazem sentir mais, como uma roupa molhada e fria, porque são nomeadas, por ambos os autores nos seus textos, o do filósofo-poeta em prefácio ao do poeta-filósofo.

Não se pode dizer, e EL não diz, que esta “contra-epopeia”⁵³⁹ fale apenas dos e aos portugueses: a linha histórica que se estabelece é a do Ocidente, como um todo, e o poeta, que, por transitividade, recupera Homero, ilustra-o quando, por exemplo, discorre que “é certo que os Gregos tentaram aperfeiçoar/ tanto a Verdade quanto o gesto,/porém as ideias

⁵³⁷ Raine, Craig, “Introduction” in Joice, James, *Ulysses*, Londres, Everyman’s Library, 1997-ed., p.xxi

⁵³⁸ EL, “Prefácio - Uma viagem no coração do caos” in *Uma Viagem à Índia*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011-ed, p.13

⁵³⁹ *Idem*, p.15

foram de longe as coisas mais mudadas./Eis pois o momento de colocar a Grécia/ de cabeça para baixo/ e de lhe esvaziar os bolsos, caro Bloom”⁵⁴⁰.

E também é o sentimento do Ocidente, no presente - sujeito e vítima da globalização, cada vez mais sitiado e entrincheirado - que Lourenço interpreta e nos dá a reler afirmando, na sequência da passagem que usámos como epígrafe, que a “decepção [é] à altura do desespero e da agonia ocidental, no momento em que a sua história e meta-história, como pulsão conquistadora e épica, converteu o Ocidente inteiro e a sua cultura sob o signo de Ulisses em êxtase vazio, fascinado pelo esplendor do seu presente sem futuro utópico, glosando sem descanso a sua proliferante ausência de sentido”⁵⁴¹.

Bloom acabará por ficar a saber o que já pressentia: “Que todas as viagens são sempre um regresso ao passado de onde nunca saímos”⁵⁴² e esse Ulisses parte de e regressa a Lisboa, “que é e não é a dos Lusíadas”⁵⁴³, mas afinal só “uma capital de um século na sua hora zero, todo presente, e que perdeu ou dispensa todas as bússolas dos viajantes do passado em busca do futuro”⁵⁴⁴. Portugal e Lisboa como símbolos dessa viagem no tempo, mais como protagonistas do que como cenário. Lisboa, Atenas, Londres, qual a estrutural diferença perante o caos em que vivemos todos?

O Lourenço *puro leitor* deste poema - que nos fala não do fim da História do Ocidente mas do ameaçador vazio do presente, como labirinto em nos entranhamos cada vez mais – classifica-o como “um travestimento sem precedentes do texto epopeico”⁵⁴⁵, esses Lusíadas que já eram, tanto EL o tem discernido, ao longo do tempo, um texto que falava de decepção e ocaso, como já vimos.

Dizemos agora nós que, a benefício da ilustração que pretendemos fazer e como remate que consideramos adequado, se há texto literário escrito com o sentido histórico descrito por T.S. Eliot, - na citação de Roe que nos acompanha há muito neste caminho - com a noção de que a Literatura, desde Homero, no Ocidente, tem uma existência simultânea e coeva e compõe uma ordem única, não só literária mas também histórica e meta-histórica

⁵⁴⁰ Tavares, Gonçalo M., “Canto I” in *Uma Viagem à Índia*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011-ed, p.32

⁵⁴¹ EL, “Prefácio - Uma viagem no coração do caos” in *Uma Viagem à Índia*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011-ed, p.14

⁵⁴² *Idem*, p.15

⁵⁴³ *Idem*, p.16

⁵⁴⁴ *Idem, ibidem*

⁵⁴⁵ *Idem*, p.14

(como nomeia Lourenço), arriscamos dizer que esta *Viagem* de Gonçalo M. Tavares estará definitivamente entre os componentes relevantes dessa ordem: lega aos futuros que a integrarão um retrato muito sombrio e desassombrado, mas agudamente fiel, deste presente, do seu cronótopo de produção.

Não encontramos melhor síntese do que dizer, com EL, que “*Uma Viagem à Índia* é uma navegação parada e fulgurante da nossa alma de pós-modernos, fugitivos e perseguidos”⁵⁴⁶.

⁵⁴⁶ EL, “Prefácio - Uma viagem no coração do caos” in *Uma Viagem à Índia*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011-ed, p.14

Considerações Finais

Considerações Finais

Começámos por fazer a declaração de interesse de termos Eduardo Lourenço como qualificado guia de viagem, já há um quarto de século. E é exactamente o sentimento de termos viajado o que predomina, no final desta jornada de vida e de trabalho. Cumpre-se uma significativa etapa, que queremos que seja só isso e não, de todo, o fim do percurso.

Tratando-se, antes de mais e acima de tudo, de uma construção interna, temos, contudo, a forte expectativa de que o produto deste labor aproveite a outros, que possam ver validade na via de análise seguida, que visou discernir, de um modo sistemático e integrador, de que modo a reflexão de Eduardo Lourenço, sobre a História com a mediação da Literatura, nos abre novas vias de releitura e recompreensão do que temos sido, como colectivo, na Duração, ou seja no tempo psicologicamente vivenciado, como povo e como construtores de memória, pelas representações que fixamos.

Importa, neste momento, evidenciar a nossa percepção do que este trabalho tem de melhor e de pior. Não nos querendo alongar, e com toda a transparência, achamos que o aspecto mais original é a aproximação entre Lourenço e Péguy - assente em pistas dadas por Lourenço, sempre - que nunca tinha sido, tanto quanto é do nosso conhecimento, sequer tentado. Tal foi o fascínio que os textos de Péguy, em si, exerceram sobre nós, apesar do quase impenetrável francês, e tantos os pontos de ligação encontrados entre os fundamentos do pensamento de Péguy e do de Lourenço, sobre a História e a Literatura, que tivemos de resistir para não abandonar o projecto original e dedicar esta dissertação exclusivamente a essa investigação, de modo mais aprofundado. Fica o projecto, já iniciado, achando nós que esse trabalho pode ser muito útil a um maior conhecimento do próprio EL, que não temos complexos em afirmar - com Lourenço, de resto - que é, neste particular âmbito, influenciado por Péguy.

O que a concretização deste projecto pode ter de menos conseguido deriva, em nosso entender, do seu carácter panorâmico: tantos conceitos, autores, épocas, apesar do enorme esforço de selecção e de circunscrição, poderão resultar numa análise pouco aprofundada e

pouco acrescentadora de valor, ao muito que já se investigou e escreveu sobre o pensamento de EL. Esperamos que não.

Outra forte limitação, esta estrutural, decorre da nossa falta de formação em Filosofia. Não é por acaso que a maioríssima parte dos bons trabalhos sobre EL são de autores originários dessa área de conhecimento... superar essa lacuna é complexo, esbarramos com a Filosofia a todo o momento, mesmo quando EL parece estar a falar de outra coisa, se é que há alguma outra coisa... Depois de Economia, Finanças, História, Literatura e Cultura Portuguesas, está definida, por assim dizer, a próxima via obrigatória do nosso estudo.

Em conteúdo e a título de sistematização final, tentamos, a seguir, a benefício de uma síntese necessariamente simplificadora, responder às perguntas que nos colocámos no início deste trabalho.

A História que serve à reflexão *de si sobre si* de um povo é, para EL, como para Michelet, uma ressurreição integral das vivências colectivas trans-temporais, sem pendor positivista cientificista mas, sim, assumindo que a História é a “maior das ficções”, que só como criação, logo estória, será aprendível e integrável pelo indivíduo e pelo colectivo, para, em cada momento, acumular o conhecimento do passado, compreender o presente e discernir o potencial do futuro.

O tempo que EL favorece que apreendamos, fazendo-o desfilar repetidamente aos nossos olhos, não é o tempo abstracto, da cronologia linear, sucessiva e organizada, por mais estrutural e amplo que seja o horizonte - mesmo que falemos da História total e no tempo longo, como Braudel - porque não é assim que o indivíduo nem a comunidade o experienciam. Passamos, com EL, da quantidade à qualidade e analisamos a vivência psicológica do tempo, como o fez inovadoramente Bergson, intuindo-o como Duração, como substância do real, fenómeno ontológico e princípio actuante da vida. É a integração desse tempo, mesmo se considerado como lacunar e não homogéneo (aqui Lourenço posicionando-se contra a harmonia de Bergson), que permite que nos construamos como seres históricos, conscientes dos fundamentos da nossa identidade, feita de realidades como de mitos.

O que permitirá compreender o porquê de, por exemplo, a relação com a noção de Pátria, de um colectivo que foi e deixou de ser descobridor e conquistador, não esteja ainda sequer estabilizada, depois de nove séculos de existência; ou o que ajudará a discernir a complexidade, persistente no tempo sob várias formas, da relação de Portugal com essa Europa, perto e longe, aliada e invasora, modelo de civilização a alcançar e fonte de complexos de inferioridade e de não-pertença.

Em última instância, porque será a Duração-qualidade do tempo interior que sustenta o pensamento crítico, preservando a exigência de elaboração na reflexão e a pureza na sua exteriorização, como nos ensina EL, com a sua *praxis*. Como ilustração, não podemos deixar de considerar que só com grande lealdade à essência do pensamento será possível reflectir sobre o facto de não podermos - com propriedade e sem má-consciência - classificar de *evolução* ou *progresso* a passagem do tempo que desaguou neste nosso caótico presente, face às ameaças de retrocesso civilizacional a que assistimos.

Nesse contexto mental, que esperamos agora poder afirmar, de modo fundamentado, que é o de EL perante a História, afigura-se-nos como uma opção completamente consciente e premeditada a que conduz ao uso sistemático, ao longo do tempo, por Lourenço, da mediação da Literatura para a compreensão da Duração, desde logo a portuguesa.

EL fá-lo, como Péguy o fazia, porque é um *puro leitor*, alguém que toma os textos em si (“prenez les textes”) para uma leitura e releitura sem preconceitos, encarando-os – desde logo a História narrada, feita de factos e de mitologias activas do colectivo - sempre pronto a pensar tudo de novo, a desconstruir o adquirido, a recusar o *já feito* e o *já pensado*.

Depois, EL escolhe a Literatura, e em sentido lato, porque ela é um produto depurado da criação humana, é um esforço superior (falamos da grande literatura) de discernimento essencial do ser e do ser perante a temporalidade, que é, em si, opaca e ininteligível. Será da apreensão dos tempos internos individuais dos criadores, feitos vozes simbólicas de cada cronótopo, que se pode construir a voz imortal do Tempo trans-epocal da existência colectiva.

Através do recurso à Literatura, atrevemo-nos ainda a identificar uma luz de esperança na forma como EL nos confronta, é inegável, com o trágico da existência. Não só pelo alargamento da consciência que a Literatura nos permite - ainda que seja desassossegadora

e muitas vezes estilhaçadora de certezas, usando um léxico todo pessoano, também caro a EL – mas porque talvez, aventámos, na Literatura encontre a Linguagem forma de superar a sua impotência para nomear a realidade. Connosco viajou também a frase muito citada de EL de que *é poeticamente que habitamos o mundo ou não o habitamos*.

Por último, a Literatura - viva e coeva, de todos os tempos em todos os tempos – é, diz-nos EL, talvez uma eficaz fórmula que o individuo encontra para lidar com a sua própria finitude: Xerazade que conta para suspender a morte, é uma das muitas imagens inspiradas e inspiradoras de EL que aqui evocámos.

Como faz Lourenço essa análise de integração e síntese poderosa do fomos e somos, como povo, no tempo, através da Literatura de diferentes épocas, foi o que tentámos ilustrar na segunda parte deste percurso, onde navegámos, com EL, de Gil Vicente a Gonçalo M. Tavares e não sabemos porquê, a não ser intuitivamente, nos ocorre falar, aqui e agora, de circum-navegação.

Também esta etapa não foi, não podia ser, linear ou linearmente construída, mesmo que o desejássemos e não o desejávamos. A partir de textos a que chamámos programáticos, porque consideramos que nos mostram um resumo do filme da nossa existência – realizado por EL através da Literatura - elegemos, necessariamente de modo limitado e ilustrativo, épocas e autores que são visitados e revisitados por Lourenço, há mais de seis décadas, para nos interpelar e propiciar um processo de *autognose*, usando a terminologia do próprio.

À boa maneira da psicanálise, em associação e convocação livre, logo em Gil Vicente nos surge a crítica de EL à leitura marxista da obra do mestre que, agarrada às abas do seu gibão, actualizou um dramaturgo da corte, num medieval e cristianíssimo país - ao qual nem muito mais tarde chegaram ventos de reforma – convertendo-o num crítico moderno já de pendor humanista. Em *double bind*, vislumbramos o Portugal tardo-medieval e a ortodoxia marxista, na década de 60 do século XX, em afirmação como alternativa única à ortodoxia oficial, a da Ditadura.

Tom humanista e de renascença, esse sim, encontra EL em Camões e na sua epopeia que, sendo o canto do esplendor da Expansão, terá sido também o anúncio do fim, já *requiem* da grandeza e antecipação da perda, mesmo da independência, coeva à morte do poeta, que marcou a descoberta de Portugal como povo “naturalmente destinado à subalternidade”. A muita celebração e apropriação de Camões, tempos fora - do século XIX, contra a Monarquia, à utilização do poeta pela ditadura em estertor, ou às comemorações, também de afirmação ideológica, do pós-25 de Novembro -, e os textos de EL, produzidos sobre essas circunstâncias, forneceram-nos a matéria para concordarmos mais com Almada, sobre a forma como a pátria enche a barriga de Camões, esse que morreu de fome.

Não podendo dar atenção, pelo menos, a Vieira, entretanto (fica o lamento), depois do século XVI desaguámos no século XIX, onde a intervenção dos nossos românticos de primeira geração, que representámos, com EL, em Garrett e Herculano, nos deram crucial contributo para acompanharmos a contemporaneidade que entrava já na Europa – pós revolução francesa e pós revolução industrial inglesa - pela primeira vez, interpelando o país à luz da nova noção de Nação, como “realidade histórica com interioridade concreta”. Mas como encararia a modernidade um país que, afirmou EL, não tivera “Luzes” e que entrou o século enfrentando traumatismos que provocaram grandes clivagens, como as invasões napoleónicas, seguidas da difícil afirmação do liberalismo em cenário de guerra fratricida?

Percebemos que, como Nação, não conseguimos criar um modelo civilizador à moda dos grandes países europeus, como almejavam os poderes da Regeneração liberal de que, afinal, a Geração de 70 acabou por ser eco, não se libertando das amarras do seu tempo, apesar do seu intuito despertador e subversivo, como tão bem nos mostrou Lourenço. Acabaram desiludidos, complexados face à Europa civilizada, como Portugal em geral, que findou o século XIX em decadência e bancarrota, com um Império amputado e uma monarquia à espera do regicídio.

E discernimos, com EL, como se iniciou o século XX, com uma República frágil, que sobreviveu sempre em grandes dificuldades de enraizamento, num país em que, às tentativas do Estado para se laicizar, a sociedade respondia, com Pascoaes, com

revivalismos saudosistas e sebastianistas, esperando a redenção e o regresso da grandeza, em forma de fantasma do rei adolescente morto em combate, há séculos. O rei não voltou mas o milagre de Fátima compensou essa falha, então como agora, às portas da efeméride do centenário do *fenómeno*.

Nesse pano de fundo, os de *Orpheu* não podiam ser tidos como mais do que loucos e foram-no, surgindo completamente contra a corrente e as aspirações de normalidade mediana da *cidade*, na poderosa imagética lourenciana: Lisboa queria finanças em ordem, governabilidade, uma vida tranquila, a casa arrumada, queria aquilo que Salazar tão bem leu e lhe deu, durante 40 anos. De resto, todo o país era provinciano, tinha uma estrutura social de um “arcaísmo extremo”, diz-nos EL, o que não permitia pensar em reacção. Não tivemos, mais uma vez, quaisquer condições para nos afirmarmos como a, ou sequer uma, nação condutora cultural, em termos universais, como desejaram Pessoa e companheiros, numa aspiração positiva e descomplexada, do que poderia ter sido, pela cultura, o retorno a um papel de relevo de Portugal no mundo.

Fazendo a ressalva de que esta percepção possa ter sido induzida pelas nossas escolhas de momentos, textos, autores, cumpre dizer que temos agora, uma noção reforçada da forma como EL, implícita ou explicitamente, dialoga, ao longo do tempo e da construção da sua reflexão, em muitas situações com o marxismo e o neo-realismo. Psicologicamente, tal parece-nos compreensível, dado que esta é, desde logo, a corrente teórica e cultural a que EL, sendo cronologicamente coevo da sua afirmação em Portugal, precisou de justificar - a si próprio e depois aos outros - não pertencer, já que era, ao tempo, como o próprio afirma, a única ortodoxia alternativa à da ditadura.

Cremos que essa marca se mantém, no tempo, e é profícuo esse diálogo recorrente porque nos permite perceber o que esse movimento foi e o que não foi, face ao país e aos seus objectivos programáticos. O neo-realismo, fixou, mostra EL, a imagem de um país arcaico mas adensou-a e tornou-a mais árida (a qualificação é nossa), vista à luz da dialéctica da luta de classes, que seria a via para acabar com o jugo repressivo e atingir a utopia, numa ficção sustentada (de certa forma até hoje) mesmo quando aquela foi abalada e destruída pela realidade no país-modelo.

EL mostra-nos, também, que o retrato neo-realista não foi o único que a literatura nos legou desse período. Num texto que nos é caro e que consideramos, ainda hoje, muito original, EL fala-nos de “outro” Portugal em Ditadura, um que recebia, apesar de tudo, a modernidade em casa e reagia, de modo *desenvolto* e cosmopolita, ao seu tempo e a novas problemáticas, colocadas, de diferentes formas, na literatura, de dentro para fora, com uma efectiva capacidade de *insight*, individual e depois colectivo.

Apesar de cumprido, pelo menos em tese, o sonho dos autores neo-realistas continuaria recusado, mostra EL, porque a Revolução terá chegado tarde para eles, limitando-se a esvaziar-lhes o ideal e silenciando-os, não pela censura mas pela falta de um objectivo. Contudo, como seria de esperar, regista EL que não foi também a Revolução “caída do céu militar” que permitiu a readaptação do país à sua realidade, a um ajustamento equilibrador entre o que é e o que quer ser. Exemplificámos este aspecto com a temática concreta da descolonização que, ainda hoje, diz EL e concordamos, não foi integrada em termos colectivos, de uma forma enfrentável pela nossa memória, apesar de ter sido, desde cedo, expressa na literatura do pós-revolução e por novas vozes. É um dos casos, em que respondemos à afirmação de EL que diz que a *História chega tarde para dar sentido à vida de um povo* com o nosso *é verdade, a Literatura adianta-se-lhe*.

E, seguindo este afluente - tantos outros teriam sido possíveis a partir da reflexão de EL - desaguámos no século XXI, onde temos o privilégio de continuar a contar com o seu pensamento, voz-guia essencial à procura de um caminho, que permita, se possível, de vez, a Portugal ser capaz *de se aceitar tal como foi e é, apenas um povo entre os povos*, propiciando uma tomada de consciência colectiva que nos permita ver caminhos próprios, nossos, sem modelos importados, para sair da tempestade perfeita em que vivemos mergulhados, nestes tempos terríveis.

Em resumo, na experiência de revivência e revisão de Portugal na Duração, que procurámos convocar, através do olhar de EL e com a mediação da Literatura, Gil Vicente convoca os marxistas à sua presença, Camões é incansavelmente devorado ao longo dos tempos e o século XIX ganha o direito à omnipresença, para sempre. Já o século em que nascemos, nunca amadureceu o saudosismo de Pascoaes nem se recompôs da desconstrução de Orpheu, sendo contudo, talvez, numa qualquer revisão da lúcida loucura

destes últimos, que encontraremos armas eficazes para enfrentar o assustador caos do século XXI.

Ensaíemo-nos argonautas do tempo, mantenhamos Eduardo Lourenço como nosso clarividente timoneiro, e partamos, com Gonçalo M. Tavares, numa iniciática viagem, mais necessária do que nunca, de revisitação da História do Ocidente através da sua Literatura, essa que continuará monopólio de Homero e de todos os grandes criadores seus herdeiros, que estão vivos e nos são coevos.

Escrevamos com eles *nos ossos* e o corpo literário do Tempo será imortal.

Bibliografia

1. Activa

AA.VV., “O significado histórico do «Orpheu» 1915/1975 - Inquérito”, in *Cadernos da "Colóquio/Letras" - 2. Modernismo e Vanguarda*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp.7-24;

Lourenço, Eduardo, “Breve esclarecimento”, “Psicanálise mítica do destino português”, “Da literatura como interpretação de Portugal”, “A emigração como mito e os mitos da emigração”, “A imagem teofiliana de Camões”, “Camões no presente” in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988-ed., pp. 9-14, 15-62, 77-116, 117-126, 136-148, 149-158;

-----, “Prefácio” in Pascoaes, Teixeira, *Marânus*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1990, pp. VII-XII;

-----, “Identidade e Memória – o caso português”, “Portugal-Identidade e Imagem”, “Nós a Europa: Ressentimento e Fascínio”, “Nós e a Europa ou as duas razões” in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1990-ed., pp. 9-15, 17-24, 25-37, 51-66;

-----, “Prefácio – do não lugar”, “Da verdade prática”, “Crítica literária e metodologia”, “Crítica, obra e tempo”, “Literatura e interioridade”, “Uma literatura desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos”, “Situação de Literatura Portuguesa”, “Contexto cultural e novo texto português”, “A ficção dos anos 40”, “Literatura e revolução”, “Metamorfose da ficção portuguesa” in *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp.9-12, 24-27, 33-46, 47-51, 150-157, 255-267, 268-279, 280-283, 284-291, 292-301, 302-313;

-----, “O Romancista e a Cidade” in *Ocasionais I*, Lisboa, EL e a Regra do Jogo, Edições, 1984, pp.89-95;

-----, “Portugal como destino: Dramaturgia cultural portuguesa”, “Tempo Português”, “Melancolia e saudade”, “Da saudade como melancolia infeliz”,

“Sebastianismo: imagens e miragens”, “Romantismo, Camões e a saudade”, in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp.7-84, 87-94, 95-112, 113-118, 133-142, 143-154;

-----, “Camões e o tempo ou a razão oscilante”, “Camões 80”, “O século de Camões”, “Fernando Pessoa ou a realidade como ficção”, “Pessoa e Camões”, in *Poesia e Metafísica-Camões, Antero, Pessoa*, Lisboa, Gradiva, 2002, pp. 37-54, 71-74, 75-80, 159-166, 237-252;

-----, “Crítica e metacrítica”, “Tempo e poesia”, “Orfeu” ou a poesia como realidade”, in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, pp. 9-26, 33-38, 39-56;

-----, “Da tentação polémica”, “O gibão de Mestre Gil”, in *Destroços – O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaio*s, Lisboa, Gradiva, 2004, pp. 9-14, 15-48;

-----, Lourenço, Eduardo, “Sobre o Tempo” in AAVV (Org. de Maria Manuel Baptista), *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço. Dos Críticos*, Maia, Ver o Verso, 2004, pp.13-19;

-----, “A cultura portuguesa hoje”, “Portugal como cultura”, “A nau de Ícaro ou o fim da emigração”, “Portugal entre a realidade e o sonho”, “Nós como futuro”, “Portugal neste fim de milénio”, “Tempo português” in *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 2004-ed.,pp. 9-22, 37-42, 43-54, 55-60, 61-72, 73-84, 105-110;

-----, “Eça e o Tempo” in Piedade, Ana Nascimento, Vasconcelos, Ana Isabel e Matos, A. Campos (coord.), *Diálogos com Eça no Novo Milénio*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 17-21;

-----, “Uma poiética da sombra”, in *Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Série de Filosofia (2ª Série)*, Volume 21; Porto, 2004, pp. 143-148, disponível em

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/482/474> [Novembro de 2015]

-----, “Prólogo sobre o espírito de heterodoxia”, “Europa ou o diálogo que nos falta”, “Da Permanência no mundo do espírito”, in *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005-ed., pp. 9-16, 17-36, 39-60;

-----, “O tempo de Eça e Eça e o tempo”, “Garrett e a figura espectral”, “Dois fins de século”, in *As Saias de Elvira e Outros Ensaios*, Lisboa, Gradiva, 2006, pp. 33-46, 73-82, 83-100;

-----, “Revisitação da Mitologia Anteriana” in Quental, Antero, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Lisboa, Tinta da China, 2008, pp. 11-29;

-----, “Sebastianismo: imagens e miragens” in Lobo, A. Costa, *Origens do Sebastianismo-História e Perfiguração Dramática*, Lisboa, Gradiva, 2011, pp. 9-18;

-----, “Uma viagem no coração do caos”, in Tavares, Gonçalo M., *Uma Viagem à Índia*, Caminho, 2011-ed, pp. 13-20;

-----, “ Os mediadores” in *Ler, Livros e Leitores*, Lisboa, Círculo de Leitores, Outubro 2011, pp.40-41;

-----, “Uma barca de salvação” in *Ler, Livros e Leitores*, Lisboa, Círculo de Leitores, Novembro 2012, pp. 36-39;

-----, “Prólogo”, “Considerações finais”, in *Obras Completas, Volume II, Sentido e Forma da Poesia Neo-realista e outros ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, pp. 45-56, 239-250;

-----, “Nota Prévia-40 anos de atraso”, “Da ficção do império ao império da ficção”, in *Do Colonialismo com Nosso Impensado*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 9-12, 256-272;

2. Passiva

AAVV (Org. de Maria Manuel Baptista), *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço. Dos Críticos*, Maia, Ver o Verso, 2004;

Aurélio, Diogo Pires, “As confissões de um místico sem fé” in *Prelo – Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, Lisboa, INCM, nº especial sobre Eduardo Lourenço, Maio de 1984, pp. 7-16;

Baptista, Maria Manuel, *Eduardo Lourenço: A Paixão de Compreender*, Porto, ASA, 2003;

Catroga, Fernando, “A inquietação da heterodoxia” in *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio D’água Editores, 1996-ed., pp. 29-38;

Cruzeiro, Maria Manuela, 1997, *Eduardo Lourenço. O regresso do Corifeu*, Lisboa, Editorial Notícias;

Gil, José, “O ensaísmo trágico” in *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio D’água Editores, 1996-ed., pp. 7-27;

Martins, Guilherme de Oliveira, “Eduardo Lourenço herdeiro da Geração de 70” in *Colóquio-Letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro de 2009, nº 170, pp. 32-34;

Pereira, Miguel Serras, “Eduardo Lourenço ou da “temática do tempo” à “arena do sentido”” in *Da língua de ninguém à praça da palavra*”, Lisboa, Fim de século edições, 1998, pp.71-92;

Piedade, Ana Nascimento, “Eduardo Lourenço, património da nossa cultura”, in *Outra Margem. Estudos de Literatura e Cultura Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, pp.349-379;

-----, “Eça e Pessoa no labirinto de Eduardo Lourenço” in *Colóquio-Letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro de 2009, nº 170, pp. 132-137;

-----, *Em diálogo com Eduardo Lourenço*, Lisboa, ANP/Gradiva Edições, 2015;

Pita, António Pedro, “Inventar o Sentido do Tempo – Eduardo Lourenço e o “Neo-Realismo” como Problema”, in *Obras Completas de Eduardo Lourenço II – Sentido e*

Forma da Poesia Neo-Realista e outros Ensaios, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, pp. 9-44;

Queirós, Luis Miguel, “Eduardo Lourenço. Retrato de um pensador errante” in *Revista Pública de Público*, Lisboa, 13/V/2007, pp. 40-51;

Real, Miguel, *O essencial sobre Eduardo Lourenço*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003;

-----, *Eduardo Lourenço e a cultura portuguesa*, Lisboa, Quidnovi, 2008;

Relâmpago – Revista de Poesia, Lisboa, Fundação Luis Miguel Nava, Abril de 2008, nº22;

Reis, Carlos, “Eduardo Lourenço queirosiano” in *Colóquio-Letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro de 2009, nº 170, pp. 138-146;

Ribeiro, Anabela Mota, “Nonagenariamente bem, muito obrigado”, entrevista a Eduardo Lourenço e José-Augusto França, in *Público*, Lisboa, 11 de Maio de 2014, sem pp., disponível em <http://www.publico.pt/portugal/noticia/nonagenariamente-bem-muito-obrigado-1635141> [Maio de 2014];

Ribeiro, Margarida Calafate, “Uma outra história de regressos” in *Colóquio-Letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nº 171, Janeiro de 2009, pp. 151-166;

Rodrigues, Maria Teresa, “Eduardo Lourenço, hermeneuta do imaginário português” in *Colóquio-Letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nº 170, Janeiro de 2009, pp. 236-250;

Rodrigues, Maria Teresa Marques, *Eduardo Lourenço – Hermeneuta do imaginário português*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2012;

Silva, Vicente Jorge e Belard, Francisco, 1996-ed., “Um heterodoxo confessa-se” in Gil, José e Catroga, Fernando, *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio d’água Editores, 1996, pp. 44-75.

3. Outras obras

3.1. Obras teóricas – matriz conceptual

Aristóteles, “Livro VI” in *Ética a Nicómaco*, Lisboa, António de Castro Caeiro e Quetzal Editores, 2015, pp.145-166;

Bergson, Henri, *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, Lisboa, Edições 70, 2011;

Bergson, Henri, Pearson, Keith (ed.) e Mullarkey, John (ed.), *Henri Bergson Key Writings*, New York, 2002, disponível em http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/philosophy/applyingtostudy/postgraduate/modules/ph9a6/2011_12/_henri_bergson_key_writings_athlone_contemporary_european_thinkers_.pdf [Maio 2015];

Bourdé, Guy e Martin, Hervé, *As Escolas Históricas*, Lisboa, Europa-América, 2003-ed.;

Braudel, Fernand, *Histoire et Sciences Sociales: La longue durée* in « *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 13^e année, pp.725-753, doi: 10.3406/ahess.1958.2781, disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395649_1958_num_13_4_2781 [Janeiro de 2015]

Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995;

Carvalho, Magda Costa, «A intuição bergsoniana da duração: o tempo da ciência é espaço» in *Kairos: Revista de Filosofia e Ciência*, 4; Lisboa, 2012, pp. 87-104, disponível em <http://kairos.fc.ul.pt/nr%204/A%20intui%C3%A7%C3%A3o%20bergsoniana%20da%20dura%C3%A7%C3%A3o.pdf> [Abril de 2015];

Dauenhauer, Bernard and Pellauer, David, "Paul Ricoeur", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/ricoeur> [Agosto 2015];

Eliot, T.S., *The Sacred Wood: Essays on Poetry and Criticism*, 1960, *apud* Roe, Glenn H., "Introduction" in *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014;

Merleau-Ponty, Maurice, *Fenomenologia da Percepção*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1999, disponível em http://monoskop.org/images/0/07/Merleau_Ponty_Maurice_Fenomenologia_da_percep%C3%A7%C3%A3o_1999.pdf [Agosto 2015];

Michelet, Jules, *Préface de 1869* in The Project Gutenberg EBook of "Histoire de France - Moyen Âge", Vol.1/10, pp. I-XLIII, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/38243/38243-h/38243-h.htm>, [Abril 2015]

Lawlor, Leonar e Moulard Leonard, Valentine, "Henri Bergson" in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/bergson/> [Maio de 2015] ;

Péguy, Charles, « Zangwill » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome II, Œuvres de Prose*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, pp. 189-272, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte02pguoft> [Junho 2014];

-----, « Clio-Dialogue de L'Histoire et de L'âme Païenne » in *Œuvres Complètes de Charles Péguy (1873-1914), Tome VIII, Œuvres Posthumes*, Paris, La Nouvelle Revue Française, 1917, disponível em <https://archive.org/details/oeuvrescomplte08pguoft> [Junho 2014] ;

----- "De la situation faite à l'histoire et à sociologie dans les temps modernes » in *Cahiers de la quinzaine*, troisième cahier de la huitième série (volume 1-3,

série 8), Paris, Charles Péguy, 1900-14 (1906), pp. 9-64, disponível em <https://ia601405.us.archive.org/27/items/s8cahiersdelaquinz01pg/s8cahiersdelaquinz01pg.pdf> [Junho 2014] ;

-----, «Note sur M. Bergson et la philosophie bergsonienne» in *Cahiers de la quinzaine*, huitième cahier de la quinzisième série (volume 7-10, série 15), Paris, Charles Péguy, 1900-14 (1914), pp. 17-101 disponível em <https://archive.org/details/s15cahiersdelaquinz07pg> [Junho 2014] ;

Ricoeur, Paul, *Memory, History, Forgetting*, Chicago, The University of Chicago Press, 2004;

-----, *Teoria da Interpretação- O Discurso e o Excesso de Significação*, Lisboa, Edições 70, 2013-ed;

Raine, Craig, “Introduction” in Joice, James, *Ulysses*, Londres, Everyman’s Library, 1997-ed, pp. xi-xxix;

Roe, Glenn H., *The Passion of Charles Péguy – Literature, Modernity and the Crisis of Historicism*, Oxford, Oxford University Press, 2014.

3.2. História, Literatura e Cultura Portuguesas

Teoria

Buescu, Maria Leonor Carvalhão, *Literatura Portuguesa Clássica*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992;

-----, *Literatura Portuguesa Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994;

Matos, A. Campos (org.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1993;

Medina, João, *História de Portugal Contemporâneo-Político Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994;

Reis, Carlos, *O Conhecimento da Literatura, Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001;

----- (coord.), *Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta, 2006;

Saraiva, António José, Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1996.

Obras literárias

Bessa-Luís, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995

Camões, Luis de, “Canto X” in *Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 1983-ed;

Herculano, Alexandre, Godinho, Vitorino Magalhães e Dias (Org.) e Eurico Gomes (Org.), *Alexandre Herculano, O cidadão e o historiador, antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010;

Jorge, Lídia, *O dia dos prodígios*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010-ed.;

Negreiros, José de Almada, *Cena do Ódio*, 1915, disponível em http://triplov.com/almada_negreiros/cena_do_odio.htm [Maio de 2012];

-----, “Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX” in *Obras Completas de Almada Negreiros, Vol. VI, Textos de Intervenção*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993;

Oliveira, Carlos de, “Casa na Duna” in *Obras de Carlos de Oliveira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992;

Pascoaes, Teixeira de, *Arte de Ser Português*, Lisboa, Edições Roger Delraux, 1978-ed.;

Pessoa, Fernando, “Ultimatum de Álvaro de Campos”, in *Portugal Futurista*, Editorial Cultura, Porto, 1917;

-----, *Sobre Portugal - Introdução ao Problema nacional* (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução organizada por Joel Serrão), Lisboa, Ática, 1979-ed., - 13 disponível em *Arquivo Pessoa. Obra Édita*, <http://arquivopessoa.net/textos> [Maio de 2012];

-----, “O provincianismo português” in *Textos de Crítica e de Intervenção*, Lisboa, Ática, 1980, - 159, disponível em *Arquivo Pessoa. Obra Édita*, <http://arquivopessoa.net/textos> [Maio de 2012];

Queirós, Eça de, “O Ultimatum “in *Obras de Eça de Queiroz*, Volume III, Porto, Lello e Irmão Editores, 1979-ed;

Quental, Antero de, *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1979-ed;

Tavares, Gonçalo M., *Uma Viagem à Índia*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011-ed;

Vicente, Gil, *Auto da Barca do Inferno*, Porto, Porto Editora, 2014-ed..

3.3. Metodologia do Trabalho Científico

Azevedo, Mário, *Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011;

Carmo, Hermano e Malheiro, Manuela, *Metodologia da Investigação. Guia para a auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998;

Eco, Humberto, *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 2007-ed;

Piedade, Ana Nascimento, *Metodologia do Trabalho Científico*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004 (CD-rom).